# DIÁRIO OFICIAL




## Prefeitura Municipal de Cícero Dantas

# ÍNDICE

**CREDENCIAMENTO**
RESPOSTA IMPUGNAÇÃO CD003-2026PMCD - JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS.....

## RESPOSTA IMPUGNAÇÃO CD003-2026PMCD - JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

***ANÁLISE E DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO***
***CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD***
***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026***

Trata-se de resposta ao pedido de **IMPUGNAÇÃO** ao edital do Credenciamento Eletrônico em epígrafe, para que a autoridade que confeccionou o edital, proceda com a análise da presente impugnação interposta contra os termos do Edital ora mencionado.

Inicialmente, há que se esclarecer que o referido pedido de impugnação não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo a autoridade que confeccionou o edital, nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente e Decreto Municipal Nº 993 de 22 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal Nº 14.133/21, aplicando-se subsidiariamente pela Lei Complementar Nº 123/2006 e suas alterações e demais legislação aplicável.

Preliminarmente, necessário se faz avaliar o atendimento aos requisitos de admissibilidade e tempestividade para posterior julgamento da presente impugnação. Neste sentido, vejamos o que prescreve o caput do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A previsão legal do instituto da impugnação de instrumento convocatório em processo licitatório, está prevista, também, na cláusula 14 do Edital, conforme segue:

> **17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**
> 17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento convocatório.
> 17.2. A impugnação ao Edital ou o pedido de esclarecimento deverá ser apresentado em até **03 (três) dias úteis antes da data prevista para a abertura da sessão pública**, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
> 17.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio da plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas**, utilizando-se as funcionalidades próprias disponibilizadas pelo sistema, observadas as condições e os prazos previstos neste Edital.
> 17.4. A impugnação deverá conter, no mínimo, a identificação do impugnante, a indicação precisa do dispositivo ou condição editalícia questionada, os fundamentos de fato e de direito que sustentam a alegação e o respectivo pedido.
> 17.5. O pedido de esclarecimento deverá indicar de forma clara e objetiva a dúvida relacionada às disposições deste Edital, do Termo de Referência ou dos demais anexos, de modo a possibilitar sua adequada análise pela Administração.
> 17.6. Caberá ao responsável pela condução do Credenciamento, auxiliado pelos setores técnicos, administrativos ou jurídicos competentes, quando necessário, decidir sobre a impugnação ou responder ao pedido de esclarecimento.
> 17.7. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, nos termos do parágrafo único do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.
> 17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão disponibilizadas na plataforma eletrônica utilizada para o Credenciamento e nos demais

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

meios oficiais adotados pela Administração, passando a integrar o Edital para todos os efeitos.
17.9. É de responsabilidade dos interessados acompanhar as respostas, avisos, comunicados, retificações e demais informações disponibilizadas pela Administração relativamente ao presente Credenciamento.
17.10. A apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento não suspenderá automaticamente os prazos estabelecidos no Edital, salvo quando a Administração, mediante decisão fundamentada, entender necessária a suspensão ou prorrogação para adequada análise da matéria.
17.11. O acolhimento de impugnação poderá resultar na retificação do Edital e de seus anexos sempre que constatada irregularidade, impropriedade ou necessidade de adequação das condições originalmente estabelecidas.
17.12. Caso a alteração promovida no Edital comprometa a formulação dos requerimentos de credenciamento ou a preparação da documentação pelos interessados, a Administração promoverá a adequada divulgação da modificação e, quando necessário, estabelecerá novo prazo para apresentação dos documentos, assegurando tratamento isonômico aos interessados.
17.13. As modificações que não afetem materialmente as condições de participação, habilitação ou preparação da documentação poderão ser divulgadas sem necessidade de alteração da data inicialmente estabelecida, desde que preservados a legalidade, a publicidade e o tratamento isonômico.
17.14. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o prazo previsto no item 17.2 para fins de exercício do direito previsto no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo do dever da Administração de exercer a autotutela e corrigir, de ofício, eventual ilegalidade de que venha a tomar conhecimento.
17.15. A ausência de impugnação tempestiva não impede a Administração de rever cláusulas ou condições do Edital quando constatada ilegalidade, erro material ou situação que possa comprometer a regularidade do procedimento.
17.16. Os pedidos de esclarecimento não poderão ser utilizados para modificar as condições do Credenciamento, sendo destinados à interpretação, compreensão e esclarecimento das disposições constantes deste Edital e de seus anexos.
17.17. Quando a questão apresentada envolver matéria de natureza técnica, assistencial, sanitária, financeira ou jurídica, o responsável pelo Credenciamento poderá solicitar manifestação do setor competente antes da elaboração da respectiva resposta.
17.18. As respostas fornecidas pela Administração deverão observar os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, transparência, publicidade, motivação e segurança jurídica, sendo aplicáveis indistintamente a todos os interessados que se encontrem na mesma situação.
17.19. Nenhum interessado poderá alegar desconhecimento de esclarecimento, retificação ou decisão regularmente divulgada pelos meios oficiais estabelecidos neste Edital.
17.20. Considerando que o presente Credenciamento permanecerá aberto ao **cadastramento permanente de novos interessados durante sua vigência**, eventuais dúvidas surgidas posteriormente à etapa inicial poderão ser submetidas à Administração pelos canais oficiais indicados no Edital, sem prejuízo das regras específicas previstas no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 para impugnação do instrumento convocatório.
17.21. A Administração poderá, durante a vigência do Credenciamento, promover alterações justificadas no Edital quando necessárias à adequação dos serviços, ao atendimento de alterações normativas ou à preservação do interesse público, observando a devida publicidade e, quando a alteração afetar as condições de participação ou execução, assegurando prazo adequado para conhecimento e adaptação dos interessados e credenciados.
17.22. Todas as impugnações, pedidos de esclarecimento, respectivas respostas e decisões integrarão os autos do **Processo Administrativo nº 115/2026**, assegurando-se a publicidade, transparência e rastreabilidade dos atos praticados.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD**, vinculado ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026**, apresentada pelo Sr. **JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS**, advogado inscrito na OAB/BA sob o nº 49.008, com fundamento no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021,

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

mediante correspondência eletrônica encaminhada em **21 de outubro de 2026, às 14h10min**, ao endereço eletrônico oficial do setor de licitações do Município de Cícero Dantas/BA, com cópia ao Ministério Público de Contas do Estado da Bahia.

O procedimento administrativo em referência tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação complementar de serviços ambulatoriais de saúde destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS**, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cícero Dantas/BA e as condições estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

O credenciamento encontra fundamento nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, adotando-se a sistemática de contratação paralela e não excludente, mediante condições previamente padronizadas, valores unitários fixados pela Administração e possibilidade de habilitação de todos os interessados que satisfaçam os requisitos estabelecidos no edital.

O instrumento convocatório estabelece valor global estimado de **R$ 3.931.573,20 (três milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos)**, com previsão de execução dos procedimentos conforme a demanda efetiva da rede municipal de saúde, inexistindo obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, garantia de faturamento mínimo ou exclusividade em favor dos prestadores credenciados.

Em sua manifestação, o impugnante reconhece a possibilidade jurídica de utilização do credenciamento para a contratação de serviços complementares de saúde, porém questiona determinados aspectos da estruturação do procedimento, sustentando a necessidade de demonstração mais detalhada dos pressupostos técnicos, econômicos, administrativos e jurídicos que fundamentaram a elaboração do instrumento convocatório.

Inicialmente, alega a necessidade de comprovação da insuficiência da capacidade assistencial da rede pública municipal para realização dos procedimentos pretendidos, defendendo a apresentação de informações relacionadas à demanda reprimida, à capacidade operacional existente, aos quantitativos estimados e à justificativa para utilização complementar de prestadores privados.

Na sequência, questiona os valores unitários estabelecidos para os procedimentos, correspondentes a **R$ 300,78 por sessão unilateral e R$ 392,62 por sessão bilateral**, requerendo a demonstração da metodologia de formação dos preços, da respectiva memória de cálculo e da compatibilidade dos valores com os parâmetros remuneratórios aplicáveis aos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Sobre esse aspecto, registra-se que a controvérsia envolve serviços de saúde sujeitos a parâmetros oficiais de remuneração, cuja fundamentação será examinada especificamente à luz da legislação pertinente e da documentação técnica e financeira integrante do processo administrativo, inclusive dos documentos oficiais relativos aos valores estabelecidos no âmbito do Ministério da Saúde.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

O impugnante também sustenta a necessidade de assegurar o cadastramento permanente de novos interessados durante a vigência do credenciamento, argumentando que o período inicialmente previsto para recebimento da documentação não poderia representar restrição definitiva à participação de prestadores posteriormente interessados.

Questiona, ainda, os critérios de distribuição da demanda previstos no Anexo VIII do edital, especialmente quanto à adoção do rodízio sequencial e às hipóteses de excepcionalização relacionadas à continuidade assistencial, à necessidade clínica e à indisponibilidade de prestadores, requerendo maior detalhamento dos mecanismos de controle, registro, publicidade e fiscalização.

No tocante à habilitação, solicita esclarecimentos sobre a pertinência e a extensão das exigências de qualificação técnica e regularidade sanitária, incluindo inscrição no Conselho Regional de Medicina, Registro de Qualificação de Especialista, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, licença sanitária, alvará de funcionamento e comprovação da capacidade profissional necessária à execução dos serviços.

Em relação à minuta contratual, aponta a existência de referências e campos destinados ao preenchimento na formalização dos futuros contratos, além de questionar a identificação do órgão contratante, requerendo a revisão do documento para assegurar a adequada individualização dos instrumentos decorrentes do credenciamento.

A manifestação também aborda a proteção de dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS, especialmente quanto às informações assistenciais utilizadas na autorização, execução, comprovação e fiscalização dos procedimentos, defendendo a explicitação das responsabilidades relativas ao tratamento, armazenamento, compartilhamento e segurança desses dados.

Por fim, invoca os princípios da legalidade, publicidade, planejamento, transparência, motivação, economicidade, segurança jurídica e interesse público, argumentando que a natureza assistencial dos serviços e o valor global estimado da contratação exigem fundamentação administrativa suficiente para demonstrar a regularidade do procedimento.

Com base nessas alegações, requer o recebimento e conhecimento da impugnação, a suspensão da sessão pública inicialmente prevista para **03 de novembro de 2026, às 09h00min**, a apresentação dos esclarecimentos e documentos indicados, a revisão das condições questionadas e, caso acolhidas suas pretensões, a retificação e republicação do instrumento convocatório, com eventual reabertura dos prazos pertinentes.

Da análise preliminar do edital, verifica-se que o procedimento foi estruturado para permitir o credenciamento de múltiplos prestadores, mediante aceitação das mesmas condições de execução e dos valores previamente fixados, sem disputa competitiva de preços, observando-se a necessidade de assegurar a continuidade, a qualidade e a ampliação do acesso da população aos serviços especializados de saúde.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Constata-se, igualmente, que o instrumento convocatório prevê expressamente a possibilidade de **cadastramento permanente de novos interessados durante sua vigência**, distinguindo o período inicial de recebimento da documentação da continuidade do procedimento de credenciamento, circunstância relevante para o exame das alegações apresentadas.

Quanto à admissibilidade, observa-se que a manifestação foi encaminhada antes da data prevista para abertura da sessão pública, devendo sua tempestividade e a forma de apresentação ser examinadas à luz do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições específicas do instrumento convocatório.

Assim, considerando a natureza dos questionamentos apresentados, a relevância dos serviços destinados aos usuários do SUS e o dever de motivação dos atos administrativos, passa-se à análise individualizada das alegações formuladas, mediante confronto com as disposições editalícias, os documentos integrantes do Processo Administrativo nº 115/2026 e a legislação aplicável, com vistas à definição fundamentada quanto à procedência ou improcedência dos pedidos e à manutenção das condições originalmente estabelecidas para o credenciamento.

**É o relatório.**

## 2. DA ANÁLISE / FUNDAMENTAÇÃO:

**2.1. DA ADMISSIBILIDADE, DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Inicialmente, cumpre proceder ao exame dos pressupostos de admissibilidade da impugnação apresentada pelo Sr. **JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS**, inscrito na OAB/BA sob o nº 49.008, em face do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, especialmente quanto à legitimidade do interessado, à tempestividade da manifestação e à observância das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

O direito de impugnar os instrumentos convocatórios constitui importante mecanismo de controle da legalidade dos procedimentos de contratação pública, permitindo que os interessados submetam à apreciação administrativa eventuais questionamentos relacionados às exigências editalícias, à regularidade do procedimento e à observância dos princípios que regem a Administração Pública.

Nesse sentido, o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente:

**Art. 164.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

A disposição legal assegura legitimidade ampla para apresentação de impugnações, não condicionando seu exercício à participação efetiva no procedimento licitatório, à demonstração de interesse econômico direto ou à comprovação de vínculo com o objeto da contratação.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Dessa forma, considerando que a manifestação foi apresentada por pessoa devidamente identificada, verifica-se o atendimento ao requisito de legitimidade, inexistindo impedimento subjetivo ao exercício do direito de questionar as disposições do instrumento convocatório.

No tocante à tempestividade, o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece como limite para apresentação de impugnações o terceiro dia útil anterior à data designada para abertura do certame.

A mesma disciplina encontra previsão expressa no item 17.2 do instrumento convocatório, que determina a apresentação das impugnações e dos pedidos de esclarecimentos em até 3 (três) dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão pública.

No caso concreto, a abertura da sessão pública do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontra-se prevista para **03 de novembro de 2026, às 09h00min**, enquanto a manifestação do impugnante foi encaminhada em **21 de outubro de 2026, às 14h10min**, conforme documentação integrante do processo administrativo.

Assim, considerando as datas indicadas, verifica-se que a manifestação foi apresentada anteriormente ao encerramento do prazo legal estabelecido para impugnação do instrumento convocatório, encontrando-se atendido o requisito de tempestividade.

Quanto à forma de apresentação, o item 17.3 do edital estabelece que as impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por meio da plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, mediante utilização das funcionalidades próprias disponibilizadas pelo sistema.

Entretanto, a manifestação em análise foi encaminhada ao endereço eletrônico institucional do Setor de Licitações do Município, circunstância que deve ser considerada na apreciação dos requisitos formais estabelecidos no instrumento convocatório.

Nesse contexto, embora a apresentação por correio eletrônico não corresponda ao meio expressamente indicado no item 17.3, verifica-se que a manifestação foi efetivamente recebida pela Administração, permitindo a identificação do interessado, do procedimento questionado, das alegações formuladas e dos pedidos apresentados.

Diante dessas circunstâncias, considerando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo moderado, entende-se possível admitir o processamento da manifestação, sem que isso represente alteração da regra editalícia relativa ao canal ordinário de apresentação de impugnações.

A apreciação do expediente recebido por meio institucional não afasta a obrigatoriedade de observância das disposições do instrumento convocatório pelos demais interessados, tampouco modifica os procedimentos estabelecidos para apresentação de futuras manifestações.

Trata-se, no caso específico, de assegurar o exame de questionamentos efetivamente recebidos pela Administração dentro do prazo legal, em consonância com o interesse público e com o dever de controle da legalidade dos próprios atos administrativos.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Ademais, o item 17.4 do instrumento convocatório estabelece que a impugnação deverá conter, no mínimo, a identificação do impugnante, a indicação precisa das disposições questionadas, os fundamentos de fato e de direito e o respectivo pedido.

Da análise da manifestação apresentada, verifica-se que o interessado identificou o procedimento administrativo, apontou os aspectos do edital que considera irregulares, apresentou argumentos jurídicos e formulou pedidos relacionados à suspensão, à revisão e à eventual republicação do instrumento convocatório.

Desse modo, encontram-se presentes os elementos necessários à compreensão da controvérsia e à apreciação administrativa das questões suscitadas.

Importa esclarecer, ainda, que o conhecimento da impugnação não implica reconhecimento da procedência das alegações apresentadas, tampouco determina a suspensão automática do procedimento ou a modificação das condições originalmente estabelecidas.

O item 17.10 do edital dispõe expressamente que a apresentação de impugnação ou pedido de esclarecimento não suspenderá automaticamente os prazos estabelecidos, ressalvada a hipótese de decisão administrativa fundamentada que reconheça a necessidade de suspensão ou prorrogação para adequada análise da matéria.

Tal previsão encontra respaldo nos princípios da continuidade administrativa, da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público, especialmente diante da natureza assistencial dos serviços objeto do credenciamento.

Ressalta-se que o procedimento destina-se à contratação complementar de serviços ambulatoriais de saúde para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, circunstância que exige atuação administrativa pautada na legalidade, no planejamento e na preservação da continuidade dos serviços públicos essenciais.

A simples apresentação de impugnação, ainda que tempestiva, não constitui fundamento suficiente para determinar a paralisação do credenciamento, sendo necessária a demonstração de circunstância concreta que justifique a adoção de medida excepcional dessa natureza.

Nesse sentido, o exame das alegações formuladas deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.080/1990, do Decreto Municipal nº 993, de 22 de dezembro de 2023, e dos demais atos normativos aplicáveis, considerando as particularidades do procedimento de credenciamento e a finalidade pública da contratação.

Também merece destaque que o conhecimento da impugnação não confere ao interessado direito subjetivo à alteração do edital, à revisão dos valores previamente fixados ou à modificação das condições de participação, providências que somente poderão ser adotadas quando demonstrada sua necessidade jurídica, técnica ou administrativa.

A Administração encontra-se vinculada ao dever de examinar os questionamentos apresentados, mediante decisão motivada, preservando a igualdade de tratamento entre os interessados e a observância das condições legais aplicáveis.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Portanto, o exame de admissibilidade deve ser distinguido da análise de mérito, uma vez que o reconhecimento da legitimidade e da tempestividade apenas autoriza a apreciação das alegações formuladas, sem antecipar qualquer conclusão quanto à sua procedência.

**Diante do exposto, CONHECE-SE DA IMPUGNAÇÃO apresentada pelo Sr. JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS, por estarem atendidos os requisitos de legitimidade e tempestividade previstos no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se, no caso concreto, seu processamento em razão do efetivo recebimento pela Administração e da possibilidade de identificação e apreciação integral dos questionamentos formulados.**

**O conhecimento da manifestação não implica concessão de efeito suspensivo, alteração do instrumento convocatório ou reconhecimento das irregularidades alegadas, permanecendo preservadas as condições originalmente estabelecidas no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, enquanto se procede ao exame individualizado do mérito da impugnação.**

**2.2. DA LEGALIDADE DO CREDENCIAMENTO COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR E DA CONTRATAÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE, NOS TERMOS DOS ARTS. 74, IV, 78, I, E 79 DA LEI Nº 14.133/2021**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados à estruturação do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, sustentando a necessidade de demonstração dos pressupostos jurídicos e administrativos que justificam a adoção desse procedimento para a contratação complementar de serviços ambulatoriais de saúde destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o credenciamento constitui procedimento auxiliar expressamente previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo instrumento legítimo de contratação pública nas hipóteses em que a Administração pretende admitir múltiplos interessados, mediante condições previamente estabelecidas, sem a necessidade de promover disputa competitiva para escolha de um único fornecedor.

O art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente o credenciamento como um dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela referida legislação, conferindo fundamento jurídico à sua utilização pela Administração Pública.

Por sua vez, o art. 6º, inciso XLIII, da mesma lei define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público em que a Administração convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

A definição legal evidencia que o credenciamento não se destina à seleção exclusiva de um único contratado, mas à formação de um conjunto de interessados habilitados, aptos a atender às demandas administrativas nas condições previamente estabelecidas.

Nesse contexto, o art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a inexigibilidade de licitação para os objetos que devam ou possam ser contratados por

meio de credenciamento, reconhecendo que, nessas situações, a contratação não se estrutura necessariamente mediante competição para escolha de uma proposta vencedora.

Importa destacar que a inexigibilidade de licitação, nessa hipótese, não representa dispensa de planejamento, publicidade, motivação, controle ou observância dos princípios administrativos, mas decorre da própria natureza da contratação pretendida, em que a Administração admite a contratação de todos os interessados que preencham os requisitos definidos.

A aplicação desse regime jurídico exige que estejam presentes as condições materiais que justifiquem o credenciamento, especialmente a possibilidade de contratação de múltiplos prestadores e a inexistência de necessidade de escolha competitiva de um único fornecedor.

No caso concreto, o Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD destina-se ao credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação complementar de serviços ambulatoriais de saúde voltados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cícero Dantas/BA.

A natureza do objeto evidencia a possibilidade de execução dos serviços por diferentes estabelecimentos e profissionais devidamente habilitados, desde que atendidas as exigências técnicas, profissionais, sanitárias e administrativas estabelecidas no instrumento convocatório.

Dessa forma, não se identifica, na estruturação do procedimento, a necessidade de selecionar exclusivamente um prestador, uma vez que o atendimento da demanda assistencial poderá ocorrer mediante a participação de múltiplas pessoas jurídicas credenciadas, observadas as condições uniformes previamente definidas.

O art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente a possibilidade de utilização do credenciamento na hipótese de contratação paralela e não excludente, caracterizada pela viabilidade e vantajosidade para a Administração da realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A contratação paralela e não excludente pressupõe, portanto, a possibilidade de admissão de diversos prestadores, sem que o credenciamento de determinado interessado impeça a habilitação de outros que também satisfaçam os requisitos estabelecidos.

No presente procedimento, o instrumento convocatório adota justamente essa sistemática, permitindo o credenciamento de pessoas jurídicas que preencham as condições de habilitação, aceitem os valores unitários previamente fixados e assumam as obrigações necessárias à execução dos serviços.

A adoção de valores uniformes e condições padronizadas assegura que os interessados sejam submetidos aos mesmos parâmetros de contratação, evitando diferenciações arbitrárias entre prestadores que se encontrem em situações equivalentes.

Importa ressaltar que, na contratação paralela e não excludente, a Administração não está obrigada a contratar apenas um interessado, tampouco a

assegurar exclusividade ou quantitativo mínimo de procedimentos a determinado credenciado.

Ao contrário, a sistemática permite a formação de uma rede complementar de prestadores, cuja utilização deverá observar a demanda efetiva dos serviços, os critérios objetivos de distribuição e as necessidades assistenciais da população atendida.

O art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

Essa previsão reforça a natureza aberta e não excludente do credenciamento, impedindo que a habilitação de determinados prestadores seja utilizada como fundamento para restringir injustificadamente o ingresso de outros interessados durante a vigência do procedimento.

No caso concreto, o instrumento convocatório contempla a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados, preservando a abertura do procedimento e a ampliação da rede de prestadores habilitados, desde que atendidas as exigências previamente estabelecidas.

Além disso, o art. 79, parágrafo único, inciso II, determina que, na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.

O edital contempla mecanismo de distribuição dos atendimentos mediante rodízio sequencial, observadas as condições de execução e as necessidades assistenciais, cuja disciplina específica será examinada em tópico próprio.

A existência de critérios previamente definidos para distribuição da demanda constitui elemento relevante para a regularidade do credenciamento, pois permite compatibilizar a participação de múltiplos prestadores com a necessidade de assegurar tratamento isonômico, transparência e continuidade do atendimento aos usuários do SUS.

Outro aspecto essencial consiste na fixação prévia das condições de contratação, especialmente quanto aos valores unitários dos procedimentos.

O art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput, definir o valor da contratação.

No presente caso, o instrumento convocatório estabelece valores unitários previamente determinados para os procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, não havendo previsão de disputa entre os interessados para apresentação de preços inferiores.

A adoção de preços previamente fixados é compatível com a natureza do credenciamento, desde que os valores estejam devidamente fundamentados nos parâmetros técnicos, financeiros e normativos aplicáveis à contratação.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No âmbito dos serviços complementares de saúde, a definição dos valores deverá observar, ainda, as disposições da Lei Federal nº 8.080/1990 e os parâmetros oficiais de remuneração pertinentes ao Sistema Único de Saúde, matéria que será objeto de análise específica nos tópicos destinados à formação dos preços.

Assim, a inexistência de disputa competitiva por preços não representa irregularidade, mas característica própria da sistemática de credenciamento adotada, na qual a participação dos interessados está condicionada à aceitação das mesmas condições previamente estabelecidas.

Cumpre destacar que a utilização do credenciamento também não dispensa a observância dos requisitos de habilitação e das exigências técnicas necessárias à adequada prestação dos serviços.

A Administração permanece obrigada a verificar a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e sanitária dos interessados, na extensão legalmente exigível, assegurando que os serviços sejam executados por prestadores aptos a atender às necessidades assistenciais da população.

Da mesma forma, a formalização das contratações decorrentes do credenciamento deverá observar as disposições legais aplicáveis, as condições previstas no edital, a disponibilidade orçamentária, os critérios de distribuição da demanda e as obrigações assumidas pelos credenciados.

Nesse sentido, o credenciamento não constitui autorização irrestrita para contratação de prestadores privados, mas procedimento administrativo disciplinado por requisitos objetivos, controles específicos e condições uniformes de execução.

A natureza complementar dos serviços pretendidos também encontra amparo no regime jurídico do Sistema Único de Saúde, que admite a participação de instituições privadas quando necessária à garantia da assistência à população, observados os requisitos e as condições estabelecidos pela legislação pertinente.

A conjugação das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 com a Lei Federal nº 8.080/1990 permite, portanto, a utilização do credenciamento como instrumento de organização da rede complementar de atendimento, desde que demonstrada sua adequação às necessidades administrativas e assistenciais.

No presente procedimento, a contratação foi estruturada para admitir múltiplos prestadores, mediante condições padronizadas, valores unitários previamente fixados, requisitos objetivos de habilitação e critérios de distribuição da demanda, características compatíveis com a hipótese prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não se verifica, portanto, incompatibilidade jurídica entre a natureza dos serviços pretendidos e a utilização do credenciamento como procedimento auxiliar, tampouco fundamento para exigir a realização de disputa competitiva destinada à seleção exclusiva de um único prestador.

A adoção da contratação paralela e não excludente permite ampliar as possibilidades de atendimento da demanda municipal, preservar a participação de diferentes interessados e organizar a prestação complementar dos serviços de saúde conforme as necessidades efetivamente identificadas pela Administração.

Ademais, a possibilidade de credenciamento de múltiplos prestadores não implica obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, uma vez que a execução dos procedimentos deverá observar a demanda assistencial efetiva e os limites estabelecidos nos instrumentos administrativos correspondentes.

Tal sistemática preserva a flexibilidade necessária ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sem afastar os deveres de planejamento, controle, fiscalização e observância das condições previamente estabelecidas.

Importa destacar, por fim, que a impugnação não demonstra, especificamente quanto à escolha do procedimento auxiliar, a existência de vedação legal à utilização do credenciamento para a contratação complementar dos serviços pretendidos.

Ao contrário, a legislação federal contempla expressamente essa modalidade de contratação, desde que observadas as condições estabelecidas nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a simples discordância quanto à adoção do credenciamento não constitui fundamento suficiente para determinar a suspensão do procedimento, a modificação do instrumento convocatório ou a substituição da sistemática de contratação originalmente definida pela Administração.

**Diante do exposto, conclui-se que a adoção do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, estruturado sob a modalidade de contratação paralela e não excludente, encontra fundamento nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo juridicamente compatível com a contratação complementar de serviços ambulatoriais de saúde destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.**

**Consequentemente, NÃO PROCEDE a alegação de irregularidade quanto à utilização do credenciamento como procedimento auxiliar, inexistindo, sob esse fundamento, razão jurídica para suspensão do certame, alteração das condições estabelecidas ou substituição da sistemática de contratação adotada, devendo ser MANTIDAS INTEGRALMENTE as disposições correspondentes do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD.**

**2.3. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DA APLICAÇÃO DOS ARTS. 24 A 26 DA LEI Nº 8.080/1990**

O impugnante questiona a necessidade da contratação complementar de serviços ambulatoriais de saúde destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, sustentando que a Administração Municipal deveria apresentar demonstração detalhada da insuficiência da capacidade assistencial da rede pública, da demanda reprimida existente, da estrutura operacional disponível e dos fundamentos que justificaram a participação de prestadores privados no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Em razão dessas alegações, pretende o reconhecimento de suposta deficiência no planejamento da contratação, com a consequente revisão das condições

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

estabelecidas no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a participação complementar da iniciativa privada na prestação de serviços públicos de saúde encontra fundamento direto na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu art. 199, § 1º, que admite a participação de instituições privadas no Sistema Único de Saúde, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito público ou convênio, com preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

A previsão constitucional demonstra que a execução de serviços de saúde por instituições privadas, em caráter complementar, não constitui medida excepcional incompatível com a organização do SUS, mas possibilidade expressamente reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro para assegurar a efetividade do direito fundamental à saúde.

O art. 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços necessários à sua promoção, proteção e recuperação.

Por sua vez, o art. 197 da Constituição Federal reconhece a relevância pública das ações e dos serviços de saúde, atribuindo ao Poder Público a competência para regulamentar, fiscalizar e controlar sua execução, diretamente ou por terceiros, inclusive por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Dessa forma, o dever constitucional de assegurar assistência à saúde não exige que todos os procedimentos sejam executados exclusivamente por estabelecimentos públicos, sendo juridicamente admissível a utilização de serviços privados complementares quando presentes os pressupostos legais e administrativos que justifiquem essa participação.

No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 8.080/1990 disciplina a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, estabelecendo as condições para a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde.

O art. 24 da referida legislação dispõe que, quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área, o Sistema Único de Saúde poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

O dispositivo legal reconhece expressamente que a insuficiência da capacidade assistencial pública constitui fundamento para a contratação complementar, permitindo que o Poder Público utilize estruturas privadas para assegurar a continuidade e a abrangência dos atendimentos necessários à população.

Importa destacar que a insuficiência assistencial não deve ser compreendida exclusivamente como inexistência absoluta de determinado serviço na rede pública.

A necessidade de complementação poderá decorrer, conforme as circunstâncias concretas, da limitação da capacidade instalada, da insuficiência de profissionais especializados, da indisponibilidade de equipamentos, da concentração da demanda, da necessidade de redução do tempo de espera ou da impossibilidade de atendimento integral dos usuários pelos serviços públicos existentes.

Assim, a avaliação da suficiência da rede pública deve considerar não apenas a existência formal de estabelecimentos de saúde, mas também sua efetiva capacidade de realizar os procedimentos necessários, em quantitativos e prazos compatíveis com as necessidades assistenciais da população.

No caso concreto, o Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD tem por finalidade viabilizar a prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, para atendimento aos usuários do SUS no Município de Cícero Dantas/BA.

Trata-se de procedimentos relacionados à assistência especializada, cuja disponibilização depende de condições técnicas, profissionais, sanitárias e operacionais adequadas, bem como da organização dos encaminhamentos e das autorizações realizadas pela rede municipal de saúde.

A contratação pretendida busca disponibilizar prestadores aptos à execução dos procedimentos, mediante condições previamente padronizadas, permitindo à Secretaria Municipal de Saúde organizar os atendimentos conforme as necessidades assistenciais identificadas.

Nesse contexto, a utilização do credenciamento constitui mecanismo de organização da prestação complementar dos serviços, possibilitando a participação de múltiplos estabelecimentos habilitados e a ampliação das alternativas de atendimento disponíveis à Administração.

Entretanto, a adoção desse procedimento não afasta a necessidade de demonstração da demanda assistencial e da insuficiência da capacidade pública, pressupostos que decorrem diretamente do art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.

A fundamentação da contratação deve, portanto, estar relacionada aos elementos de planejamento produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde, especialmente quanto à necessidade dos procedimentos, à capacidade de atendimento da rede pública e à estimativa dos serviços complementares pretendidos.

A ausência de obrigação de execução integral dos quantitativos estimados não elimina essa exigência, mas permite que a utilização dos serviços credenciados seja ajustada à demanda efetivamente autorizada, observados os limites e as condições estabelecidos nos instrumentos contratuais.

Importa ressaltar que a estimativa de procedimentos não se confunde com obrigação de realização automática de todos os atendimentos previstos, uma vez que a execução deverá decorrer das necessidades assistenciais, das autorizações administrativas e dos mecanismos de regulação adotados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O art. 24, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece que a participação complementar dos serviços privados deverá ser formalizada mediante contrato ou convênio, observadas as normas de direito público.

Essa disposição evidencia que a contratação complementar está submetida ao regime jurídico administrativo, exigindo formalização adequada, definição das obrigações dos prestadores, fiscalização da execução e observância das condições estabelecidas pelo Poder Público.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No presente procedimento, a previsão de formalização de instrumentos contratuais decorrentes do credenciamento atende à necessidade de estabelecer obrigações específicas para os prestadores habilitados, incluindo as condições de execução dos serviços, os critérios de autorização dos procedimentos, os valores aplicáveis e os mecanismos de fiscalização.

Por sua vez, o art. 25 da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece que, na hipótese de participação complementar, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde.

A preferência legal deverá ser observada na aplicação das regras de contratação complementar, respeitadas as condições de habilitação, a capacidade de atendimento e os demais requisitos pertinentes, não significando, por si só, proibição de participação de outras pessoas jurídicas privadas quando juridicamente admissível.

Nesse sentido, a estruturação do credenciamento deverá compatibilizar a possibilidade de participação de múltiplos interessados com a observância da preferência legalmente assegurada às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, quando aplicável.

O art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, por sua vez, disciplina os critérios e valores de remuneração dos serviços privados contratados pelo SUS, estabelecendo que sua definição deverá observar os parâmetros normativos pertinentes e a competência da direção nacional do Sistema Único de Saúde.

O referido dispositivo também determina que os serviços contratados se submetam às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do SUS, preservando a competência do Poder Público para disciplinar, acompanhar e fiscalizar a assistência prestada.

Dessa forma, a participação complementar de prestadores privados não implica transferência irrestrita da gestão dos serviços de saúde, tampouco afasta a responsabilidade da Administração Municipal pela regulação dos atendimentos, pelo acompanhamento da execução e pela verificação da conformidade dos procedimentos realizados.

A Secretaria Municipal de Saúde permanece responsável pela organização da demanda, pela definição dos fluxos assistenciais, pela autorização dos procedimentos e pela fiscalização das obrigações assumidas pelos prestadores credenciados.

No caso concreto, a previsão de contratação de serviços especializados mediante credenciamento deve ser compreendida como instrumento de apoio à rede municipal de saúde, destinado a complementar a capacidade assistencial existente, sem substituir as competências públicas de planejamento, regulação e controle.

Cumpre destacar que o princípio da integralidade da assistência, previsto no art. 7º, inciso II, da Lei Federal nº 8.080/1990, orienta a organização dos serviços de saúde de maneira articulada e contínua, abrangendo as ações e os serviços preventivos e curativos exigidos para cada caso.

A integralidade da assistência pressupõe que a organização da rede de saúde considere as necessidades concretas dos usuários, não se limitando à disponibilização formal de determinados serviços quando sua capacidade de atendimento se revelar insuficiente.

Da mesma forma, o princípio da universalidade de acesso, previsto no art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 8.080/1990, reforça o dever de assegurar que os serviços públicos de saúde sejam organizados de maneira a atender à população abrangida pelas ações do SUS.

Nesse cenário, a contratação complementar poderá constituir medida administrativa adequada para ampliar a capacidade de resposta da rede municipal, especialmente quando a execução exclusiva pelos estabelecimentos públicos não for suficiente para atender à demanda assistencial identificada.

Importa esclarecer, entretanto, que a legalidade abstrata da contratação complementar não substitui a necessidade de motivação concreta da escolha administrativa.

A demonstração da insuficiência assistencial e da necessidade de complementação deve decorrer dos documentos de planejamento integrantes do processo administrativo, não sendo juridicamente suficiente presumir tais circunstâncias apenas em razão da natureza especializada do objeto.

Assim, a análise da regularidade da contratação deverá considerar os estudos, levantamentos e justificativas efetivamente produzidos pela Administração, especialmente aqueles relacionados à demanda estimada, à capacidade de atendimento da rede pública e à necessidade de utilização de prestadores complementares.

A legislação não estabelece, como requisito universal, a adoção de uma única metodologia de demonstração da insuficiência assistencial, devendo os elementos apresentados ser avaliados conforme a natureza dos procedimentos, a organização da rede municipal e as informações disponíveis à gestão do SUS.

Dessa forma, a exigência de planejamento e motivação não significa que a Administração esteja obrigada a adotar exclusivamente os indicadores ou os formatos documentais sugeridos pelo impugnante, desde que os elementos integrantes do processo sejam suficientes para demonstrar a necessidade e a adequação da contratação.

A eventual discordância do interessado quanto à metodologia administrativa utilizada não constitui, isoladamente, fundamento para reconhecer a ilegalidade do credenciamento, sendo necessária a identificação de deficiência concreta capaz de comprometer a demonstração dos pressupostos previstos no art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.

Também não se pode confundir a possibilidade de contratação complementar com obrigação de utilização imediata de todos os prestadores credenciados ou de execução integral dos quantitativos estimados.

A contratação paralela e não excludente permite organizar uma rede de prestadores habilitados, cuja utilização deverá ocorrer conforme as necessidades efetivamente identificadas, observados os critérios objetivos de distribuição da demanda e as condições de execução estabelecidas no edital.

Essa característica possibilita compatibilizar o planejamento da assistência especializada com a execução dos procedimentos, sem afastar a necessidade de controle dos quantitativos, dos custos e dos resultados alcançados.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Ademais, a manutenção das condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório contribui para preservar a segurança jurídica, a previsibilidade e a igualdade de tratamento entre os interessados, desde que tais condições estejam fundamentadas e em conformidade com a legislação aplicável.

Nesse sentido, a suspensão ou a alteração do credenciamento somente se justificaria diante da identificação de irregularidade concreta que comprometesse a legalidade do procedimento, não decorrendo automaticamente da apresentação de questionamentos sobre a conveniência ou a metodologia de organização da rede complementar.

**Diante do exposto, conclui-se que a contratação complementar de serviços ambulatoriais especializados destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS possui fundamento constitucional e legal, especialmente nos arts. 196, 197 e 199, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, sendo juridicamente admissível quando demonstrada a insuficiência da capacidade assistencial pública e observadas as condições de participação, remuneração, formalização e fiscalização previstas na legislação.**

**Consequentemente, a alegação de impossibilidade ou inadequação jurídica da contratação complementar não procede, uma vez que o ordenamento jurídico admite expressamente a participação de prestadores privados na assistência à saúde. A manutenção das disposições correspondentes do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontra respaldo nesse regime jurídico, observada a necessária comprovação, nos documentos de planejamento do Processo Administrativo nº 115/2026, dos pressupostos concretos que justificam a complementação dos serviços.**

**2.4. DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS, DA DEMANDA ASSISTENCIAL E DA AUSÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO INTEGRAL**

O impugnante questiona os quantitativos estimados para a execução dos procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, sustentando a necessidade de demonstração detalhada da demanda assistencial existente, dos critérios utilizados para o dimensionamento dos atendimentos e da correspondência entre os quantitativos previstos e as necessidades efetivas dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Argumenta que a estimativa dos procedimentos deveria estar acompanhada de elementos técnicos capazes de demonstrar sua compatibilidade com a realidade assistencial do Município de Cícero Dantas/BA, especialmente quanto à demanda reprimida, à capacidade de atendimento da rede pública e à programação dos serviços especializados.

Em razão dessas alegações, pretende a revisão das condições estabelecidas no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, sob o argumento de que eventual insuficiência de informações comprometeria o planejamento, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a estimativa dos quantitativos constitui elemento integrante do planejamento das contratações públicas, destinando-se a

dimensionar a necessidade administrativa, orientar a previsão orçamentária e estabelecer parâmetros para a futura execução contratual.

Entretanto, a estimativa de quantitativos não se confunde com obrigação de contratação integral, especialmente nos procedimentos de credenciamento estruturados sob a sistemática de contratação paralela e não excludente, em que a utilização dos prestadores habilitados depende da efetiva demanda pelos serviços.

O art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve ser caracterizada pelo planejamento e compatibilizada com as leis orçamentárias, considerando os aspectos técnicos, mercadológicos e de gestão que possam interferir na contratação.

Por sua vez, o art. 18, § 1º, inciso IV, da referida legislação prevê que o Estudo Técnico Preliminar deverá contemplar as estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, considerando as interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A disposição legal evidencia que o dimensionamento da contratação deve decorrer de critérios técnicos e administrativos compatíveis com a natureza do objeto, não sendo juridicamente adequado estabelecer quantitativos de maneira arbitrária ou dissociada das necessidades identificadas.

No caso concreto, o Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD destina-se à contratação complementar de serviços ambulatoriais especializados, voltados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Trata-se de contratação cuja execução está diretamente relacionada à demanda assistencial efetivamente identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições clínicas dos pacientes, os encaminhamentos realizados pela rede pública, a autorização dos procedimentos e a capacidade operacional dos prestadores credenciados.

Dessa forma, a estimativa dos quantitativos deve ser compreendida como parâmetro de planejamento destinado a orientar a organização da oferta complementar de serviços, sem representar determinação antecipada de que todos os procedimentos previstos serão necessariamente realizados.

A própria natureza dos atendimentos especializados impede que a Administração assegure, de maneira absoluta, a realização de quantitativo fixo de procedimentos durante toda a vigência contratual, uma vez que a necessidade de atendimento depende de fatores assistenciais que podem variar ao longo do período de execução.

Entre esses fatores encontram-se a identificação de pacientes com indicação clínica para o tratamento, a avaliação dos profissionais responsáveis, a evolução das condições de saúde dos usuários, a disponibilidade de atendimento na rede pública e a programação assistencial estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nesse contexto, a estimativa administrativa deve considerar informações disponíveis no momento do planejamento, sem que isso represente garantia de que a

demanda efetivamente executada corresponderá, de maneira exata, aos quantitativos inicialmente previstos.

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 79, inciso I, admite expressamente a contratação paralela e não excludente mediante credenciamento, quando viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A sistemática permite a habilitação de múltiplos prestadores, cuja convocação e utilização deverão observar as necessidades administrativas e os critérios objetivos de distribuição da demanda.

Por sua vez, o art. 79, parágrafo único, inciso II, determina que, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.

Essa previsão reforça a distinção entre o quantitativo global estimado para o procedimento e a efetiva distribuição dos serviços entre os prestadores habilitados, uma vez que a contratação não se destina a assegurar faturamento previamente determinado a cada interessado.

No presente credenciamento, o instrumento convocatório estabelece condições padronizadas de execução e valores unitários previamente definidos, permitindo que os procedimentos sejam realizados conforme a necessidade assistencial e os critérios de distribuição estabelecidos pela Administração.

A previsão de valor global estimado de **R$ 3.931.573,20 (três milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos)** representa parâmetro financeiro de planejamento da contratação, não constituindo, por si só, obrigação de realização integral dos serviços ou de utilização de todo o montante previsto.

Importa destacar que a estimativa financeira deve guardar correspondência com os quantitativos planejados e os valores unitários estabelecidos para os procedimentos, permitindo o adequado acompanhamento da execução e a verificação da compatibilidade entre os serviços autorizados e os recursos utilizados.

Entretanto, o valor estimado não representa autorização para pagamento antecipado, remuneração por serviços não realizados ou reconhecimento de direito ao recebimento de valores independentemente da efetiva prestação dos atendimentos.

A remuneração dos prestadores credenciados deverá decorrer da execução dos procedimentos regularmente autorizados, comprovados e aceitos pela Administração, observadas as condições contratuais e os mecanismos de controle estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Nesse sentido, a contratação complementar deve preservar a vinculação entre a despesa pública e a efetiva prestação do serviço, assegurando que os pagamentos correspondam aos procedimentos realizados em conformidade com as exigências técnicas e administrativas aplicáveis.

O art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assim, a existência de quantitativos estimados no instrumento convocatório não dispensa a comprovação da execução dos serviços, tampouco autoriza a realização de pagamentos sem a correspondente verificação administrativa.

Cumpre destacar, ainda, que a contratação complementar de serviços de saúde encontra fundamento no art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990, que admite a utilização de serviços privados quando as disponibilidades do Sistema Único de Saúde forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população.

A aplicação desse dispositivo exige que a Administração considere a capacidade de atendimento da rede pública e as necessidades assistenciais identificadas, de modo que a contratação complementar seja dimensionada conforme a demanda que justifica sua realização.

Entretanto, a legislação não estabelece que a estimativa de procedimentos especializados deva corresponder obrigatoriamente a quantitativo imutável de pacientes ou a número previamente garantido de atendimentos.

O planejamento da assistência à saúde envolve projeções e avaliações técnicas que podem sofrer alterações em razão da dinâmica dos atendimentos, da evolução da demanda e das necessidades identificadas ao longo da execução.

Dessa forma, a utilização de quantitativos estimados constitui mecanismo legítimo de planejamento, desde que fundamentado em elementos técnicos compatíveis com a realidade assistencial e acompanhado de instrumentos adequados de controle e fiscalização.

No presente caso, a existência de previsão quantitativa e financeira no instrumento convocatório não demonstra, por si só, irregularidade ou comprometimento da economicidade, especialmente diante da ausência de obrigação de execução integral dos serviços.

Importa ressaltar que a economicidade da contratação não deve ser aferida exclusivamente pelo valor global estimado, mas também pela adequação dos preços unitários, pela efetiva necessidade dos atendimentos, pela regularidade das autorizações e pela correspondência entre os pagamentos realizados e os serviços comprovadamente executados.

A adoção de valores unitários previamente definidos e de critérios objetivos para distribuição da demanda contribui para a previsibilidade financeira e para o controle dos serviços prestados, desde que observados os parâmetros oficiais aplicáveis e as disposições contratuais.

Nesse contexto, o credenciamento permite organizar uma rede de prestadores habilitados sem assegurar exclusividade, quantitativo mínimo de procedimentos ou faturamento garantido a qualquer interessado.

A inexistência de garantia de demanda individual constitui característica compatível com a contratação paralela e não excludente, na qual os prestadores aceitam previamente as condições estabelecidas e ficam sujeitos à convocação conforme as necessidades efetivas da Administração.

Assim, eventual diferença entre os quantitativos inicialmente estimados e aqueles efetivamente executados não caracteriza, por si só, irregularidade, desde que

respeitados os limites contratuais, as autorizações administrativas e os requisitos de comprovação dos serviços.

Por outro lado, o planejamento quantitativo deve permanecer sujeito ao acompanhamento e à avaliação administrativa, permitindo que a Secretaria Municipal de Saúde identifique eventuais alterações da demanda e adote as providências legalmente cabíveis para assegurar a adequada prestação dos serviços.

A Administração também deverá manter registros suficientes para demonstrar a origem das estimativas, a evolução dos atendimentos, os procedimentos autorizados, os serviços efetivamente realizados e os pagamentos correspondentes.

Esses mecanismos são essenciais para assegurar a transparência, a rastreabilidade da despesa e a adequada fiscalização da execução contratual, não se confundindo com a obrigação de contratar ou executar integralmente os quantitativos estimados.

Cumpre esclarecer que a alegação de insuficiência de informações sobre a demanda assistencial deve ser examinada à luz dos documentos de planejamento efetivamente integrantes do Processo Administrativo nº 115/2026.

A exigência legal de fundamentação dos quantitativos não significa que a Administração esteja obrigada a adotar exclusivamente a metodologia sugerida pelo impugnante, desde que as estimativas estejam apoiadas em elementos técnicos verificáveis, coerentes com as necessidades da rede municipal de saúde.

Dessa forma, a eventual discordância quanto aos critérios de dimensionamento não constitui fundamento suficiente para reconhecer a ilegalidade do credenciamento, sendo necessária a demonstração de que os quantitativos foram estabelecidos sem suporte técnico adequado ou de maneira incompatível com a demanda assistencial.

Também não se pode concluir pela necessidade de suspensão do procedimento apenas em razão do valor global estimado, uma vez que sua execução dependerá da efetiva necessidade dos serviços, da disponibilidade orçamentária e da comprovação dos procedimentos realizados.

Nesse sentido, a manutenção das condições editalícias relacionadas aos quantitativos estimados é compatível com a legislação aplicável, desde que preservada sua fundamentação nos documentos de planejamento e observados os mecanismos de autorização, controle e fiscalização da execução.

**Diante do exposto, conclui-se que a utilização de quantitativos estimados no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontra fundamento na sistemática de planejamento das contratações públicas e na natureza da contratação paralela e não excludente prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, não representando obrigação de execução integral dos procedimentos ou garantia de faturamento aos prestadores credenciados.**

**Consequentemente, a alegação de irregularidade fundada exclusivamente na existência de quantitativos e valor global estimados não procede, uma vez que a execução dos serviços deverá observar a demanda assistencial efetiva, as autorizações da Secretaria Municipal de Saúde, os critérios objetivos de distribuição e a comprovação dos procedimentos realizados. A**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**manutenção das disposições correspondentes do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD pressupõe a existência, nos autos, de elementos técnicos suficientes para fundamentar as estimativas adotadas, em observância ao art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao art. 24 da Lei Federal nº 8.080/1990.**

**2.5. DA LEGALIDADE DOS VALORES UNITÁRIOS FIXADOS COM BASE NOS PARÂMETROS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA COMPATIBILIDADE COM A SISTEMÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO SUS**

O impugnante questiona a regularidade dos valores unitários estabelecidos no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, sustentando suposta ausência de pesquisa de preços, memória de cálculo e documentação técnica que demonstre a adequação econômica dos procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Alega, em síntese, que a Administração Municipal não teria apresentado elementos suficientes para justificar os valores de R$ 300,78 e R$ 392,62, respectivamente, pretendendo a revisão da formação dos preços e, consequentemente, das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Entretanto, a alegação não merece prosperar, considerando que os valores unitários adotados pela Administração Municipal possuem correspondência expressa com os parâmetros oficiais estabelecidos pelo Ministério da Saúde, conforme demonstrado pela **Portaria nº 709, de 9 de março de 2017**, e pelos relatórios extraídos da **Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde – SIGTAP, competência 07/2025**, documentos apresentados para fundamentar a formação dos preços da contratação.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a definição dos valores destinados à remuneração de serviços complementares de saúde deve observar o regime jurídico próprio do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente as disposições da Lei Federal nº 8.080/1990, sem prejuízo das normas gerais de planejamento e contratação previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

O art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece que os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela direção nacional do Sistema Único de Saúde, aprovados no Conselho Nacional de Saúde.

A disposição legal demonstra que a remuneração dos serviços prestados no âmbito do SUS está submetida a disciplina normativa específica, cuja aplicação deve considerar os procedimentos oficialmente reconhecidos, seus respectivos códigos, atributos assistenciais e valores de referência.

Dessa forma, a utilização de valores constantes da tabela oficial do Ministério da Saúde constitui parâmetro objetivo e juridicamente pertinente para fundamentar a remuneração dos serviços complementares contratados pela Administração Pública.

No caso concreto, a **Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde**, incluiu na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS os procedimentos destinados ao tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

O art. 1º da referida Portaria estabeleceu a inclusão desses procedimentos na tabela oficial, conforme as especificações constantes de seu Anexo I, inserindo-os no Grupo 03 – Procedimentos Clínicos, Subgrupo 09 – Terapias Especializadas, Forma de Organização 07 – Angiologia.

A regulamentação federal não se limitou ao reconhecimento genérico dos procedimentos, tendo estabelecido sua descrição técnica, classificação assistencial, modalidade de atendimento, instrumento de registro, critérios de execução e respectivos valores de remuneração.

No Anexo I da Portaria nº 709/2017, o Ministério da Saúde identificou expressamente o procedimento **03.09.07.001-5 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)**, atribuindo-lhe o valor ambulatorial total de **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)**.

A descrição oficial do procedimento contempla a utilização de agente esclerosante, químico ou físico, para tratamento não estético de varizes em um dos membros inferiores, com ou sem úlcera, como alternativa ou procedimento adjuvante ao tratamento cirúrgico, incluindo exame ultrassonográfico e adjuvante compressivo.

O referido procedimento encontra-se classificado como de média complexidade, na modalidade de atendimento ambulatorial, com registro individualizado, observadas as condições e os atributos definidos pelo Ministério da Saúde.

Da mesma forma, a Portaria nº 709/2017 identificou o procedimento **03.09.07.002-3 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)**, estabelecendo o valor ambulatorial total de **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)**.

A descrição oficial contempla o tratamento não estético de varizes dos membros inferiores, com ou sem úlcera, mediante utilização de agente esclerosante, químico ou físico, como alternativa ou procedimento adjuvante ao tratamento cirúrgico, incluindo exames ultrassonográficos e adjuvantes compressivos.

Também nesse caso, o Ministério da Saúde classificou o procedimento como de média complexidade, na modalidade ambulatorial, estabelecendo seus atributos técnicos e assistenciais.

Portanto, verifica-se que os dois procedimentos objeto do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD possuem identificação expressa na regulamentação federal, com descrições e valores individualizados, afastando a alegação de que a Administração teria definido os preços sem referência normativa identificável.

Além da Portaria nº 709/2017, os documentos apresentados incluem relatórios oficiais do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, referentes à competência **07/2025**.

O relatório denominado **"Procedimento x Descrição"** identifica os procedimentos unilateral e bilateral, seus respectivos códigos e descrições assistenciais, demonstrando a correspondência entre os serviços previstos no instrumento convocatório e aqueles integrantes da tabela oficial do Sistema Único de Saúde.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Por sua vez, o relatório **"Procedimento (Sintético com Valor)"**, também referente à competência 07/2025, apresenta os valores ambulatoriais dos dois procedimentos, permitindo verificar objetivamente sua correspondência com os preços estabelecidos no edital.

Conforme a documentação oficial apresentada, os valores são os seguintes:

**I – PROCEDIMENTO UNILATERAL:** Código SIGTAP 03.09.07.001-5, com valor ambulatorial total de R$ 300,78, exatamente correspondente ao valor unitário de R$ 300,78 estabelecido no edital.

**II – PROCEDIMENTO BILATERAL:** Código SIGTAP 03.09.07.002-3, com valor ambulatorial total de R$ 392,62, exatamente correspondente ao valor unitário de R$ 392,62 estabelecido no edital.

A identidade entre os valores previstos no instrumento convocatório e aqueles constantes dos documentos oficiais apresentados demonstra que a Administração adotou referências específicas e verificáveis para a definição dos preços unitários.

Não se trata, portanto, de valores estabelecidos de maneira aleatória, arbitrária ou desvinculada de parâmetros oficiais, mas de remunerações que encontram correspondência expressa na regulamentação federal e na tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde, conforme a competência documentalmente demonstrada.

A existência dessas referências também permite identificar a origem dos preços e verificar a metodologia utilizada para sua definição, atendendo à necessidade de motivação administrativa e de transparência quanto aos critérios de formação dos valores.

Cumpre destacar que os relatórios do SIGTAP apresentados correspondem à competência 07/2025, razão pela qual comprovam os valores oficiais registrados naquele período. Sua utilização como referência para o credenciamento deve considerar a pertinência temporal desses parâmetros e a inexistência de alteração normativa superveniente aplicável aos procedimentos contratados.

Essa delimitação não afasta a relevância dos documentos apresentados, mas assegura que sua interpretação permaneça vinculada ao conteúdo efetivamente demonstrado.

Importa ressaltar que a utilização da tabela oficial do Ministério da Saúde possui especial pertinência quando o objeto da contratação consiste precisamente na prestação complementar de procedimentos destinados aos usuários do SUS.

Nesse cenário, a Administração não está diante de serviço comum desvinculado de regulamentação setorial, mas de procedimentos assistenciais oficialmente classificados e disciplinados pelo órgão federal responsável pela direção nacional do Sistema Único de Saúde.

A adoção dos valores oficiais como referência contribui para a padronização da remuneração, a previsibilidade da despesa pública, a identificação dos procedimentos executados e a fiscalização dos pagamentos.

A alegação de ausência de pesquisa de preços deve ser examinada considerando essa particularidade, uma vez que a existência de parâmetros oficiais de remuneração constitui elemento relevante para a justificativa dos valores, não sendo

juridicamente adequado desconsiderá-los e exigir, como única metodologia admissível, a obtenção de cotações comerciais de prestadores privados.

O art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas e as peculiaridades do objeto.

A utilização de informações oficiais disponibilizadas pelo Ministério da Saúde mostra-se compatível com a necessidade de considerar fontes públicas e parâmetros específicos da atividade contratada, especialmente diante da disciplina própria estabelecida pelo art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990.

Nesse sentido, a pesquisa e a justificativa dos preços devem observar a natureza do objeto, a existência de regulamentação específica e as características do regime de contratação adotado.

Não se pode concluir pela irregularidade dos valores apenas porque não foram estabelecidos mediante competição entre interessados, sobretudo quando a Administração demonstra sua correspondência com parâmetros oficiais aplicáveis aos procedimentos de saúde.

A contratação foi estruturada sob a sistemática de credenciamento paralelo e não excludente, prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, modalidade na qual os interessados que preencham os requisitos estabelecidos poderão aderir às condições previamente definidas.

O art. 79, parágrafo único, inciso III, da referida legislação determina que o edital de chamamento deverá prever as condições padronizadas de contratação e definir o valor da contratação nas hipóteses legalmente indicadas.

Portanto, a fixação prévia dos valores não representa irregularidade, mas exigência compatível com a própria estrutura jurídica do credenciamento.

No presente procedimento, todos os interessados estão submetidos aos mesmos valores unitários, não havendo previsão de negociação individualizada ou diferenciação remuneratória entre prestadores que executem procedimentos equivalentes.

Essa padronização preserva a isonomia, a impessoalidade e o julgamento objetivo, evitando que a distribuição da demanda seja influenciada por condições financeiras particulares ou por tratamentos diferenciados entre os credenciados.

A remuneração uniforme também permite que a Administração organize a prestação complementar dos serviços sem promover disputa destinada à escolha exclusiva de um único prestador, preservando a possibilidade de contratação de múltiplas pessoas jurídicas habilitadas.

Importa destacar que a correspondência entre os valores editalícios e a tabela oficial do Ministério da Saúde também permite demonstrar a adequação da distinção remuneratória entre os procedimentos unilateral e bilateral.

A diferença entre os valores não decorre de escolha arbitrária da Administração Municipal, mas da própria classificação federal dos procedimentos, que possuem códigos específicos, descrições próprias e valores individualizados.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Assim, o valor de R$ 300,78 corresponde ao procedimento unilateral, enquanto o valor de R$ 392,62 corresponde ao procedimento bilateral, conforme estabelecido nos documentos oficiais apresentados.

A Administração, ao adotar essas referências, preservou a diferenciação prevista na tabela do SUS, sem estabelecer valores distintos daqueles demonstrados para cada modalidade de atendimento.

Também merece destaque que os procedimentos se encontram inseridos no âmbito das terapias especializadas em angiologia, classificados como de média complexidade e destinados à execução ambulatorial.

Essas características reforçam a necessidade de observância dos parâmetros técnicos e assistenciais definidos pelo Ministério da Saúde, inclusive quanto à identificação dos procedimentos, à qualificação dos profissionais e ao registro dos atendimentos.

A Portaria nº 709/2017 também contempla disposições relativas à organização dos serviços especializados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, evidenciando que a regulamentação federal disciplina não apenas os valores, mas também aspectos relacionados à estrutura assistencial necessária à execução dos procedimentos.

Desse modo, a utilização dos parâmetros oficiais contribui para assegurar coerência entre o objeto contratado, os requisitos técnicos e a remuneração estabelecida.

Quanto ao valor global estimado da contratação, correspondente a **R$ 3.931.573,20 (três milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos)**, cumpre esclarecer que sua formação decorre da aplicação dos valores unitários aos quantitativos estimados no planejamento administrativo.

O referido montante representa estimativa financeira destinada à organização do credenciamento, não constituindo obrigação de execução integral dos procedimentos ou garantia de faturamento aos prestadores habilitados.

A efetiva remuneração dependerá da realização dos atendimentos regularmente autorizados, da comprovação dos serviços executados e da observância das condições estabelecidas no instrumento convocatório e nos respectivos contratos.

A Administração não estará obrigada a utilizar integralmente os quantitativos estimados, tampouco a assegurar volume mínimo de procedimentos a qualquer credenciado, uma vez que a execução deverá observar a demanda assistencial efetiva.

Essa circunstância preserva a vinculação da despesa pública à necessidade concreta de atendimento dos usuários do SUS, evitando que a simples previsão orçamentária seja confundida com obrigação de pagamento.

O art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com fundamento nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assim, os pagamentos deverão corresponder aos procedimentos efetivamente realizados e regularmente comprovados, não sendo admitida remuneração pela mera condição de credenciado ou pela existência de quantitativos estimados.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Importa ressaltar que a economicidade da contratação deve ser analisada a partir da conjugação entre os valores unitários adotados, os parâmetros oficiais de remuneração, a efetiva necessidade dos serviços e os mecanismos de fiscalização da execução.

A existência de valores expressamente previstos em regulamentação federal constitui fundamento relevante para afastar alegações genéricas de arbitrariedade na formação dos preços, especialmente quando há identidade entre os procedimentos contratados e aqueles classificados na tabela oficial.

Nesse contexto, o impugnante não demonstra, de maneira específica, que os valores unitários estabelecidos pela Administração sejam superiores aos constantes dos documentos oficiais apresentados, tampouco identifica divergência entre os procedimentos descritos no edital e os respectivos códigos da tabela do SUS.

Ao contrário, a documentação técnica evidencia correspondência entre os valores de R$ 300,78 e R$ 392,62 e aqueles registrados nos parâmetros federais apresentados.

Não se verifica, portanto, fundamento para exigir a alteração dos preços exclusivamente em razão da alegação de ausência de pesquisa mercadológica convencional, uma vez que a Administração dispõe de referências oficiais específicas para os serviços objeto do credenciamento.

A utilização desses parâmetros não afasta os deveres de planejamento e motivação, mas demonstra que a formação dos valores pode ser fundamentada em fontes públicas pertinentes à natureza da contratação, sem necessidade de desconsiderar a disciplina própria do Sistema Único de Saúde.

Cumpre destacar, ainda, que a eventual realização de pesquisa complementar não implicaria, necessariamente, obrigação de modificar os valores editalícios, especialmente quando os preços adotados já encontram correspondência nos parâmetros oficiais de remuneração dos procedimentos.

A alteração dos valores somente se justificaria diante da identificação de circunstância técnica, econômica ou normativa concreta que demonstrasse a inadequação dos parâmetros utilizados, não sendo suficiente a apresentação de questionamentos genéricos sobre a metodologia adotada.

No caso concreto, os documentos apresentados conferem suporte objetivo à definição dos valores unitários, permitindo identificar sua origem normativa, os códigos dos procedimentos, as respectivas descrições e os montantes de remuneração correspondentes.

Dessa forma, a manutenção dos preços previstos no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD preserva a coerência com as referências oficiais documentadas, a padronização das condições de contratação e a igualdade de tratamento entre os interessados.

A revisão dos valores sem demonstração de inadequação concreta poderia, inclusive, comprometer a uniformidade das condições originalmente estabelecidas e introduzir diferenciações sem fundamento técnico ou normativo suficiente.

A Administração deve, portanto, preservar a observância dos parâmetros oficiais pertinentes, assegurando que a execução dos serviços permaneça vinculada às

condições técnicas, financeiras e assistenciais estabelecidas no instrumento convocatório.

**Diante do exposto, conclui-se que os valores unitários de R$ 300,78 para o tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores na modalidade unilateral e de R$ 392,62 para a modalidade bilateral encontram correspondência expressa na Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde, e nos relatórios oficiais do SIGTAP referentes à competência 07/2025, constituindo referências documentais objetivas para a formação dos preços do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD.**

**A definição prévia e uniforme desses valores encontra respaldo no art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo compatível com a disciplina específica da remuneração dos serviços complementares de saúde estabelecida no art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, observada a pertinência temporal dos parâmetros oficiais utilizados.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a alegação de ausência de referência oficial para os preços estabelecidos, uma vez que a documentação apresentada identifica expressamente os procedimentos, seus respectivos códigos e os valores unitários adotados pela Administração Municipal, não se demonstrando, por esse fundamento, irregularidade capaz de justificar a suspensão do credenciamento ou a modificação das condições editalícias.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE os valores unitários de R$ 300,78 e R$ 392,62 previstos no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, sem necessidade de retificação ou republicação do instrumento convocatório em decorrência das alegações examinadas neste tópico.**

**2.6. DA PADRONIZAÇÃO DOS PREÇOS, DA INEXISTÊNCIA DE DISPUTA COMPETITIVA E DA VANTAJOSIDADE DO CREDENCIAMENTO**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados à formação dos preços e à vantajosidade econômica do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, sustentando a necessidade de demonstração dos critérios utilizados pela Administração Municipal para estabelecer os valores de remuneração dos procedimentos, bem como da adequação da sistemática de contratação adotada.

Entretanto, as alegações devem ser examinadas considerando a natureza jurídica do credenciamento, a disciplina estabelecida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e as particularidades da prestação complementar de serviços ambulatoriais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o credenciamento constitui procedimento auxiliar destinado à contratação de interessados que preencham requisitos previamente estabelecidos pela Administração, sendo juridicamente distinto das modalidades licitatórias estruturadas para selecionar uma única proposta vencedora mediante competição entre os participantes.

O art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público em que a Administração convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os

requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Por sua vez, o art. 78, inciso I, da mesma legislação reconhece expressamente o credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas, conferindo fundamento jurídico à sua utilização nas hipóteses legalmente previstas.

O art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a inexigibilidade de licitação para os objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, reconhecendo que determinadas contratações públicas não exigem disputa competitiva destinada à seleção exclusiva de um fornecedor.

A previsão legal decorre da possibilidade de a Administração contratar múltiplos interessados em condições previamente estabelecidas, sem que a escolha de um prestador implique necessariamente a exclusão dos demais.

No caso concreto, o Município de Cícero Dantas/BA estruturou o Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD sob a sistemática de contratação paralela e não excludente, prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Essa hipótese legal admite o credenciamento quando se mostrar viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A expressão **"contratação paralela e não excludente"** evidencia que o procedimento não se destina à escolha de uma única pessoa jurídica, mas à possibilidade de formação de uma rede de prestadores habilitados, aptos à execução dos serviços conforme as necessidades administrativas e assistenciais.

Dessa forma, a inexistência de disputa competitiva entre os interessados não constitui deficiência do procedimento, mas consequência da própria estrutura jurídica do credenciamento adotado.

Importa destacar que a competição por preços não representa exigência universal para todas as contratações públicas, especialmente quando a legislação admite expressamente a contratação de múltiplos prestadores mediante condições uniformes.

Nas licitações tradicionais, a Administração normalmente promove disputa entre propostas para selecionar aquela que melhor atenda aos critérios de julgamento estabelecidos no edital.

No credenciamento paralelo e não excludente, por outro lado, a Administração estabelece previamente as condições de contratação e admite os interessados que preencham os requisitos necessários, sem que a habilitação de um deles impeça a participação dos demais.

A diferença entre essas sistemáticas decorre da finalidade administrativa de cada procedimento e encontra fundamento direto na Lei Federal nº 14.133/2021.

No presente caso, a Administração pretende disponibilizar serviços ambulatoriais especializados para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, permitindo a participação de diferentes pessoas jurídicas que atendam às condições técnicas, profissionais, sanitárias e administrativas exigidas.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A contratação não foi estruturada para assegurar exclusividade a determinado estabelecimento, tampouco para selecionar um único prestador com base na apresentação do menor preço.

Ao contrário, o procedimento busca viabilizar a participação de múltiplos prestadores, mediante aceitação dos mesmos valores unitários e das mesmas obrigações contratuais, observados os critérios objetivos de distribuição da demanda.

Nesse contexto, o art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses de contratação paralela e não excludente e de contratação com seleção a critério de terceiros, definir o valor da contratação.

A disposição legal demonstra que a fixação prévia dos valores não representa mera faculdade administrativa, mas integra a disciplina normativa do credenciamento nas hipóteses indicadas.

Assim, a Administração deve estabelecer previamente os valores e as demais condições aplicáveis aos interessados, permitindo que todos tenham conhecimento das obrigações e da remuneração antes de formalizarem sua participação.

No Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, os valores unitários foram definidos em **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)** para o tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores na modalidade unilateral e **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)** para o procedimento bilateral.

Conforme demonstrado na fundamentação anterior, os referidos valores possuem correspondência expressa com aqueles estabelecidos pela **Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde**, e registrados nos relatórios oficiais do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, referentes à competência 07/2025.

O procedimento unilateral encontra-se identificado pelo código **03.09.07.001-5**, com valor ambulatorial total de R$ 300,78, enquanto o procedimento bilateral corresponde ao código **03.09.07.002-3**, com valor ambulatorial total de R$ 392,62.

A identidade entre os valores editalícios e as referências oficiais apresentadas demonstra que a Administração não estabeleceu remunerações diferenciadas de maneira arbitrária, mas utilizou parâmetros específicos para os procedimentos objeto da contratação.

Essa circunstância possui relevância para a análise da vantajosidade do credenciamento, uma vez que a adoção de referências oficiais contribui para a uniformidade das condições financeiras, a previsibilidade da despesa e a transparência dos critérios de remuneração.

A padronização dos preços também assegura que os interessados sejam submetidos às mesmas condições econômicas, evitando a celebração de contratações com valores distintos para procedimentos equivalentes sem justificativa técnica ou normativa.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Desse modo, todos os prestadores que venham a ser credenciados deverão observar os valores previamente estabelecidos, não havendo possibilidade de negociação individualizada destinada a conferir tratamento remuneratório privilegiado a determinado interessado.

A uniformidade dos preços encontra fundamento nos princípios da isonomia, da impessoalidade, da moralidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Importa ressaltar que a igualdade de condições não exige que todos os prestadores recebam necessariamente o mesmo quantitativo de procedimentos, mas que a distribuição da demanda observe critérios objetivos, previamente definidos e compatíveis com a natureza dos serviços.

Nesse sentido, a padronização da remuneração deve ser analisada conjuntamente com a disciplina de distribuição dos atendimentos, uma vez que ambos os mecanismos contribuem para impedir favorecimentos indevidos.

O instrumento convocatório prevê a utilização de rodízio sequencial para distribuição da demanda, observadas as condições de execução e as necessidades assistenciais dos usuários, matéria que será examinada especificamente no tópico destinado à objetividade dos critérios de distribuição.

A existência de mecanismo previamente estabelecido para convocação dos credenciados contribui para a organização dos atendimentos e para a transparência da execução contratual, especialmente quando a demanda efetiva não permitir a utilização simultânea de todos os prestadores habilitados.

Cumpre destacar que a vantajosidade do credenciamento não pode ser reduzida à obtenção do menor preço nominal, pois a Administração também deve considerar a natureza do serviço, a possibilidade de ampliação da capacidade assistencial, a continuidade dos atendimentos e a adequação da solução às necessidades da população.

No âmbito do Sistema Único de Saúde, a análise da vantajosidade deve contemplar a finalidade pública da contratação, especialmente a necessidade de assegurar acesso aos procedimentos especializados e organizar a prestação complementar dos serviços.

A Lei Federal nº 8.080/1990, em seu art. 24, admite a participação complementar da iniciativa privada quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área.

Por sua vez, o art. 26 da mesma legislação estabelece disciplina específica para os critérios e valores de remuneração dos serviços privados contratados no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A conjugação dessas disposições com o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 permite compreender que a vantajosidade da contratação complementar não decorre exclusivamente da competição entre preços, mas também da adequação da sistemática de contratação à necessidade assistencial identificada.

No caso concreto, o credenciamento apresenta características juridicamente compatíveis com essa finalidade, especialmente a possibilidade de

habilitação de múltiplos prestadores, a adoção de valores uniformes, a inexistência de exclusividade e a utilização dos serviços conforme a demanda efetiva.

A contratação de múltiplos prestadores poderá contribuir para ampliar as alternativas de atendimento disponíveis à Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo a dependência administrativa de um único estabelecimento.

Essa possibilidade também favorece a continuidade dos serviços quando determinado credenciado estiver temporariamente impossibilitado de realizar os procedimentos, desde que observadas as regras de distribuição e convocação estabelecidas no edital.

A existência de mais de um prestador habilitado permite que a Administração organize a execução de maneira compatível com as necessidades dos usuários, respeitando a capacidade operacional dos estabelecimentos e os requisitos assistenciais aplicáveis.

Entretanto, a vantajosidade concreta dessa solução deve permanecer vinculada aos elementos de planejamento da contratação, especialmente à demonstração da necessidade de complementação da rede pública e da adequação do credenciamento às condições de atendimento pretendidas.

A possibilidade de ampliação da rede de prestadores constitui vantagem potencial da sistemática adotada, mas não dispensa o acompanhamento dos resultados efetivamente alcançados durante a execução contratual.

Importa destacar, ainda, que o credenciamento não assegura aos interessados direito à execução de quantitativo mínimo de procedimentos ou à percepção de remuneração independentemente da prestação dos serviços.

A habilitação de determinada pessoa jurídica representa o reconhecimento de sua aptidão para executar o objeto nas condições estabelecidas, ficando a efetiva convocação condicionada à demanda assistencial e aos critérios previstos no instrumento convocatório.

Dessa forma, a Administração não assume obrigação de contratar integralmente os quantitativos estimados, tampouco de distribuir volume fixo de procedimentos a cada prestador.

Essa característica contribui para a racionalidade da despesa pública, uma vez que os pagamentos deverão decorrer dos serviços efetivamente autorizados, realizados e comprovados.

O valor global estimado de **R$ 3.931.573,20 (três milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos)** representa parâmetro financeiro de planejamento, não constituindo obrigação de utilização integral dos recursos ou garantia de faturamento aos credenciados.

A remuneração deverá observar os valores unitários estabelecidos e a quantidade de procedimentos regularmente executados, preservando a correspondência entre a despesa realizada e a assistência efetivamente prestada aos usuários do SUS.

Nesse contexto, a inexistência de garantia de faturamento mínimo reduz o risco de comprometimento de recursos públicos com serviços não demandados, desde que os contratos e os mecanismos de execução observem efetivamente essa condição.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A economicidade também se manifesta na possibilidade de utilização dos prestadores conforme a necessidade administrativa, evitando a imposição de execução integral de quantitativos previamente estimados quando a demanda efetiva se revelar inferior.

Cumpre ressaltar que a padronização dos valores não elimina a necessidade de fiscalização da execução contratual.

A Secretaria Municipal de Saúde deverá verificar a regularidade das autorizações, a efetiva realização dos procedimentos, a correspondência com os códigos e descrições aplicáveis e a adequação dos documentos apresentados para fins de pagamento.

O art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964 estabelece que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assim, a remuneração dos prestadores credenciados deverá permanecer vinculada à efetiva prestação dos serviços, sendo vedado reconhecer direito ao pagamento pela mera habilitação ou pela existência de previsão quantitativa no edital.

A fiscalização administrativa também deverá assegurar que os procedimentos sejam realizados conforme as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis, preservando a qualidade assistencial e a segurança dos usuários.

Importa esclarecer que a inexistência de disputa competitiva por preços não significa ausência de controle da vantajosidade.

O controle deverá ocorrer mediante a verificação da adequação dos valores previamente fixados, da pertinência da solução contratual, da observância dos critérios de distribuição da demanda e da efetiva prestação dos serviços.

No presente caso, a correspondência entre os valores unitários editalícios e os parâmetros oficiais do Ministério da Saúde constitui elemento objetivo favorável à justificativa econômica da contratação.

Além disso, a possibilidade de credenciamento de múltiplos interessados, sem exclusividade e sem garantia de execução integral dos quantitativos, mostra-se compatível com a finalidade de organizar a prestação complementar dos serviços de saúde conforme as necessidades efetivamente identificadas.

A ausência de competição por preços, portanto, não caracteriza afronta aos princípios da economicidade ou da seleção da proposta mais vantajosa, pois a contratação está submetida a regime jurídico específico que admite condições padronizadas e contratação não excludente.

A análise da vantajosidade deve considerar a solução administrativa como um todo, e não apenas a inexistência de lances ou propostas financeiras concorrentes.

Não seria juridicamente adequado exigir que a Administração transformasse o credenciamento em disputa competitiva destinada à escolha de um único prestador quando a finalidade do procedimento consiste justamente em admitir múltiplos interessados nas mesmas condições.

A adoção de competição por preços como critério determinante de seleção poderia descaracterizar a sistemática de contratação paralela e não excludente,

substituindo a lógica de habilitação de múltiplos prestadores por mecanismo de exclusão de interessados em razão de suas propostas financeiras.

Dessa forma, a exigência formulada pelo impugnante deve ser examinada à luz da natureza jurídica do procedimento, não sendo possível considerar irregular uma característica expressamente admitida pela legislação federal.

O art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 reconhece a viabilidade da contratação paralela e não excludente em condições padronizadas, enquanto o parágrafo único, inciso III, do mesmo dispositivo determina a definição prévia do valor da contratação.

Assim, a estruturação do credenciamento com preços previamente fixados não representa afastamento indevido da competição, mas aplicação da disciplina legal correspondente à hipótese de contratação adotada.

Cumpre destacar, por fim, que a impugnação não apresenta demonstração concreta de que a padronização dos valores tenha produzido favorecimento indevido, diferenciação remuneratória entre interessados ou incompatibilidade entre os preços estabelecidos e as referências oficiais apresentadas.

Ao contrário, os documentos de formação dos preços permitem identificar a correspondência entre os valores unitários previstos no edital e aqueles constantes da Portaria nº 709/2017 do Ministério da Saúde e dos relatórios SIGTAP da competência 07/2025.

A existência dessas referências, associada à previsão de contratação paralela e não excludente, constitui fundamento para afastar a alegação de que a ausência de disputa competitiva comprometeria, por si só, a legalidade ou a vantajosidade do procedimento.

Eventual alteração da sistemática de contratação somente se justificaria mediante demonstração de inadequação concreta da solução adotada, não sendo suficiente a preferência do impugnante por metodologia distinta daquela expressamente autorizada pela legislação.

**Diante do exposto, conclui-se que a padronização dos preços e a inexistência de disputa competitiva no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontram fundamento nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I e parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo compatíveis com a contratação paralela e não excludente de serviços ambulatoriais especializados destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.**

**A correspondência dos valores unitários de R$ 300,78 e R$ 392,62 com os parâmetros oficiais documentados do Ministério da Saúde, a uniformidade das condições de contratação, a possibilidade de participação de múltiplos prestadores e a inexistência de garantia de faturamento mínimo constituem elementos que sustentam a adequação jurídica e econômica da sistemática adotada, sem afastar os deveres de planejamento, controle e fiscalização da execução.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a alegação de irregularidade fundada na ausência de disputa competitiva de preços, uma vez que tal característica decorre da própria natureza do credenciamento paralelo e não excludente, expressamente previsto na legislação federal.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD relativas à padronização dos preços, à ausência de competição por valores e à sistemática de contratação paralela e não excludente, inexistindo, quanto aos fundamentos examinados neste tópico, motivo jurídico para suspensão, retificação ou republicação do instrumento convocatório.**

**2.7. DA PREVISÃO EXPRESSA DE CADASTRAMENTO PERMANENTE DE NOVOS INTERESSADOS E DA DISTINÇÃO ENTRE O PERÍODO INICIAL DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E A VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO**

O impugnante questiona a regularidade das disposições editalícias relacionadas ao prazo de apresentação da documentação de habilitação, sustentando que a previsão de uma data inicialmente estabelecida para o recebimento dos documentos poderia representar restrição indevida à participação de novos interessados, em suposta incompatibilidade com a natureza permanente e não excludente do credenciamento.

Em sua manifestação, argumenta que o credenciamento deve permanecer aberto durante sua vigência, permitindo o ingresso de novas pessoas jurídicas interessadas na prestação dos serviços, desde que atendidas as condições de habilitação e as demais exigências estabelecidas pela Administração.

Com fundamento nessa interpretação, pretende a alteração do instrumento convocatório para assegurar expressamente a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados, bem como o afastamento de qualquer disposição que possa ser interpretada como encerramento definitivo da participação após o período inicial de recebimento da documentação.

Entretanto, a alegação não merece prosperar, uma vez que o próprio Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD já contempla expressamente a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados, inexistindo a restrição apontada pelo impugnante.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o credenciamento constitui procedimento auxiliar de contratação pública caracterizado pela possibilidade de admissão de múltiplos interessados que preencham os requisitos previamente estabelecidos, não se confundindo com as modalidades licitatórias destinadas à seleção de um único vencedor.

O art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público em que a Administração convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Por sua vez, o art. 78, inciso I, da mesma legislação reconhece expressamente o credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas.

O art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 admite a utilização do credenciamento na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando viável e

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A contratação paralela e não excludente pressupõe a possibilidade de participação de diferentes interessados, sem que o credenciamento de determinada pessoa jurídica impeça a habilitação de outras que também atendam aos requisitos estabelecidos.

Nesse contexto, o art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

A disposição legal evidencia que a abertura permanente constitui característica essencial do credenciamento, devendo a Administração assegurar condições para que novos interessados possam apresentar sua documentação durante a vigência do procedimento, observadas as regras aplicáveis.

Entretanto, essa exigência não impede que o instrumento convocatório estabeleça período inicial de recebimento da documentação, especialmente para fins de organização administrativa, processamento das primeiras solicitações de habilitação e realização de sessão pública destinada à análise dos interessados inicialmente cadastrados.

A previsão de período inicial possui natureza organizacional e procedimental, não podendo ser confundida com prazo definitivo de encerramento do credenciamento.

A distinção entre essas situações é fundamental para a correta interpretação das disposições editalícias.

O período inicial de recebimento da documentação destina-se a organizar a primeira etapa de análise das solicitações apresentadas, enquanto a vigência do credenciamento corresponde ao período durante o qual a Administração mantém disponível o procedimento para habilitação e eventual contratação de interessados que preencham os requisitos estabelecidos.

Dessa forma, a existência de data inicialmente prevista para apresentação dos documentos não implica, necessariamente, impedimento à participação posterior de novos interessados.

No caso concreto, o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD estabelece período inicial de apresentação da documentação, com previsão de recebimento a partir de **09 de outubro de 2026** e marco inicial de encerramento em **29 de outubro de 2026, às 00h00min**, estando a sessão pública inicialmente designada para **03 de novembro de 2026, às 09h00min**.

Essas datas devem ser interpretadas em conjunto com as demais disposições do instrumento convocatório, especialmente aquelas que disciplinam a continuidade do credenciamento e a possibilidade de ingresso posterior de novos interessados.

Nesse sentido, os **itens 3.10 e 3.11 do edital** contemplam a sistemática de continuidade do credenciamento, evidenciando que o procedimento não se limita exclusivamente ao período inicialmente estabelecido para apresentação dos documentos.

Da mesma forma, os **itens 4.13 e 4.14** disciplinam a possibilidade de participação posterior, reforçando que a Administração admite o cadastramento de novos interessados durante a vigência do procedimento, observadas as condições editalícias.

Ainda, o **item 17.20 do instrumento convocatório** deve ser considerado na interpretação sistemática das regras relativas à permanência do credenciamento e à participação de novos interessados.

A leitura conjunta dessas disposições demonstra que o edital não instituiu encerramento definitivo do cadastramento em 29 de outubro de 2026, mas estabeleceu marco temporal destinado à organização da etapa inicial do procedimento.

Assim, a interpretação defendida pelo impugnante, segundo a qual a existência de data inicial para recebimento da documentação representaria impedimento à participação posterior, não corresponde à sistemática efetivamente prevista no instrumento convocatório.

Importa destacar que a interpretação das cláusulas editalícias deve observar sua unidade normativa, evitando a análise isolada de determinada disposição quando outras regras do mesmo instrumento esclarecem seu alcance e sua finalidade.

O edital constitui conjunto integrado de condições administrativas, técnicas e jurídicas, devendo suas disposições ser interpretadas de maneira harmônica e compatível com a legislação aplicável.

Nesse contexto, não se mostra juridicamente adequado atribuir caráter restritivo a uma data destinada à organização da primeira etapa do credenciamento quando o próprio instrumento convocatório assegura a continuidade do cadastramento.

A previsão de sessão pública inicial também não descaracteriza a natureza permanente do procedimento.

A Administração pode estabelecer datas para processamento, análise e divulgação dos resultados das primeiras solicitações de credenciamento, sem que isso implique encerramento definitivo da possibilidade de ingresso de novos interessados.

A realização da sessão inicial permite conferir organização, publicidade e previsibilidade ao processamento da documentação apresentada, contribuindo para a eficiência administrativa e para o início da formação da rede de prestadores habilitados.

Entretanto, a conclusão dessa etapa não impede a apresentação posterior de novos requerimentos de credenciamento, desde que o procedimento permaneça vigente e sejam observadas as condições previstas no edital.

Dessa forma, a existência de cronograma inicial é compatível com o cadastramento permanente exigido pelo art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumpre ressaltar que a abertura permanente não significa habilitação automática de qualquer interessado, tampouco dispensa a verificação dos requisitos técnicos, jurídicos, fiscais, trabalhistas e sanitários aplicáveis.

As pessoas jurídicas que apresentarem requerimento de credenciamento após a etapa inicial deverão atender às mesmas exigências estabelecidas para os interessados anteriormente habilitados, preservando-se a isonomia e a uniformidade das condições de participação.

A Administração deverá proceder à análise da documentação apresentada, verificar o atendimento dos requisitos e formalizar os atos administrativos correspondentes, observadas as disposições legais e editalícias.

Nesse sentido, a permanência do credenciamento não autoriza tratamento privilegiado aos interessados que ingressarem posteriormente, nem permite a flexibilização individualizada de exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Todos os interessados deverão observar os mesmos requisitos de habilitação e aceitar as condições padronizadas de contratação, inclusive os valores unitários previamente fixados e as obrigações relacionadas à execução dos serviços.

A igualdade de tratamento deve ser preservada tanto em relação aos interessados inicialmente cadastrados quanto àqueles que apresentarem solicitação durante a vigência do credenciamento.

Importa destacar, ainda, que o cadastramento permanente não assegura direito à contratação imediata, à execução de quantitativo mínimo de procedimentos ou à obtenção de faturamento garantido.

A habilitação representa o reconhecimento da aptidão do interessado para integrar o conjunto de prestadores credenciados, ficando a efetiva utilização dos serviços condicionada à demanda assistencial e aos critérios objetivos de distribuição estabelecidos pela Administração.

No presente procedimento, a contratação paralela e não excludente permite a participação de múltiplas pessoas jurídicas, observadas as condições padronizadas e os mecanismos de distribuição da demanda.

Assim, o ingresso posterior de novos credenciados deverá ocorrer em conformidade com as regras editalícias, sem afastar a necessidade de organização da prestação dos serviços e de observância dos critérios objetivos de convocação.

O art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.

Dessa forma, a admissão de novos interessados durante a vigência do credenciamento deverá ser compatibilizada com o mecanismo de rodízio sequencial previsto no instrumento convocatório, preservando a transparência, a impessoalidade e a igualdade de tratamento.

A possibilidade de cadastramento permanente também contribui para ampliar a participação de prestadores potencialmente aptos à execução dos serviços, evitando a formação de grupo fechado de contratados durante toda a vigência do procedimento.

Essa característica assume especial relevância no âmbito dos serviços complementares de saúde, uma vez que a ampliação da rede de prestadores poderá favorecer a capacidade de atendimento e a continuidade da assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A admissão de novos interessados permite que a Administração mantenha alternativas de prestação dos serviços, observadas as necessidades assistenciais e a disponibilidade de estabelecimentos devidamente habilitados.

Entretanto, essa possibilidade não modifica a natureza complementar da contratação, tampouco afasta os deveres de planejamento, regulação, autorização e fiscalização dos procedimentos realizados.

A Secretaria Municipal de Saúde permanece responsável pela organização da demanda assistencial e pela utilização dos prestadores credenciados conforme as necessidades efetivamente identificadas.

Cumpre destacar que o impugnante menciona entendimento jurisprudencial relacionado à necessidade de preservação da abertura do credenciamento, inclusive com referência ao Superior Tribunal de Justiça.

Entretanto, independentemente da interpretação atribuída ao precedente mencionado, a questão central consiste em verificar se o instrumento convocatório efetivamente impede o ingresso posterior de novos interessados.

No caso concreto, a resposta é negativa, uma vez que o edital contempla disposições expressas relacionadas à continuidade do cadastramento e à possibilidade de participação durante a vigência do procedimento.

Não se verifica, portanto, conflito entre a sistemática editalícia adotada e a exigência de cadastramento permanente estabelecida no art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ao contrário, a previsão de ingresso posterior demonstra que a Administração estruturou o procedimento de maneira compatível com a natureza aberta e não excludente do credenciamento.

A interpretação defendida pelo impugnante desconsidera a distinção entre a etapa inicial de recebimento e análise da documentação e a permanência do chamamento público durante sua vigência.

Também não se pode concluir que a simples existência de data para realização da sessão inicial represente restrição à competitividade ou à participação dos interessados.

O estabelecimento de cronograma administrativo constitui medida legítima de organização do procedimento, desde que não seja utilizado para impedir o cadastramento permanente assegurado pela legislação.

No presente caso, a leitura sistemática dos itens 3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20 evidencia que o período inicial não foi concebido como limitação definitiva ao ingresso de novos prestadores.

Dessa forma, inexiste necessidade de modificar o instrumento convocatório para incluir previsão que já se encontra contemplada em suas disposições.

A alteração pretendida pelo impugnante, nesse aspecto, não se mostra necessária para assegurar a observância da legislação, uma vez que o edital já disciplina a continuidade do cadastramento.

Importa ressaltar que a Administração deverá observar efetivamente essas disposições durante a execução do procedimento, mantendo disponíveis os meios de apresentação de novos requerimentos de credenciamento e promovendo sua análise conforme as regras aplicáveis.

A regularidade da sistemática não decorre apenas da previsão formal de cadastramento permanente, mas também de sua efetiva observância administrativa, de

modo que novos interessados não sejam impedidos de participar em razão do encerramento da etapa inicial.

Assim, a manutenção do edital pressupõe a aplicação harmônica das disposições que disciplinam o cronograma inicial e daquelas que asseguram a continuidade do procedimento.

A interpretação sistemática das regras editalícias preserva a segurança jurídica, a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a eficiência administrativa, sem necessidade de suspensão ou republicação do chamamento público.

Cumpre destacar, por fim, que a impugnação não identifica disposição que, considerada em conjunto com as demais cláusulas do edital, estabeleça proibição definitiva de cadastramento após 29 de outubro de 2026.

Ao contrário, os dispositivos expressamente previstos no instrumento convocatório demonstram a possibilidade de continuidade do credenciamento, afastando a premissa central da alegação apresentada.

**Diante do exposto, conclui-se que o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD contempla expressamente a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados, em conformidade com o art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo o período inicial de recebimento da documentação com o encerramento definitivo do credenciamento.**

**A previsão de recebimento inicial dos documentos até 29 de outubro de 2026 e a realização da sessão pública em 03 de novembro de 2026 possuem finalidade organizacional, devendo ser interpretadas conjuntamente com os itens 3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20 do instrumento convocatório, que asseguram a continuidade do procedimento e a possibilidade de ingresso posterior de novos interessados.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a alegação de restrição indevida ao cadastramento permanente, uma vez que a providência pretendida pelo impugnante já se encontra contemplada nas disposições editalícias, inexistindo fundamento para reconhecer ilegalidade ou determinar alteração do instrumento convocatório.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD relativas ao período inicial de apresentação da documentação, à realização da sessão pública e ao cadastramento permanente de novos interessados, sem necessidade de suspensão, retificação ou republicação do procedimento, assegurada a efetiva observância da abertura permanente durante sua vigência.**

**2.8. DA LEGALIDADE DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA, DO RODÍZIO SEQUENCIAL E DAS EXCEÇÕES JUSTIFICADAS POR NECESSIDADE ASSISTENCIAL**

O impugnante questiona os critérios estabelecidos para distribuição da demanda entre as pessoas jurídicas credenciadas no âmbito do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026,

sustentando a necessidade de maior detalhamento das regras de convocação, da ordem de atendimento e das hipóteses excepcionais que possam justificar o afastamento da sequência ordinária de distribuição dos procedimentos.

Em sua manifestação, argumenta que a previsão de rodízio sequencial, associada à possibilidade de adoção de exceções fundamentadas em critérios assistenciais, poderia permitir interpretações subjetivas ou tratamento diferenciado entre os prestadores, caso não fossem observados mecanismos adequados de registro, motivação e transparência.

Diante dessas alegações, pretende a revisão das disposições editalícias, especialmente daquelas constantes do Anexo VIII, para assegurar critérios objetivos de distribuição da demanda, publicidade dos atos de convocação e justificativa formal das situações excepcionais.

Entretanto, a análise das disposições do instrumento convocatório demonstra que a Administração Municipal adotou sistemática de distribuição baseada em rodízio sequencial, com previsão de critérios relacionados à ordem de credenciamento e às necessidades assistenciais dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a distribuição da demanda constitui elemento essencial dos procedimentos de credenciamento estruturados sob a modalidade de contratação paralela e não excludente, especialmente quando a Administração admite múltiplos prestadores, mas a execução dos serviços ocorre de maneira progressiva, conforme as necessidades efetivamente identificadas.

O art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de utilização do credenciamento quando se mostrar viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

Por sua vez, o art. 79, parágrafo único, inciso II, da mesma legislação determina expressamente que, na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.

A disposição legal possui finalidade específica de impedir que a Administração distribua os serviços de maneira arbitrária, sem parâmetros previamente conhecidos pelos interessados ou mediante escolhas discricionárias desprovidas de motivação.

Nesse contexto, o dever de estabelecer critérios objetivos não significa que a Administração esteja obrigada a distribuir exatamente o mesmo número de procedimentos a todos os credenciados, independentemente da demanda assistencial, da capacidade operacional ou das condições concretas de atendimento.

A exigência legal consiste na adoção de regras previamente definidas, impessoais e verificáveis, capazes de orientar a convocação dos prestadores e permitir o controle da regularidade das decisões administrativas.

No caso concreto, o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD contempla, em seu **Anexo VIII**, sistemática de distribuição da demanda mediante **rodízio sequencial**, considerando a ordem de conclusão do credenciamento e as condições estabelecidas para a execução dos serviços.

A adoção do rodízio constitui mecanismo objetivo de organização da demanda, permitindo que a Administração estabeleça sequência previamente identificável para utilização dos prestadores habilitados.

A definição de ordem sequencial contribui para reduzir a possibilidade de escolhas pessoais ou preferências administrativas injustificadas, uma vez que a convocação passa a observar parâmetro conhecido e passível de verificação.

Dessa forma, o rodízio não representa tratamento privilegiado, mas instrumento de organização da execução contratual, compatível com a necessidade de distribuir os procedimentos entre diferentes prestadores credenciados.

Importa destacar que a utilização da ordem de conclusão do credenciamento como referência inicial constitui critério verificável, desde que sua aplicação observe os registros administrativos correspondentes e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

A identificação do momento de conclusão do credenciamento permite organizar a sequência de participação dos prestadores, evitando a adoção de critérios subjetivos relacionados à preferência por determinada pessoa jurídica.

Nesse sentido, a objetividade do mecanismo decorre da possibilidade de identificar a ordem aplicável, acompanhar as convocações realizadas e verificar a observância da sequência estabelecida.

O procedimento também deve ser interpretado em conjunto com as regras de cadastramento permanente de novos interessados, uma vez que o ingresso posterior de pessoas jurídicas habilitadas exige sua inclusão na sistemática de distribuição prevista no edital.

A admissão de novos credenciados não descaracteriza o rodízio sequencial, desde que sua integração à ordem de convocação ocorra conforme os parâmetros previamente estabelecidos, preservando a igualdade de tratamento.

Cumpre esclarecer que a distribuição objetiva da demanda não se confunde com garantia de execução de quantitativos idênticos de procedimentos.

A contratação paralela e não excludente não assegura faturamento mínimo, exclusividade ou direito subjetivo à realização de determinado número de atendimentos por cada credenciado.

A efetiva utilização dos prestadores depende da demanda assistencial, das autorizações administrativas e das condições necessárias à execução dos serviços, observadas as regras do instrumento convocatório.

Assim, eventual diferença entre os quantitativos efetivamente executados por pessoas jurídicas distintas não configura, por si só, violação à isonomia, sendo indispensável verificar se a distribuição observou os critérios previstos e se eventuais exceções foram devidamente justificadas.

A igualdade de tratamento deve ser aferida pela observância das mesmas regras de convocação e execução, e não pela imposição de resultados quantitativos absolutamente idênticos em situações assistenciais distintas.

Importa ressaltar que o objeto do credenciamento consiste na prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados para realização de tratamento

esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Trata-se de atividade diretamente relacionada à assistência à saúde, cuja execução deve observar não apenas critérios administrativos de distribuição, mas também as condições clínicas dos usuários e a necessidade de continuidade dos atendimentos.

Nesse contexto, a aplicação do rodízio sequencial deve ser compatibilizada com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade de acesso, a integralidade da assistência e a igualdade da assistência à saúde.

O art. 7º, inciso I, da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

O inciso II do mesmo dispositivo contempla a integralidade da assistência, compreendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso.

Por sua vez, o inciso IV assegura a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Essas disposições demonstram que a organização administrativa da prestação dos serviços deve permanecer subordinada à finalidade assistencial da contratação, não sendo juridicamente adequado aplicar regras de distribuição de maneira que comprometa a continuidade do tratamento ou a segurança dos pacientes.

Assim, a previsão de situações excepcionais relacionadas à continuidade assistencial, à necessidade clínica e à indisponibilidade do prestador não representa, por si só, autorização para escolha arbitrária de credenciados.

Ao contrário, tais hipóteses podem constituir mecanismos necessários para compatibilizar a objetividade administrativa com a proteção da saúde dos usuários, desde que sua aplicação seja fundamentada em circunstâncias concretas e devidamente registradas.

A continuidade assistencial assume especial relevância quando determinado paciente já iniciou acompanhamento ou tratamento com prestador habilitado e a alteração injustificada do estabelecimento possa comprometer a organização do atendimento.

Nessas situações, a preservação da continuidade do cuidado poderá justificar solução específica, desde que demonstrada sua pertinência clínica e observadas as condições estabelecidas pela Administração.

Entretanto, a continuidade assistencial não poderá ser utilizada como justificativa genérica para assegurar preferência permanente a determinado credenciado ou para afastar reiteradamente o rodízio sem fundamento técnico individualizado.

Sua aplicação deverá estar vinculada à necessidade concreta do usuário e à adequada prestação do serviço, não à conveniência econômica ou à preferência administrativa por determinado estabelecimento.

Da mesma forma, a necessidade clínica poderá justificar tratamento específico quando houver circunstâncias assistenciais que exijam providência incompatível com a sequência ordinária de convocação.

Nessas hipóteses, a decisão deverá considerar elementos técnicos pertinentes, preservando a segurança do paciente e a adequada execução do procedimento.

A excepcionalidade deverá decorrer de necessidade assistencial identificável, não podendo constituir autorização ampla para que a Administração escolha livremente qualquer prestador, independentemente da ordem estabelecida.

Quanto à indisponibilidade do credenciado, também se mostra juridicamente admissível que a Administração adote providências para evitar a interrupção ou o atraso injustificado dos atendimentos.

A impossibilidade temporária de execução dos serviços por determinado prestador poderá exigir a convocação de outro credenciado, desde que observadas as regras aplicáveis e mantido o registro da circunstância que justificou a medida.

Nesse cenário, a Administração não está obrigada a comprometer a assistência aos usuários apenas para preservar formalmente uma sequência de convocação quando houver impossibilidade concreta de atendimento pelo prestador inicialmente indicado.

Entretanto, a indisponibilidade deverá ser objetivamente identificada, evitando-se sua utilização como fundamento meramente aparente para afastar a ordem de distribuição.

A existência de exceções, portanto, não descaracteriza a objetividade do rodízio, desde que tais situações estejam vinculadas a fundamentos assistenciais legítimos e submetidas aos deveres de motivação, registro e controle.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, entre os princípios aplicáveis às contratações públicas, a legalidade, a impessoalidade, a igualdade, a transparência, a motivação, a vinculação ao edital, o julgamento objetivo, a razoabilidade, a proporcionalidade e a segurança jurídica.

A aplicação desses princípios exige que a distribuição da demanda seja realizada de maneira verificável, com observância das condições previamente estabelecidas e adequada fundamentação das situações excepcionais.

Nesse sentido, a motivação administrativa constitui elemento essencial para demonstrar que eventual afastamento da sequência ordinária decorreu de circunstância concreta relacionada à execução dos serviços, e não de preferência subjetiva por determinado credenciado.

O registro das convocações, das autorizações e das justificativas pertinentes permite verificar a regularidade da distribuição, contribuindo para a transparência e para a fiscalização dos contratos.

Importa destacar que a necessidade de registro e motivação não implica, necessariamente, obrigação de alterar o edital para reproduzir todos os procedimentos internos de controle administrativo.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Tais deveres decorrem diretamente da legislação aplicável e dos princípios que regem a atuação da Administração Pública, devendo ser observados durante a execução do credenciamento.

Assim, a ausência de descrição exaustiva de cada providência operacional no instrumento convocatório não caracteriza, por si só, irregularidade, desde que os critérios essenciais de distribuição estejam previamente definidos e sejam suficientes para orientar a atuação administrativa.

No presente caso, o Anexo VIII estabelece o rodízio sequencial como mecanismo ordinário de distribuição, permitindo identificar a lógica de convocação dos prestadores habilitados.

As situações excepcionais relacionadas às necessidades assistenciais devem ser compreendidas como hipóteses de aplicação restrita, cuja utilização exige justificativa concreta e observância dos princípios administrativos.

Essa interpretação preserva a finalidade do instrumento convocatório, sem introduzir critérios novos ou modificar a sistemática originalmente estabelecida.

Cumpre destacar que o edital deve ser interpretado de maneira sistemática, considerando suas disposições relativas à contratação paralela e não excludente, ao cadastramento permanente de interessados, à distribuição da demanda e às obrigações dos prestadores.

A análise isolada das hipóteses excepcionais não pode conduzir à conclusão de que a Administração dispõe de liberdade irrestrita para escolher os credenciados, uma vez que a regra ordinária permanece vinculada ao rodízio sequencial.

Da mesma forma, a previsão de rodízio não pode ser interpretada como impedimento absoluto à adoção de providências necessárias à continuidade e à segurança da assistência à saúde.

A adequada interpretação das disposições editalícias exige compatibilizar a objetividade da distribuição com a finalidade pública da contratação.

Nesse sentido, o interesse público não se limita à igualdade formal entre os prestadores, abrangendo também a necessidade de assegurar atendimento adequado aos usuários do SUS.

A observância dos critérios objetivos e a preservação da continuidade assistencial não constituem finalidades incompatíveis, mas exigências que devem ser harmonizadas durante a execução do credenciamento.

A Administração deverá assegurar que as exceções não sejam utilizadas para descaracterizar a sistemática de rodízio, preservando sua aplicação como regra geral de distribuição dos procedimentos.

Eventuais afastamentos deverão permanecer vinculados às hipóteses justificadas e às condições efetivamente verificadas, com registros suficientes para permitir o acompanhamento e a fiscalização.

Cumpre ressaltar que a fiscalização da execução contratual constitui obrigação administrativa independente de solicitação formulada pelo impugnante.

O art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato,

representantes da Administração especialmente designados, observadas as condições legais aplicáveis.

O acompanhamento da execução deverá abranger a regularidade dos serviços prestados, a observância das condições contratuais e a verificação das circunstâncias relevantes para a adequada utilização dos prestadores credenciados.

A distribuição da demanda, por integrar a execução do credenciamento, também deverá permanecer sujeita aos mecanismos de controle administrativo pertinentes.

Nesse contexto, a publicidade e a transparência deverão observar a natureza dos atos praticados, preservando-se o acesso às informações administrativas cabíveis e a proteção dos dados pessoais sensíveis dos pacientes.

A divulgação de informações sobre a distribuição dos serviços não autoriza exposição indevida de dados clínicos ou de elementos capazes de identificar usuários do SUS, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018.

Assim, a transparência administrativa deverá ser compatibilizada com a proteção da intimidade e dos dados pessoais dos pacientes, mediante utilização dos mecanismos adequados de registro, fiscalização e acesso às informações.

Importa destacar, ainda, que a alegação de possibilidade abstrata de utilização indevida das exceções não constitui demonstração de irregularidade concreta do instrumento convocatório.

A eventual prática futura de ato administrativo em desconformidade com os critérios estabelecidos deverá ser examinada e corrigida pelos meios próprios, não sendo suficiente para invalidar previamente uma sistemática de distribuição que possui fundamento legal.

A análise da impugnação deve considerar o conteúdo das regras editalícias e sua compatibilidade com a legislação, não podendo presumir que a Administração deixará de observar os deveres de motivação, impessoalidade e fiscalização durante a execução.

No presente caso, a existência de rodízio sequencial e de hipóteses excepcionais relacionadas à necessidade assistencial mostra-se compatível com o art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que sua aplicação observe os limites e os fundamentos estabelecidos.

A sistemática permite conciliar a distribuição objetiva da demanda com as particularidades da assistência especializada, preservando a possibilidade de atendimento adequado aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Não se identifica, portanto, fundamento suficiente para exigir a substituição do rodízio sequencial por outro mecanismo de distribuição, tampouco para afastar integralmente as exceções justificadas por necessidade assistencial.

A alteração pretendida pelo impugnante somente se justificaria diante da demonstração de que os critérios previstos fossem incompatíveis com a legislação ou insuficientes para impedir escolhas arbitrárias, circunstância que não decorre da simples existência de hipóteses excepcionais.

Dessa forma, a manutenção das disposições editalícias preserva a sistemática previamente estabelecida, assegurando que sua execução permaneça

submetida aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da motivação, da transparência e da igualdade de tratamento.

**Diante do exposto, conclui-se que a adoção do rodízio sequencial como critério ordinário de distribuição da demanda no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontra fundamento no art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo mecanismo objetivo e verificável de organização da utilização dos prestadores credenciados.**

**As exceções relacionadas à continuidade assistencial, à necessidade clínica e à indisponibilidade do prestador mostram-se compatíveis com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, desde que aplicadas de maneira restrita, mediante motivação concreta e registros administrativos suficientes para permitir sua fiscalização.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a alegação de irregularidade dos critérios de distribuição da demanda, uma vez que a previsão de rodízio sequencial, associada a exceções justificadas por necessidades assistenciais, não representa autorização para escolha arbitrária de prestadores nem afronta, por si só, à exigência legal de objetividade.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD e de seu Anexo VIII relativas à distribuição da demanda, ao rodízio sequencial e às hipóteses excepcionais de atendimento, inexistindo, quanto aos fundamentos examinados neste tópico, necessidade de suspensão, retificação ou republicação do instrumento convocatório.**

**2.9. DA LEGALIDADE E DA PROPORCIONALIDADE DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SANITÁRIA**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados às exigências de habilitação técnica, profissional e sanitária estabelecidas no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, sustentando a necessidade de maior detalhamento dos requisitos destinados à comprovação da capacidade dos interessados para execução dos procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Em sua manifestação, argumenta que a natureza especializada dos serviços exige adequada verificação da regularidade dos estabelecimentos de saúde, da habilitação dos profissionais responsáveis, da compatibilidade das atividades desenvolvidas e do atendimento às exigências sanitárias aplicáveis, de modo a assegurar a qualidade e a segurança dos procedimentos destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O impugnante também suscita questões relacionadas à comprovação da qualificação profissional, à identificação dos responsáveis técnicos e à documentação necessária à demonstração da aptidão dos prestadores, pretendendo o aperfeiçoamento das disposições editalícias.

Entretanto, a análise da matéria deve considerar que a habilitação no procedimento de credenciamento está submetida às disposições da Lei Federal nº

14.133/2021, às normas de organização do Sistema Único de Saúde e à regulamentação profissional e sanitária aplicável aos serviços contratados.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o credenciamento, embora caracterizado pela possibilidade de participação de múltiplos interessados, não dispensa a comprovação dos requisitos necessários à execução regular do objeto.

O art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 define o credenciamento como processo administrativo de chamamento público em que a Administração convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

A própria definição legal condiciona a habilitação ao atendimento dos requisitos previamente estabelecidos, evidenciando que o credenciamento não constitui autorização irrestrita para contratação de pessoas jurídicas desprovidas de capacidade técnica, regularidade profissional ou condições sanitárias adequadas.

Por sua vez, o art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a habilitação constitui fase destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da contratação.

O referido dispositivo contempla as dimensões jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da habilitação, permitindo que a Administração estabeleça exigências compatíveis com as características e os riscos da contratação pretendida.

No caso concreto, o objeto envolve a prestação de serviços ambulatoriais especializados de saúde, cuja execução pressupõe a atuação de profissionais legalmente habilitados e a utilização de estabelecimentos que atendam às condições técnicas, operacionais e sanitárias aplicáveis.

Dessa forma, as exigências de habilitação devem ser interpretadas à luz da natureza assistencial do objeto, considerando que a execução dos procedimentos não se limita à disponibilização de mão de obra ou estrutura física, mas envolve a prestação de serviços diretamente relacionados à saúde e à segurança dos pacientes.

O art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, estabelecendo os limites e as condições para comprovação da aptidão necessária à execução do objeto.

Entre os elementos previstos na legislação encontram-se a apresentação de profissional devidamente registrado no conselho profissional competente, quando aplicável, a comprovação de capacidade técnico-operacional e a demonstração de atendimento aos requisitos estabelecidos em lei especial.

O inciso IV do art. 67 contempla expressamente a prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, circunstância especialmente relevante nas contratações relacionadas à prestação de serviços de saúde.

Assim, a Administração poderá exigir documentação destinada a demonstrar o cumprimento de obrigações profissionais e sanitárias legalmente aplicáveis, desde que tais exigências guardem pertinência com o objeto e não ultrapassem os limites necessários à adequada execução contratual.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Importa destacar que a proporcionalidade das exigências deve ser aferida considerando a finalidade de cada documento solicitado e sua relação com a segurança, a qualidade e a regularidade dos serviços.

Exigências destinadas a comprovar habilitação profissional, regularidade sanitária e capacidade de execução de procedimentos especializados possuem finalidade distinta de requisitos meramente formais sem relação com a atividade contratada.

Nesse sentido, não se pode considerar excessiva uma exigência apenas porque demanda documentação técnica específica, quando essa documentação decorre da legislação profissional ou sanitária e se mostra necessária à execução segura dos serviços.

Por outro lado, a Administração também não poderá estabelecer condições desnecessárias, desproporcionais ou sem fundamento normativo que restrinjam indevidamente a participação de interessados tecnicamente aptos.

A observância desse equilíbrio constitui aplicação dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da isonomia e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

No presente credenciamento, a avaliação da qualificação dos interessados deve considerar que os procedimentos contratados encontram-se oficialmente classificados pelo Ministério da Saúde como serviços ambulatoriais de média complexidade, inseridos no âmbito das terapias especializadas em angiologia.

A Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde, incluiu na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS os procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Os procedimentos encontram-se identificados pelos códigos **03.09.07.001-5**, correspondente à modalidade unilateral, e **03.09.07.002-3**, correspondente à modalidade bilateral.

A regulamentação federal estabelece descrições técnicas específicas, classificando os procedimentos como de média complexidade, na modalidade ambulatorial, e relacionando-os à estrutura de serviços especializados em angiologia.

O Anexo II da Portaria nº 709/2017 também contempla a classificação **008 – Angiologia**, vinculada ao serviço **116 – Serviço de Atenção Cardiovascular/Cardiologia**, com indicação das ocupações profissionais pertinentes.

Esses elementos demonstram que a contratação possui características assistenciais específicas, cuja execução deve observar os parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e as normas profissionais aplicáveis.

Dessa forma, a comprovação da habilitação dos profissionais responsáveis e da regularidade dos estabelecimentos não constitui exigência estranha ao objeto, mas medida diretamente relacionada à adequada prestação dos serviços.

A Administração deve assegurar que os procedimentos sejam realizados por profissionais legalmente habilitados, em condições compatíveis com a complexidade e os riscos da atividade, observadas as atribuições dos respectivos conselhos profissionais e as normas sanitárias vigentes.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Cumpre destacar que a qualificação técnico-profissional e a qualificação técnico-operacional possuem finalidades distintas e complementares.

A qualificação técnico-profissional destina-se à demonstração de que o interessado dispõe de profissionais com habilitação e capacidade compatíveis com a execução dos serviços especializados.

A qualificação técnico-operacional, por sua vez, relaciona-se à aptidão da pessoa jurídica e à disponibilidade das condições necessárias à prestação dos serviços, conforme as exigências legalmente admissíveis.

No âmbito dos serviços de saúde, essa distinção assume especial relevância, uma vez que a regularidade do estabelecimento não substitui a habilitação individual dos profissionais, assim como a qualificação de determinado profissional não afasta a necessidade de observância das condições sanitárias e operacionais exigidas para funcionamento da unidade assistencial.

A adequada execução contratual depende da conjugação desses elementos, preservando a responsabilidade da pessoa jurídica contratada e a atuação de profissionais devidamente habilitados.

Importa ressaltar que a existência de responsável técnico constitui elemento relevante para a organização e a supervisão das atividades assistenciais, observadas as normas específicas aplicáveis à natureza do estabelecimento e aos serviços executados.

Entretanto, a exigência de responsável técnico não deve ser confundida com imposição indiscriminada de requisitos adicionais sem previsão legal ou relação direta com o objeto.

A Administração deverá observar a regulamentação profissional pertinente, assegurando que os documentos exigidos sejam suficientes para demonstrar a regularidade dos serviços, sem estabelecer restrições desnecessárias à participação de pessoas jurídicas aptas.

No mesmo sentido, a verificação das condições sanitárias deve observar a legislação e os atos normativos aplicáveis ao funcionamento dos estabelecimentos de saúde.

A Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece, em seu art. 6º, inciso I, alínea “a”, a inclusão das ações de vigilância sanitária no campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

Por sua vez, o art. 6º, § 1º, da referida legislação define a vigilância sanitária como conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

A disciplina legal evidencia que a regularidade sanitária dos estabelecimentos constitui aspecto essencial da prestação de serviços assistenciais, especialmente quando envolvem procedimentos especializados realizados diretamente em pacientes.

Dessa forma, a Administração deve verificar o atendimento das condições sanitárias exigíveis, observadas as competências dos órgãos de fiscalização e as características do serviço contratado.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Entretanto, a exigência documental deve respeitar a regulamentação efetivamente aplicável, evitando a imposição de documentos não exigíveis para determinada atividade ou situação jurídica.

A proporcionalidade da habilitação pressupõe, portanto, correspondência entre o requisito estabelecido, a norma que lhe confere fundamento e a finalidade de proteção da saúde pública.

Cumpre esclarecer, ainda, que o credenciamento paralelo e não excludente não autoriza flexibilização arbitrária dos requisitos técnicos ou sanitários para ampliar o número de participantes.

A possibilidade de credenciamento de múltiplos interessados está condicionada ao atendimento das exigências previamente estabelecidas, sendo vedado conferir tratamento privilegiado a determinada pessoa jurídica mediante dispensa individualizada de documentação obrigatória.

Da mesma forma, a Administração não poderá exigir de alguns interessados documentos adicionais que não sejam aplicados aos demais em situações equivalentes, ressalvadas as particularidades objetivamente justificadas pela legislação.

A uniformidade das condições de habilitação constitui elemento essencial para preservar a isonomia e a impessoalidade do procedimento.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a observância dos princípios da legalidade, da igualdade, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade e da proporcionalidade.

A aplicação desses princípios exige que a análise da documentação seja realizada com base em critérios previamente definidos, sem favorecimentos ou exigências supervenientes desprovidas de fundamento legal.

Nesse contexto, a Administração deverá verificar a regularidade dos documentos apresentados e a compatibilidade da capacidade demonstrada com os procedimentos objeto do credenciamento, preservando a segurança jurídica e a igualdade de tratamento.

Importa destacar que a habilitação inicial não encerra os deveres de fiscalização relacionados à execução dos serviços.

A pessoa jurídica credenciada deverá manter, durante a execução contratual, as condições legalmente exigíveis para a prestação dos procedimentos, especialmente quanto à habilitação dos profissionais, à regularidade sanitária e à capacidade operacional.

O art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê, entre as cláusulas necessárias dos contratos administrativos, a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

A disposição legal demonstra que a regularidade dos requisitos de habilitação possui caráter continuado, não se limitando ao momento da apresentação inicial dos documentos.

Assim, eventual alteração da composição da equipe técnica, da responsabilidade profissional ou das condições de funcionamento do estabelecimento deverá observar as exigências legais e contratuais aplicáveis, sem comprometer a continuidade e a segurança da assistência.

A fiscalização administrativa deverá acompanhar o cumprimento dessas obrigações, adotando as providências cabíveis diante de irregularidades que possam afetar a execução dos serviços.

O art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que a execução contratual seja acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, reforçando o dever de controle das condições de prestação dos serviços.

No âmbito da contratação complementar de saúde, esse acompanhamento deverá considerar não apenas a regularidade documental, mas também a observância das condições assistenciais, técnicas e sanitárias aplicáveis.

Importa ressaltar que a legislação não exige que o instrumento convocatório reproduza integralmente todas as normas profissionais e sanitárias incidentes sobre a atividade contratada.

A obrigação de cumprir a legislação aplicável decorre diretamente do ordenamento jurídico, independentemente da transcrição exaustiva de seus dispositivos no edital.

Entretanto, os requisitos de habilitação que condicionem a participação dos interessados devem estar suficientemente definidos no instrumento convocatório, de modo a permitir sua compreensão e aplicação objetiva.

Essa distinção é fundamental para evitar que a ausência de reprodução de determinada norma seja confundida com autorização para descumpri-la ou, inversamente, que obrigações legais não previstas como requisitos editalícios sejam utilizadas para criar impedimentos inesperados à participação.

No presente caso, as alegações do impugnante devem ser examinadas considerando a finalidade dos requisitos técnicos, profissionais e sanitários e sua compatibilidade com a natureza dos procedimentos especializados.

A exigência de documentação pertinente à habilitação profissional e à regularidade sanitária não constitui restrição indevida à participação, desde que decorra de fundamento legal e seja necessária à execução adequada do objeto.

Da mesma forma, a ausência de detalhamento exaustivo de todas as obrigações regulatórias no edital não implica, automaticamente, irregularidade, desde que as condições essenciais de habilitação estejam previstas e as demais exigências legais sejam observadas na execução contratual.

Não se pode presumir que a Administração permitirá a prestação de serviços por profissionais não habilitados ou em estabelecimentos irregulares apenas porque o impugnante entende necessária a inclusão de disposições adicionais no instrumento convocatório.

A análise da legalidade deve considerar o conteúdo efetivo das exigências editalícias e sua correspondência com a legislação aplicável, não sendo suficiente a formulação de questionamentos abstratos sobre eventuais riscos de execução.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Cumpre destacar, ainda, que a finalidade do credenciamento consiste em permitir a participação de pessoas jurídicas aptas à prestação dos serviços, sem restringir indevidamente o universo de interessados por meio de exigências excessivas ou sem relação com o objeto.

A Administração deve preservar o equilíbrio entre a segurança assistencial e a ampla participação, exigindo os documentos necessários à demonstração da capacidade de execução, sem impor formalidades desproporcionais.

Esse equilíbrio constitui aplicação concreta dos princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da busca da solução mais adequada ao interesse público.

No âmbito do Sistema Único de Saúde, a proteção dos usuários exige que a prestação complementar observe os mesmos padrões de regularidade técnica e sanitária aplicáveis aos serviços de saúde, independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento executor.

O art. 26, § 2º, da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece que os serviços contratados se submeterão às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, mantido o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

A disposição reforça que os prestadores privados participantes da rede complementar permanecem sujeitos às exigências de regularidade assistencial e aos mecanismos de fiscalização estabelecidos pelo Poder Público.

Dessa forma, a contratação mediante credenciamento não representa afastamento das normas de saúde, mas instrumento administrativo para organizar a participação de prestadores privados legalmente aptos à execução dos procedimentos.

A Administração deverá assegurar que os serviços sejam realizados em conformidade com as exigências profissionais e sanitárias aplicáveis, preservando a qualidade da assistência e a segurança dos usuários.

Importa destacar, por fim, que a pretensão de ampliação ou modificação das exigências de habilitação deve estar acompanhada da demonstração de que as condições atualmente previstas são insuficientes para assegurar a execução regular do objeto ou incompatíveis com disposição legal específica.

A simples preferência por redação mais detalhada ou por exigências documentais adicionais não constitui fundamento suficiente para determinar a alteração do instrumento convocatório.

A inclusão de novos requisitos sem demonstração de sua necessidade poderia, inclusive, comprometer a proporcionalidade da habilitação e restringir indevidamente a participação de interessados tecnicamente aptos.

Assim, a análise das exigências deve permanecer vinculada à legislação aplicável, às características dos procedimentos contratados e à finalidade de assegurar prestação assistencial adequada, sem criação de obstáculos administrativos desnecessários.

**Diante do exposto, conclui-se que as exigências de habilitação técnica, profissional e sanitária aplicáveis ao Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontram fundamento nos arts. 62 e 67 da Lei Federal nº**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**14.133/2021, nas disposições da Lei Federal nº 8.080/1990 e nas normas profissionais e sanitárias pertinentes à execução dos procedimentos especializados.**

**A regularidade do credenciamento exige a comprovação da capacidade dos prestadores, a observância das condições legais de exercício profissional e o atendimento dos requisitos sanitários aplicáveis, devendo tais exigências ser interpretadas e aplicadas de maneira objetiva, proporcional e compatível com a natureza assistencial do objeto.**

**Consequentemente, a alegação genérica de insuficiência ou inadequação das exigências de habilitação não constitui, por si só, fundamento para modificação do instrumento convocatório, sendo necessária a demonstração de incompatibilidade concreta entre as condições editalícias e a legislação aplicável.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD relativas à habilitação técnica, profissional e sanitária, observada a obrigatoriedade de cumprimento das normas legais e regulamentares incidentes sobre a prestação dos serviços, inexistindo, pelos fundamentos gerais examinados neste tópico, necessidade de suspensão, retificação ou republicação do instrumento convocatório.**

**2.10. DA PERTINÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS RELATIVAS AO CRM, RQE, CNES, LICENÇA SANITÁRIA, ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

O impugnante apresenta questionamentos específicos relacionados à comprovação da regularidade profissional, técnica e sanitária das pessoas jurídicas interessadas no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, especialmente quanto à exigência de inscrição no Conselho Regional de Medicina – CRM, Registro de Qualificação de Especialista – RQE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, licença sanitária, alvará de funcionamento e identificação do responsável técnico.

Sustenta, em síntese, que a execução dos procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, exige a observância de condições específicas de habilitação profissional e regularidade dos estabelecimentos, razão pela qual entende necessária a previsão expressa e detalhada desses requisitos no instrumento convocatório.

Alega que a ausência de maior detalhamento poderia comprometer a segurança assistencial, dificultar a verificação da capacidade dos interessados e permitir a contratação de estabelecimentos ou profissionais sem a qualificação necessária à execução dos serviços especializados.

Entretanto, a análise da matéria exige distinguir as condições de habilitação previstas no instrumento convocatório, as obrigações decorrentes diretamente da legislação profissional e sanitária e os requisitos específicos aplicáveis à execução dos procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Administração Pública possui o dever de assegurar que os serviços de saúde contratados sejam executados por pessoas jurídicas regularmente constituídas, em estabelecimentos autorizados a desenvolver as

atividades correspondentes e mediante atuação de profissionais legalmente habilitados.

Essa obrigação decorre da natureza do objeto e das normas que disciplinam a prestação dos serviços de saúde, independentemente da modalidade de contratação utilizada.

O art. 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Por sua vez, o art. 197 da Constituição Federal reconhece a relevância pública das ações e dos serviços de saúde, competindo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

Essas disposições constitucionais demonstram que a contratação de serviços complementares de saúde deve observar exigências relacionadas à segurança dos pacientes, à regularidade dos estabelecimentos e à qualificação dos profissionais responsáveis pela execução dos procedimentos.

A Lei Federal nº 8.080/1990, ao disciplinar a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, estabelece parâmetros específicos para a participação complementar da iniciativa privada.

O art. 24 da referida legislação admite a utilização de serviços privados quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área.

O art. 26, § 2º, determina que os serviços contratados se submetam às normas técnicas e administrativas e aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Dessa forma, a contratação complementar não afasta as exigências profissionais e sanitárias aplicáveis aos serviços assistenciais, tampouco autoriza a execução de procedimentos por estabelecimentos ou profissionais que não atendam às condições legalmente estabelecidas.

No âmbito da Lei Federal nº 14.133/2021, o art. 62 estabelece que a habilitação se destina à verificação das informações e dos documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação.

O art. 67, por sua vez, disciplina a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, contemplando, em seu inciso IV, a prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

A conjugação desses dispositivos demonstra que a Administração poderá exigir documentos destinados à comprovação da regularidade profissional e sanitária dos interessados, desde que observados os limites legais, a pertinência com o objeto e a proporcionalidade das exigências.

Nesse contexto, os questionamentos relacionados ao CRM, RQE, CNES, licença sanitária, alvará de funcionamento e responsabilidade técnica devem ser examinados individualmente, considerando a finalidade de cada documento e sua efetiva exigibilidade.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**I – DA REGULARIDADE PERANTE O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – CRM**

O Conselho Regional de Medicina constitui órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional da medicina em sua respectiva jurisdição, observadas as competências estabelecidas pela legislação federal.

A Lei Federal nº 3.268/1957 disciplina os Conselhos Federal e Regionais de Medicina e estabelece a necessidade de inscrição profissional para o exercício regular da atividade médica.

A regularidade do profissional perante o respectivo Conselho Regional de Medicina representa condição essencial para o exercício legal da medicina, não podendo ser substituída por simples declaração de experiência, vínculo contratual ou formação acadêmica desacompanhada da habilitação profissional exigível.

No caso concreto, os procedimentos objeto do credenciamento possuem natureza médica especializada, envolvendo a realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores.

Consequentemente, sua execução deverá ocorrer mediante atuação de profissionais legalmente habilitados, com observância das atribuições profissionais e das normas técnicas aplicáveis.

A comprovação da inscrição regular no CRM constitui mecanismo pertinente para verificar a habilitação dos médicos responsáveis pela execução dos procedimentos.

Entretanto, a exigência deve ser formulada de maneira compatível com a legislação e com a estrutura da prestação dos serviços, distinguindo-se a regularidade da pessoa jurídica perante o conselho competente, quando legalmente exigível, da inscrição individual dos profissionais médicos que executarão os atendimentos.

A Lei Federal nº 6.839/1980 estabelece que o registro das empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados delas encarregados serão obrigatórios nas entidades competentes para fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou daquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Assim, a verificação da regularidade perante o conselho profissional deverá considerar a atividade efetivamente desenvolvida pela pessoa jurídica e a legislação aplicável ao estabelecimento.

A Administração não poderá admitir a execução dos procedimentos por profissionais sem habilitação legal, ainda que a pessoa jurídica apresente documentação administrativa regular.

Da mesma forma, a inscrição profissional não dispensa o cumprimento dos demais requisitos técnicos e sanitários necessários à prestação dos serviços.

**II – DO REGISTRO DE QUALIFICAÇÃO DE ESPECIALISTA – RQE**

O Registro de Qualificação de Especialista – RQE constitui instrumento utilizado pelos Conselhos Regionais de Medicina para registrar a qualificação especializada dos profissionais médicos, observadas as normas aplicáveis ao reconhecimento e ao registro das especialidades.

A Lei Federal nº 3.268/1957, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.270/2016, contempla a disciplina relativa ao registro de títulos de especialistas nos Conselhos Regionais de Medicina.

O RQE possui finalidade distinta da inscrição profissional ordinária no CRM.

Enquanto a inscrição no CRM comprova a habilitação legal para o exercício da medicina, o RQE está relacionado ao registro da qualificação do médico em especialidade reconhecida, segundo as condições estabelecidas pela regulamentação profissional.

Dessa forma, não se mostra juridicamente adequado tratar CRM e RQE como documentos equivalentes ou presumir que a apresentação de um deles substitua automaticamente o outro.

No presente credenciamento, os procedimentos contratados estão inseridos na classificação de terapias especializadas em angiologia, conforme a Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde.

Essa circunstância demonstra a pertinência da verificação da qualificação dos profissionais responsáveis, especialmente quanto à compatibilidade entre a atividade a ser executada e as exigências profissionais aplicáveis.

Entretanto, a exigência de RQE como requisito de habilitação deve observar fundamento normativo específico e relação direta com as atribuições profissionais necessárias à execução do objeto.

A classificação do procedimento na tabela do SUS como integrante da área de angiologia não autoriza, isoladamente, a criação de exigência indiscriminada de determinado título de especialista sem exame da legislação e das normas profissionais pertinentes.

Da mesma forma, a inexistência de previsão editalícia expressa de RQE não poderá ser interpretada como autorização para descumprimento de requisito profissional que seja legalmente obrigatório para a atividade efetivamente desempenhada.

A Administração deverá distinguir a comprovação da habilitação legal para o exercício da medicina da eventual necessidade de qualificação especializada formalmente registrada, observando os requisitos normativos efetivamente incidentes sobre os procedimentos.

Assim, a pertinência do RQE deve ser examinada a partir da regulamentação profissional aplicável, da natureza dos serviços e das condições técnicas necessárias à sua execução, evitando tanto a dispensa de exigências legalmente obrigatórias quanto a imposição de restrições desproporcionais.

**III – DO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – CNES**

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES constitui instrumento oficial de identificação e caracterização dos estabelecimentos de saúde integrantes da organização assistencial brasileira.

O cadastro reúne informações relacionadas aos estabelecimentos, aos serviços disponibilizados, aos profissionais vinculados e a outros atributos relevantes para a organização, o planejamento e o acompanhamento da assistência.

No âmbito do Sistema Único de Saúde, a regularidade das informações cadastrais possui especial importância para a identificação dos prestadores e para a compatibilidade entre os serviços executados e as atividades registradas.

A Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde, ao incluir os procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores na tabela do SUS, também estabeleceu referências relacionadas à classificação dos serviços especializados no CNES.

O Anexo II da referida Portaria contempla a classificação **008 – Angiologia**, vinculada ao serviço **116 – Serviço de Atenção Cardiovascular/Cardiologia**, com indicação das ocupações profissionais pertinentes.

Essa regulamentação demonstra a relação entre os procedimentos objeto do credenciamento e a estrutura cadastral utilizada pelo Ministério da Saúde para identificação dos serviços especializados.

Dessa forma, a verificação do CNES constitui providência pertinente à regularidade da prestação complementar de serviços de saúde, especialmente quanto à identificação do estabelecimento executor e à compatibilidade das informações cadastrais com os procedimentos contratados.

Entretanto, a existência de cadastro não comprova, isoladamente, o atendimento de todas as exigências profissionais, técnicas e sanitárias aplicáveis.

O CNES não substitui a licença sanitária, a habilitação individual dos profissionais ou os demais documentos legalmente exigíveis para funcionamento do estabelecimento.

Da mesma forma, a Administração deverá observar as normas específicas relativas ao cadastramento e à atualização das informações, distinguindo eventuais providências de regularização cadastral das condições efetivamente exigíveis para a habilitação e para o início da execução dos serviços.

A regularidade cadastral deverá ser compatível com a atividade contratada, preservando a identificação dos serviços, dos profissionais e das condições necessárias à adequada prestação dos procedimentos.

Não se mostra juridicamente adequado admitir a execução de procedimentos em estabelecimento cuja situação cadastral seja incompatível com exigências obrigatórias do SUS.

Por outro lado, a Administração deverá evitar a imposição de atributos cadastrais não exigíveis para o serviço ou de condições sem fundamento normativo específico.

**IV – DA LICENÇA SANITÁRIA E DA REGULARIDADE DO ESTABELECIMENTO PERANTE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

A licença sanitária constitui instrumento relacionado ao controle das condições de funcionamento dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária, observadas as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

A Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece, em seu art. 6º, inciso I, alínea “a”, que as ações de vigilância sanitária integram o campo de atuação do Sistema Único de Saúde.

O § 1º do mesmo artigo define a vigilância sanitária como conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes, entre outras atividades, da prestação de serviços de interesse da saúde.

No presente caso, a execução de procedimentos ambulatoriais especializados pressupõe a observância das condições sanitárias aplicáveis ao estabelecimento executor, considerando a natureza dos atendimentos e os riscos inerentes à atividade assistencial.

A verificação da licença sanitária, quando exigível, possui finalidade diretamente relacionada à proteção da saúde dos pacientes e à regularidade do funcionamento da unidade.

A exigência não constitui formalidade desvinculada do objeto, mas mecanismo de comprovação do atendimento das condições de funcionamento estabelecidas pela autoridade sanitária competente.

Entretanto, a Administração deverá observar a regulamentação aplicável à atividade, inclusive quanto ao órgão responsável pela emissão, ao prazo de validade e às hipóteses legalmente admitidas de dispensa, renovação ou comprovação equivalente.

A exigência de licença sanitária deverá corresponder ao estabelecimento e às atividades efetivamente desenvolvidas, não sendo admissível a apresentação de documento referente a unidade diversa ou a atividade incompatível com os serviços contratados, quando tal incompatibilidade comprometer a regularidade exigível.

Cumpre destacar que a regularidade sanitária possui caráter continuado, devendo ser preservada durante toda a execução contratual.

Eventual perda das condições legais de funcionamento deverá ser examinada pela Administração, com adoção das providências cabíveis para impedir a prestação irregular dos serviços e preservar a segurança dos usuários.

Assim, a pertinência da licença sanitária decorre diretamente da natureza assistencial do objeto e do dever constitucional e legal de fiscalização dos serviços de saúde.

**V – DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E DA DISTINÇÃO ENTRE REGULARIDADE ADMINISTRATIVA E SANITÁRIA**

O alvará de funcionamento constitui instrumento de controle administrativo relacionado à autorização para exercício de atividades em determinado estabelecimento, conforme a legislação municipal e as demais normas aplicáveis.

Sua finalidade não se confunde integralmente com a licença sanitária, uma vez que os documentos podem decorrer de competências administrativas distintas e atender a exigências específicas.

Enquanto a licença sanitária se relaciona à verificação das condições de interesse da saúde, o alvará de funcionamento, quando exigível, está vinculado à regularidade do exercício da atividade no local, conforme a disciplina administrativa pertinente.

No âmbito do credenciamento, a verificação do alvará poderá ser pertinente para demonstrar a regularidade do estabelecimento destinado à execução dos serviços, desde que sua exigência decorra da legislação aplicável.

Entretanto, a Administração deverá considerar as hipóteses legais de dispensa, substituição ou integração de atos autorizativos, evitando exigir documentos que não sejam obrigatórios para determinada atividade ou situação jurídica.

A existência de legislação destinada à simplificação de procedimentos administrativos e à classificação de atividades econômicas conforme o grau de risco exige que a Administração examine a efetiva incidência das obrigações sobre o estabelecimento interessado.

A exigência documental não poderá ser utilizada como obstáculo meramente formal à participação de pessoa jurídica que comprove, pelos meios legalmente admitidos, sua regularidade de funcionamento.

Por outro lado, eventual dispensa de alvará administrativo não representa dispensa automática das exigências sanitárias aplicáveis à prestação de serviços de saúde.

A regularidade de funcionamento deve ser aferida conforme o conjunto de normas incidentes sobre a atividade, respeitadas as competências dos órgãos responsáveis.

Dessa forma, a análise do alvará deverá observar sua efetiva exigibilidade, sua pertinência com o objeto e a compatibilidade do estabelecimento com a execução dos procedimentos contratados.

**VI – DA IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA REGULARIDADE DA SUPERVISÃO PROFISSIONAL**

A identificação do responsável técnico constitui elemento relevante para a organização, a supervisão e a responsabilização profissional pelas atividades desenvolvidas em estabelecimentos de saúde.

No caso de serviços médicos, a responsabilidade técnica deve observar a legislação profissional e as normas expedidas pelos órgãos competentes, especialmente quanto à indicação de profissional habilitado e à regularidade de seu vínculo com o estabelecimento.

A existência de responsável técnico permite identificar o profissional encarregado das atribuições de direção e supervisão técnica que lhe sejam legalmente atribuídas, contribuindo para a organização dos serviços e para a fiscalização do cumprimento das condições assistenciais.

Entretanto, a responsabilidade técnica da unidade não se confunde com a responsabilidade individual do médico que efetivamente realiza determinado procedimento.

A indicação de responsável técnico não substitui a necessidade de que cada profissional executor esteja legalmente habilitado para a atividade que desempenha.

Da mesma forma, a habilitação individual dos médicos não afasta a obrigação de manutenção da responsabilidade técnica do estabelecimento, quando exigida pela regulamentação aplicável.

A Administração deverá verificar a compatibilidade da responsabilidade técnica apresentada com a natureza dos serviços contratados, observadas as exigências profissionais e administrativas pertinentes.

A comprovação dessa condição deverá ocorrer pelos meios legalmente admitidos, sem imposição de vínculos ou formalidades desnecessárias que não decorram da legislação ou das características justificadas da contratação.

Importa ressaltar que o art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece limites à documentação de qualificação técnica, devendo a Administração observar a pertinência dos requisitos e evitar restrições injustificadas à participação.

A finalidade da exigência de responsabilidade técnica consiste em assegurar a regularidade e a adequada supervisão dos serviços, não em estabelecer preferência por determinada forma de organização empresarial ou vínculo profissional sem fundamento legal.

**VII – DA NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO CONJUNTA DOS REQUISITOS PROFISSIONAIS, CADASTRAIS E SANITÁRIOS**

Os documentos relacionados ao CRM, RQE, CNES, licença sanitária, alvará de funcionamento e responsabilidade técnica possuem finalidades distintas, embora complementares.

A inscrição no CRM relaciona-se à habilitação profissional para o exercício da medicina e, quando aplicável, à regularidade da pessoa jurídica perante o conselho competente.

O RQE destina-se ao registro da qualificação especializada do médico, observadas as normas específicas de reconhecimento e registro das especialidades.

O CNES permite identificar e caracterizar os estabelecimentos de saúde e seus serviços, conforme a disciplina cadastral do Sistema Único de Saúde.

A licença sanitária relaciona-se à regularidade das condições de funcionamento sob a perspectiva da vigilância sanitária.

O alvará de funcionamento, quando exigível, refere-se à autorização administrativa para o exercício da atividade no estabelecimento.

A responsabilidade técnica, por sua vez, permite identificar o profissional legalmente incumbido das atribuições de direção e supervisão técnica pertinentes.

Dessa forma, não se mostra juridicamente adequado considerar esses documentos equivalentes ou admitir que a apresentação de um deles dispense automaticamente os demais quando forem legalmente exigíveis.

A análise da habilitação deverá considerar a finalidade de cada requisito, a legislação aplicável e a compatibilidade dos documentos apresentados com os procedimentos objeto do credenciamento.

Entretanto, também não se admite a exigência cumulativa indiscriminada de documentos sem fundamento normativo, especialmente quando determinada obrigação não incidir sobre a situação jurídica do interessado.

O princípio da proporcionalidade exige que a Administração estabeleça condições suficientes para assegurar a execução regular do objeto, evitando tanto a insuficiência de controle quanto a imposição de exigências excessivas.

No presente caso, a natureza especializada dos procedimentos justifica a verificação rigorosa das condições profissionais e sanitárias legalmente aplicáveis, sem que isso autorize a criação de requisitos desvinculados das normas pertinentes.

**VIII – DA IMPOSSIBILIDADE DE CONFUNDIR A AUSÊNCIA DE TRANSCRIÇÃO EXAUSTIVA DAS NORMAS COM DISPENSA DE SEU CUMPRIMENTO**

Outro aspecto relevante consiste na distinção entre a obrigação de cumprir a legislação aplicável e a necessidade de reproduzir integralmente todas as normas profissionais e sanitárias no instrumento convocatório.

O edital deve estabelecer, de maneira clara e objetiva, os requisitos de habilitação necessários à participação dos interessados, permitindo que as pessoas jurídicas conheçam previamente as condições exigidas.

Entretanto, a Administração não está obrigada a transcrever integralmente todos os dispositivos legais e regulamentares que disciplinam a atividade contratada.

A observância das normas profissionais, sanitárias e assistenciais decorre diretamente do ordenamento jurídico e constitui obrigação dos prestadores, independentemente da reprodução exaustiva de seus conteúdos no edital.

Assim, a ausência de referência individualizada a determinada obrigação legal não autoriza sua inobservância durante a execução dos serviços.

Por outro lado, essa circunstância também não permite que a Administração crie, durante a análise da habilitação, exigências documentais não previstas no instrumento convocatório, salvo quando decorrerem diretamente de obrigação legal aplicável e sua verificação observar os limites da legislação de contratações públicas.

O princípio da vinculação ao edital impede a introdução arbitrária de novos requisitos de participação, devendo a análise documental observar as condições previamente estabelecidas e as normas legais pertinentes.

Nesse sentido, a Administração deverá distinguir a comprovação dos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório das obrigações legais cuja observância seja indispensável à execução regular dos procedimentos.

Essa interpretação preserva a segurança jurídica dos interessados, sem afastar a necessidade de proteção dos usuários do SUS.

Importa destacar que o credenciamento não constitui autorização definitiva e incondicionada para execução dos serviços.

A habilitação da pessoa jurídica representa o reconhecimento de sua aptidão para integrar o conjunto de prestadores credenciados, observadas as condições legais e editalícias.

A efetiva prestação dos procedimentos permanece condicionada ao atendimento das exigências técnicas, profissionais, cadastrais e sanitárias aplicáveis, bem como à regularidade das autorizações administrativas pertinentes.

O art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a obrigação de manutenção das condições exigidas para habilitação ou qualificação durante toda a execução contratual.

Dessa forma, a regularidade profissional e sanitária não deverá ser verificada exclusivamente no momento inicial do credenciamento, mas preservada durante a execução dos serviços.

A Administração deverá acompanhar a manutenção dessas condições e adotar as providências legalmente cabíveis quando identificar irregularidades que comprometam a execução contratual.

**IX – DA COMPATIBILIDADE DAS EXIGÊNCIAS COM OS PROCEDIMENTOS OFICIALMENTE RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

A Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, do Ministério da Saúde, constitui referência relevante para a identificação dos procedimentos objeto do credenciamento e de seus atributos assistenciais.

O procedimento **03.09.07.001-5 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)** encontra-se classificado como procedimento ambulatorial de média complexidade.

Da mesma forma, o procedimento **03.09.07.002-3 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)** possui classificação correspondente, observadas suas características próprias.

A regulamentação federal contempla descrições técnicas específicas e referências relacionadas às ocupações profissionais e à classificação dos serviços especializados.

Essas informações demonstram que a execução dos procedimentos deve observar os parâmetros assistenciais estabelecidos pelo Ministério da Saúde, inclusive quanto à compatibilidade dos profissionais e dos estabelecimentos envolvidos.

Entretanto, a classificação federal dos procedimentos não substitui a análise das normas profissionais e sanitárias específicas, nem autoriza presumir que todos os documentos mencionados pelo impugnante sejam obrigatórios em qualquer circunstância.

A exigibilidade de cada requisito deverá ser verificada conforme a legislação aplicável e a situação concreta do prestador.

A Administração deverá assegurar a correspondência entre o objeto contratado, os profissionais responsáveis, os estabelecimentos executores e as condições legalmente necessárias à realização dos atendimentos.

Essa obrigação decorre da própria natureza da prestação complementar de serviços de saúde e não depende de alteração do regime jurídico do credenciamento.

**X – DA PROPORCIONALIDADE, DA ISONOMIA E DA IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS SEM FUNDAMENTO LEGAL**

A Administração Pública deve assegurar que os requisitos de habilitação sejam suficientes para demonstrar a capacidade dos interessados, sem impor condições desnecessárias ou incompatíveis com a legislação.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a observância dos princípios da legalidade, da igualdade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da segurança jurídica.

Esses princípios exigem que a definição e a aplicação das condições de habilitação guardem relação direta com a natureza do objeto e com os riscos envolvidos em sua execução.

No presente caso, a proteção da saúde dos pacientes constitui fundamento legítimo para a exigência de regularidade profissional e sanitária.

Entretanto, essa finalidade não autoriza a imposição de documentação excessiva ou de requisitos que ultrapassem aqueles necessários ao cumprimento das normas aplicáveis.

A Administração deverá preservar a participação de pessoas jurídicas legalmente aptas, assegurando que todos os interessados sejam submetidos às mesmas condições.

Não se admite a flexibilização individualizada de requisitos obrigatórios para beneficiar determinado interessado, tampouco a criação de exigências adicionais destinadas a restringir indevidamente a participação.

A observância da proporcionalidade permite compatibilizar a segurança assistencial com a natureza não excludente do credenciamento, preservando a possibilidade de participação de múltiplos prestadores regularmente habilitados.

Cumpre destacar que a pretensão do impugnante de ampliar o detalhamento das exigências documentais deve estar acompanhada da demonstração de que as condições previstas no instrumento convocatório são incompatíveis com norma legal específica ou insuficientes para assegurar a execução regular do objeto.

A simples referência à importância do CRM, RQE, CNES, licença sanitária, alvará de funcionamento e responsabilidade técnica não demonstra, isoladamente, a existência de ilegalidade editalícia.

É necessário identificar quais requisitos são efetivamente obrigatórios, em que condições devem ser comprovados e se sua disciplina no instrumento convocatório contraria disposição normativa aplicável.

Não se mostra juridicamente adequado determinar a retificação do edital com fundamento apenas na preferência por redação mais extensa ou na inclusão indiscriminada de documentos cuja exigibilidade depende de análise normativa específica.

A Administração deverá observar os requisitos legalmente aplicáveis, mas não está obrigada a modificar o instrumento convocatório para reproduzir todas as disposições profissionais e sanitárias incidentes sobre os serviços.

**XI – DA MANUTENÇÃO DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS E DA OBRIGATORIEDADE DE FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A manutenção das disposições editalícias não representa dispensa de qualquer obrigação profissional, cadastral ou sanitária legalmente exigível.

Ao contrário, pressupõe que os interessados e os futuros credenciados observem integralmente as normas aplicáveis à prestação dos serviços.

A Administração deverá verificar a documentação exigida no edital, observar as obrigações legais pertinentes e assegurar que os procedimentos sejam executados em estabelecimentos regulares, por profissionais habilitados e sob as condições técnicas e sanitárias necessárias.

A fiscalização contratual deverá acompanhar a manutenção dessas condições, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Eventual irregularidade identificada durante a execução deverá ser objeto das providências administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, as condições contratuais e a proteção dos usuários.

Assim, a manutenção do instrumento convocatório deve ser compreendida como preservação das condições previamente estabelecidas, sem prejuízo da obrigatoriedade de cumprimento da legislação profissional e sanitária aplicável.

A existência de deveres legais de fiscalização e de manutenção das condições de habilitação constitui fundamento adicional para afastar a conclusão de que a ausência de transcrição exaustiva de determinada norma no edital permitiria a prestação irregular dos serviços.

Importa destacar que a atuação administrativa deverá permanecer vinculada à finalidade pública da contratação, consistente na disponibilização de procedimentos especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde, em condições adequadas de segurança e qualidade.

A exigência de regularidade profissional e sanitária não se destina a restringir indevidamente a participação, mas a assegurar que os prestadores possuam condições legais e técnicas para executar os serviços.

Da mesma forma, a aplicação dessas exigências deve ocorrer de maneira proporcional, objetiva e uniforme, evitando tratamentos diferenciados sem fundamento legal.

**Diante do exposto, conclui-se que a verificação da regularidade perante o Conselho Regional de Medicina – CRM, da qualificação especializada mediante RQE quando legalmente exigível, da situação cadastral no CNES, da licença sanitária, do alvará de funcionamento e da responsabilidade técnica constitui matéria pertinente à habilitação e à execução dos serviços objeto do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, observadas a natureza e a efetiva exigibilidade de cada requisito.**

**As disposições dos arts. 62 e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos arts. 6º, 24 e 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, da legislação profissional e das normas sanitárias aplicáveis impõem a observância das condições necessárias à prestação regular dos serviços, sem autorizar exigências excessivas, desproporcionais ou desprovidas de fundamento normativo.**

**A classificação dos procedimentos na Portaria nº 709/2017 do Ministério da Saúde reforça a necessidade de compatibilidade entre os serviços contratados, a habilitação dos profissionais e as condições dos estabelecimentos executores, não constituindo, entretanto, fundamento isolado para impor indiscriminadamente todos os documentos mencionados pelo impugnante.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a pretensão de alteração do instrumento convocatório fundada exclusivamente na necessidade de reprodução mais extensa das exigências relativas ao CRM, RQE, CNES, licença sanitária, alvará de funcionamento e responsabilidade técnica, uma vez que a observância das obrigações legalmente aplicáveis permanece exigível independentemente de sua transcrição integral no edital, respeitados os requisitos de habilitação previamente estabelecidos.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD relativas à qualificação profissional, à regularidade cadastral e às condições sanitárias dos prestadores, sem necessidade de suspensão, retificação ou republicação do instrumento convocatório pelos fundamentos examinados neste tópico, permanecendo obrigatória a verificação das condições legalmente exigíveis e sua manutenção durante a execução contratual.**

**2.11. DA REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL, DA NATUREZA DOS CAMPOS DESTINADOS AO PREENCHIMENTO E DA IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONTRATANTE**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados à minuta contratual integrante do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, sustentando a existência de inconsistências redacionais, campos destinados ao preenchimento posterior e referência inadequada à identificação do órgão contratante.

Entre os apontamentos apresentados, destaca-se a utilização da expressão **"FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE"**, cuja redação reúne denominações administrativas distintas, além da existência de espaços destinados à inserção de informações que somente poderão ser individualizadas após a conclusão do credenciamento e a identificação da pessoa jurídica contratada.

O impugnante sustenta que tais circunstâncias comprometeriam a clareza e a segurança jurídica do instrumento contratual, justificando, em seu entendimento, a suspensão do procedimento e a retificação do edital para correção das inconsistências identificadas.

Entretanto, a análise da matéria exige distinguir os requisitos essenciais de validade dos contratos administrativos, a finalidade jurídica da minuta contratual disponibilizada com o instrumento convocatório e a natureza dos erros materiais que não alteram o conteúdo substancial das obrigações estabelecidas.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a minuta contratual constitui instrumento destinado a apresentar previamente as condições jurídicas e administrativas que orientarão a formalização dos futuros contratos decorrentes do procedimento de credenciamento.

Sua disponibilização permite que os interessados conheçam as obrigações essenciais da contratação, as condições de execução, os critérios de remuneração, os deveres das partes, as hipóteses de responsabilização e os demais elementos necessários à compreensão do vínculo jurídico pretendido.

O art. 18, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021 contempla a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, entre os elementos da fase preparatória da contratação.

Por sua vez, o art. 25, § 3º, da mesma legislação estabelece que todos os elementos do edital, incluídos a minuta de contrato, os termos de referência, os anteprojetos, os projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou identificação para acesso.

A previsão legal demonstra a importância da disponibilização prévia da minuta contratual, especialmente para assegurar transparência, previsibilidade e conhecimento das condições que serão aplicadas aos futuros contratados.

Entretanto, a exigência de apresentação da minuta não significa que todos os seus campos devam estar integralmente preenchidos antes da identificação das pessoas jurídicas que serão efetivamente contratadas.

A minuta constitui modelo contratual destinado à formalização posterior de instrumentos individualizados, razão pela qual determinados dados somente poderão ser inseridos após a conclusão da análise documental, a habilitação dos interessados e a definição das condições específicas de cada contratação.

Nesse contexto, a existência de campos destinados ao preenchimento posterior não representa, por si só, irregularidade ou ausência de planejamento administrativo.

Ao contrário, constitui característica compatível com a finalidade da minuta contratual, especialmente nos procedimentos de credenciamento que admitem a contratação de múltiplos prestadores.

No Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, a Administração Municipal adotou a sistemática de contratação paralela e não excludente, prevista no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Essa sistemática permite o credenciamento de diferentes pessoas jurídicas que preencham os requisitos estabelecidos, sem que a habilitação de determinado interessado impeça a participação de outros.

Consequentemente, a Administração poderá formalizar instrumentos contratuais individualizados com os prestadores credenciados, observadas as necessidades assistenciais e as condições estabelecidas no edital.

Dessa forma, seria incompatível com a própria natureza do procedimento exigir que a minuta disponibilizada inicialmente contivesse, de maneira definitiva, os dados de todas as pessoas jurídicas que poderão ser contratadas.

A identificação dos contratados dependerá da conclusão das respectivas etapas de habilitação e da formalização dos vínculos administrativos correspondentes.

Assim, a existência de espaços destinados à inserção de razão social, CNPJ, endereço, representante legal, dados de representação e outras informações individualizadas constitui providência ordinária e juridicamente admissível.

Esses campos não representam omissão substancial quando destinados a informações que, por sua própria natureza, somente poderão ser conhecidas ou confirmadas no momento da celebração contratual.

Importa destacar que a admissibilidade de campos destinados ao preenchimento posterior não autoriza a ausência de cláusulas essenciais nem a definição futura e unilateral de condições substanciais que deveriam estar previamente estabelecidas.

A distinção é fundamental para a correta análise da alegação apresentada.

Informações de identificação das partes, números de instrumentos, datas de assinatura e outros elementos individualizáveis podem ser inseridos no momento da formalização do contrato.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Por outro lado, as condições essenciais da contratação devem estar suficientemente definidas no edital e em seus anexos, de maneira a permitir que os interessados conheçam previamente os direitos, as obrigações e os riscos decorrentes da contratação.

O art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece as cláusulas necessárias aos contratos administrativos, contemplando, entre outros elementos, a identificação do objeto, a vinculação ao edital e à proposta do contratado, quando aplicável, o regime de execução, o preço e as condições de pagamento, os critérios de reajustamento, os prazos, as responsabilidades das partes e as hipóteses de extinção.

A observância dessas exigências constitui condição relevante para a regularidade dos instrumentos contratuais a serem celebrados.

Entretanto, a existência de campos destinados à posterior identificação das partes não se confunde com ausência das condições essenciais de contratação.

No presente credenciamento, o objeto encontra-se identificado no instrumento convocatório como a prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Os valores unitários também estão previamente estabelecidos em **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)** para o procedimento unilateral e **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)** para o procedimento bilateral.

As condições de participação, habilitação e distribuição da demanda integram a disciplina editalícia e deverão orientar a formalização e a execução dos contratos decorrentes do credenciamento.

Assim, a individualização posterior dos dados cadastrais e administrativos dos contratados não altera os valores previamente fixados, o objeto da contratação ou as demais condições substanciais estabelecidas.

A utilização de minuta padronizada também contribui para assegurar tratamento uniforme aos diferentes prestadores, evitando a elaboração de instrumentos com obrigações distintas sem justificativa legal.

A padronização contratual encontra fundamento nos princípios da isonomia, da impessoalidade, da segurança jurídica e da eficiência administrativa, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

No credenciamento paralelo e não excludente, essa uniformidade assume especial relevância, uma vez que diferentes prestadores poderão executar procedimentos equivalentes mediante as mesmas condições remuneratórias e administrativas.

Dessa forma, a disponibilização de minuta contratual padronizada constitui providência compatível com a sistemática adotada.

**I – DA IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONTRATANTE E DA EXPRESSÃO "FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE"**

Quanto à referência à expressão **"FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE"**, cumpre reconhecer que sua redação apresenta inconsistência terminológica, uma vez que reúne expressões relacionadas a áreas administrativas distintas.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A denominação não corresponde, em sua formulação literal, à identificação usual de uma unidade administrativa específica, circunstância que exige interpretação à luz do conjunto documental e da finalidade da contratação.

Entretanto, a existência dessa inconsistência redacional não conduz automaticamente à nulidade da minuta contratual ou à necessidade de suspensão do procedimento de credenciamento.

A análise de sua relevância jurídica depende da verificação de eventual comprometimento da identificação da parte contratante, da definição das obrigações, da competência administrativa ou da compreensão das condições estabelecidas.

No presente caso, o objeto do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD está expressamente relacionado à prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados de saúde, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde.

A natureza assistencial da contratação encontra-se identificada no instrumento convocatório, não havendo relação material entre o objeto e a execução de serviços educacionais.

Assim, a utilização da expressão questionada na minuta não modifica a natureza do procedimento, não altera os serviços contratados e não transforma a contratação de saúde em contratação destinada à área de educação.

A inconsistência deve ser compreendida como erro material de identificação redacional, cuja correção deverá observar a denominação oficial do ente, órgão ou fundo responsável pela contratação, conforme os atos de organização administrativa do Município.

Importa destacar que a identificação da parte contratante deve ser realizada com precisão no instrumento definitivo, inclusive quanto à denominação oficial, ao CNPJ, à representação legal e aos demais elementos necessários à individualização do vínculo contratual.

O art. 89, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas legais e às cláusulas contratuais.

Dessa forma, a formalização definitiva deverá observar a identificação correta da parte contratante e de seu representante legal, afastando qualquer ambiguidade decorrente da expressão utilizada na minuta.

A existência de erro material em modelo contratual não dispensa esse dever, mas também não significa que o procedimento de credenciamento deva ser invalidado quando a inconsistência não compromete a compreensão do objeto e das condições essenciais da contratação.

Cumpre esclarecer que a correção de erro material não se confunde com alteração substancial das condições editalícias.

A alteração substancial ocorre quando a Administração modifica elementos relevantes da contratação, capazes de influenciar a decisão dos interessados de participar, as condições de habilitação, os valores, o objeto ou as obrigações essenciais.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Por outro lado, a correção de inexatidão redacional destinada a reproduzir corretamente a identificação administrativa já decorrente do processo não representa, por si só, modificação das condições de participação ou execução.

No caso concreto, a substituição da expressão inadequada pela denominação oficial correspondente não deverá alterar a identidade jurídica da parte efetivamente responsável pela contratação, tampouco modificar o objeto, os valores unitários ou os requisitos de habilitação.

A providência deverá limitar-se à correta identificação administrativa, preservando integralmente as condições substanciais estabelecidas no instrumento convocatório.

Entretanto, caso a inconsistência revele divergência efetiva entre pessoas jurídicas distintas, competências administrativas ou unidades responsáveis pela assunção das obrigações, a situação deverá ser examinada de acordo com sua relevância concreta, não podendo ser tratada automaticamente como simples erro gráfico.

A caracterização de erro material pressupõe que a identificação correta possa ser determinada objetivamente a partir do processo administrativo e da organização jurídica do Município, sem necessidade de redefinição da contratação.

Assim, a interpretação da minuta deve observar a identificação oficial do contratante nos documentos do procedimento, preservando a competência administrativa e a regularidade da formalização contratual.

**II – DA DISTINÇÃO ENTRE ERRO MATERIAL E VÍCIO SUBSTANCIAL DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

A análise da irregularidade apontada exige distinguir o erro material de eventual vício substancial capaz de comprometer a validade do procedimento.

O erro material caracteriza-se por inexatidão de redação, identificação, digitação ou reprodução de informação, cuja correção não modifica a essência do ato administrativo.

O vício substancial, por sua vez, ocorre quando a irregularidade compromete elemento essencial do procedimento, prejudica a compreensão das obrigações, restringe indevidamente a participação ou viola exigência legal relevante.

Essa distinção decorre da necessidade de aplicação proporcional das consequências jurídicas às irregularidades administrativas.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a observância dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica, da eficiência e do interesse público.

Tais princípios exigem que a Administração avalie a natureza e os efeitos concretos das inconsistências identificadas, evitando a adoção de medidas excessivas diante de falhas que não comprometam a legalidade substancial do procedimento.

No presente caso, a expressão questionada não altera a descrição dos procedimentos médicos, os respectivos valores unitários, a modalidade de credenciamento ou a finalidade assistencial da contratação.

Também não modifica os critérios de participação ou a sistemática de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.

Dessa forma, considerada a inconsistência como inexatidão material de identificação, não se demonstra prejuízo concreto à formulação dos requerimentos de credenciamento ou à compreensão das condições essenciais estabelecidas.

A existência de erro redacional não deve ser confundida com autorização para celebrar contrato definitivo contendo identificação incorreta.

A Administração permanece obrigada a assegurar a precisão dos dados contratuais no momento da formalização, de modo que o instrumento celebrado reflita corretamente a identidade das partes e as condições jurídicas aplicáveis.

Assim, a preservação do procedimento não afasta o dever de observar a correta identificação administrativa nos instrumentos definitivos.

**III – DA NATUREZA DOS CAMPOS DESTINADOS AO PREENCHIMENTO POSTERIOR**

O impugnante também questiona a presença de campos não preenchidos na minuta contratual, sugerindo que essa circunstância demonstraria insuficiência de planejamento ou ausência de definição das condições contratuais.

Entretanto, a existência de campos destinados à individualização posterior das partes constitui característica ordinária dos modelos contratuais disponibilizados como anexos de instrumentos convocatórios.

No credenciamento, essa circunstância é especialmente justificável, uma vez que a Administração não conhece antecipadamente todas as pessoas jurídicas que poderão preencher os requisitos e formalizar contratos durante a vigência do procedimento.

A possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados, prevista no art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, reforça a necessidade de utilização de instrumento contratual apto à individualização posterior dos dados dos credenciados.

Não seria razoável exigir que a Administração identificasse previamente todos os futuros contratados em procedimento destinado justamente a permitir o ingresso contínuo de interessados.

Os campos destinados à inserção de razão social, CNPJ, endereço, representante legal, número do contrato, data de assinatura e demais informações individualizadas não constituem, isoladamente, deficiência do instrumento convocatório.

Essas informações deverão ser preenchidas no momento oportuno, com base nos documentos apresentados e nos atos administrativos correspondentes.

Entretanto, os campos destinados ao preenchimento posterior não poderão ser utilizados para introduzir condições substanciais distintas daquelas previamente estabelecidas.

A Administração não poderá modificar unilateralmente os valores de remuneração, criar novas obrigações essenciais ou estabelecer critérios diferenciados de execução mediante simples preenchimento de espaços da minuta.

A individualização deverá observar o edital, seus anexos e as normas legais aplicáveis, preservando a vinculação ao instrumento convocatório.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Assim, a existência de campos não preenchidos deve ser examinada conforme sua finalidade e conteúdo, não sendo juridicamente adequado considerá-los irregulares apenas por dependerem de informações futuras.

**IV – DA VINCULAÇÃO DOS CONTRATOS DEFINITIVOS AO EDITAL E ÀS CONDIÇÕES PADRONIZADAS DO CREDENCIAMENTO**

Os contratos decorrentes do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD deverão observar integralmente as condições estabelecidas no instrumento convocatório, especialmente quanto ao objeto, aos valores unitários, às obrigações dos prestadores e à sistemática de execução dos serviços.

O art. 92, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de vinculação do contrato ao edital e à proposta do contratado, quando aplicável, ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.

No âmbito do credenciamento paralelo e não excludente, a vinculação às condições padronizadas assume especial relevância, pois os interessados aderem aos requisitos e valores previamente definidos pela Administração.

O art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina que o edital de chamamento deverá prever as condições padronizadas de contratação e definir o valor da contratação nas hipóteses legalmente indicadas.

Dessa forma, os contratos individualizados não poderão estabelecer condições que comprometam a igualdade de tratamento entre os credenciados ou afastem os parâmetros financeiros e assistenciais previamente fixados.

A utilização de minuta padronizada contribui para assegurar essa uniformidade, permitindo que os instrumentos definitivos sejam formalizados mediante inserção dos dados particulares de cada contratado.

A identificação posterior das partes não modifica a natureza da contratação nem autoriza tratamento diferenciado entre pessoas jurídicas submetidas às mesmas condições.

Assim, a regularidade da minuta deve ser aferida pela suficiência de suas disposições essenciais e por sua compatibilidade com o edital, e não pela exigência de preenchimento antecipado de informações que dependem da conclusão do procedimento.

**V – DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À ISONOMIA, À TRANSPARÊNCIA E À SEGURANÇA JURÍDICA**

A impugnação deve ser examinada considerando se as inconsistências apontadas possuem aptidão concreta para comprometer a participação dos interessados ou a compreensão das condições contratuais.

No caso concreto, a referência redacional inadequada ao órgão contratante e a existência de campos destinados ao preenchimento posterior não demonstram, isoladamente, restrição à participação ou diferenciação entre os prestadores.

O objeto da contratação permanece relacionado à prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados de saúde, enquanto os valores unitários e as condições de participação encontram-se previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

A existência de modelo contratual destinado à individualização posterior das partes não impede que os interessados conheçam as condições essenciais da contratação.

Da mesma forma, a identificação incorreta de determinada expressão administrativa não compromete necessariamente a validade do procedimento quando sua correção puder ser realizada objetivamente, sem alteração da identidade jurídica do contratante ou das condições substanciais.

A transparência administrativa exige que os instrumentos definitivos contenham informações corretas e suficientes para permitir a identificação das partes e o acompanhamento da execução contratual.

Entretanto, essa exigência não impõe a invalidação de todo o procedimento diante de inexatidão redacional sanável que não tenha produzido prejuízo relevante.

A segurança jurídica recomenda a preservação dos atos administrativos regulares e a correção proporcional das inconsistências materiais, evitando medidas de suspensão ou republicação sem necessidade demonstrada.

**VI – DA POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO DE INEXATIDÕES MATERIAIS SEM ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO EDITAL**

A Administração Pública possui competência para corrigir inexatidões materiais identificadas em seus atos, observados os limites legais e a preservação das condições essenciais do procedimento.

O exercício da autotutela administrativa permite a correção de erros materiais, sem que toda providência de saneamento implique necessariamente anulação do ato ou reabertura dos prazos de participação.

O art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Embora o credenciamento possua características próprias e não envolva disputa competitiva por propostas de preços, a disposição evidencia a relevância de distinguir alterações substanciais de providências que não interfiram nas condições de participação.

A correção da identificação administrativa, quando limitada à eliminação de erro material evidente, não altera necessariamente o objeto, os valores unitários, os requisitos de habilitação ou os critérios de distribuição da demanda.

Nessa hipótese, a providência possui natureza saneadora, não constituindo fundamento automático para suspensão do credenciamento ou reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos.

Entretanto, o saneamento deverá preservar a publicidade e a rastreabilidade dos atos administrativos, permitindo verificar que a correção não introduziu modificações substanciais.

A manutenção do edital não autoriza a perpetuação de informações incorretas nos instrumentos contratuais definitivos.

A Administração deverá assegurar que os contratos formalizados contenham a denominação oficial da parte contratante e os demais dados necessários à sua validade e regular execução.

Essa providência constitui cumprimento dos requisitos legais de formalização contratual, não se confundindo com acolhimento da pretensão de suspensão ou reformulação substancial do credenciamento.

**VII – DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA SUSPENSÃO, RETIFICAÇÃO SUBSTANCIAL OU REPUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

A suspensão de procedimento de contratação pública constitui providência que deve estar fundamentada em circunstância concreta capaz de comprometer sua legalidade ou regular continuidade.

A identificação de erro material sanável ou de campos destinados ao preenchimento posterior não representa, por si só, motivo suficiente para determinar a paralisação do credenciamento.

No presente caso, a impugnação não demonstra que a expressão redacional questionada tenha modificado a finalidade assistencial da contratação, alterado os valores unitários ou impedido os interessados de compreender as condições essenciais do instrumento convocatório.

Da mesma forma, a presença de campos destinados à identificação posterior dos contratados decorre da própria estrutura do credenciamento paralelo e não excludente, que admite a contratação de múltiplos interessados durante sua vigência.

A pretensão de republicação do edital deve ser examinada à luz da efetiva existência de alteração substancial capaz de interferir na participação dos interessados.

Não se mostra juridicamente adequado determinar a reabertura de prazos ou a suspensão da sessão pública apenas para permitir o preenchimento antecipado de informações que, por sua natureza, dependem da identificação dos futuros contratados.

Também não se justifica a invalidação do procedimento em razão de inexatidão redacional cuja correção não implique modificação das condições essenciais da contratação.

A Administração deverá preservar a legalidade da formalização contratual, assegurando que os instrumentos definitivos contenham informações precisas e observem integralmente as condições estabelecidas no edital.

**VIII – DA MANUTENÇÃO DA MINUTA CONTRATUAL E DA OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS NA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

A minuta contratual integrante do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD deve ser compreendida como instrumento padronizado destinado à formalização posterior dos vínculos administrativos com os prestadores habilitados.

Sua finalidade consiste em apresentar previamente as condições jurídicas essenciais da contratação, permitindo a individualização dos dados de cada contratado no momento oportuno.

A presença de campos destinados ao preenchimento posterior não compromete a regularidade do procedimento quando tais campos se referirem a informações individualizáveis e não à definição futura de condições substanciais.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Quanto à expressão "FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE", sua inadequação redacional deve ser reconhecida como inconsistência a ser saneada na identificação da parte contratante, observada a denominação oficial constante dos atos administrativos pertinentes.

A correção deverá assegurar a identificação precisa do ente, órgão ou fundo responsável pela contratação, sem modificar o objeto, os valores, os requisitos de habilitação ou as demais condições essenciais do credenciamento.

A Administração permanece vinculada aos deveres de legalidade, motivação, transparência e segurança jurídica, devendo observar os arts. 89 e 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 na formalização dos instrumentos contratuais.

A existência de erro material não autoriza a celebração de contrato definitivo com identificação incorreta, mas também não impõe a suspensão de todo o procedimento quando a inexatidão puder ser corrigida sem prejuízo aos interessados.

Dessa forma, a preservação da minuta contratual e do instrumento convocatório mostra-se juridicamente compatível com a necessidade de observância das condições legais de formalização dos contratos administrativos.

**Diante do exposto, conclui-se que a utilização de minuta contratual padronizada, com campos destinados ao preenchimento posterior dos dados individualizados das pessoas jurídicas credenciadas, encontra fundamento na própria natureza do credenciamento paralelo e não excludente, previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, não constituindo irregularidade capaz de comprometer a validade do procedimento.**

**A expressão "FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE" apresenta inconsistência redacional que deverá ser saneada mediante utilização da denominação oficial da parte contratante nos instrumentos definitivos, observados os arts. 89 e 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem alteração da identidade jurídica do contratante ou das condições substanciais estabelecidas no edital.**

**A existência de campos destinados ao preenchimento posterior e de inexatidão material sanável não demonstra, por si só, prejuízo à isonomia, à transparência, à segurança jurídica ou à compreensão das condições essenciais da contratação, inexistindo fundamento para invalidar o procedimento ou determinar sua paralisação exclusivamente em razão dessas circunstâncias.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a pretensão de suspensão, retificação substancial ou republicação do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD fundada nas alegações relativas à minuta contratual, preservada a obrigação administrativa de assegurar a correta identificação das partes e o preenchimento integral dos dados necessários à formalização dos contratos definitivos.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições substanciais do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD e a sistemática de utilização de minuta contratual padronizada, sem necessidade de suspensão, reabertura de prazos ou republicação do procedimento, devendo os instrumentos contratuais definitivos observar a identificação correta da parte contratante e os demais requisitos legais de formalização.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**2.12. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS DOS USUÁRIOS DO SUS E DA OBSERVÂNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados à proteção dos dados pessoais dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, sustentando a necessidade de maior detalhamento das obrigações de confidencialidade, segurança da informação, compartilhamento de dados e responsabilização dos prestadores que venham a executar os serviços objeto do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026.

Argumenta, em síntese, que a prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados envolve o tratamento de informações pessoais e clínicas dos pacientes, circunstância que exige a observância da Lei Federal nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

O impugnante sustenta que a ausência de disposições contratuais mais detalhadas sobre a matéria poderia comprometer a segurança das informações dos usuários, especialmente quanto ao acesso aos dados clínicos, à utilização dos registros assistenciais, ao compartilhamento de informações com a Secretaria Municipal de Saúde e à preservação do sigilo profissional.

Diante dessas alegações, pretende a revisão do instrumento convocatório e da respectiva minuta contratual, mediante inclusão ou ampliação de disposições relacionadas à proteção de dados pessoais sensíveis, à definição de responsabilidades e à adoção de medidas de segurança da informação.

Entretanto, a análise da matéria exige distinguir a obrigatoriedade de cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais da necessidade de reprodução exaustiva de suas disposições no instrumento convocatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a proteção dos dados pessoais constitui direito fundamental expressamente reconhecido pela Constituição Federal.

O art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 115/2022, assegura o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da lei.

A proteção constitucional demonstra que o tratamento de informações pessoais deve observar os direitos fundamentais dos titulares, especialmente quando envolve dados relacionados à saúde, à intimidade e à vida privada.

No âmbito infraconstitucional, a Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece normas gerais destinadas à proteção dos dados pessoais, disciplinando as condições de tratamento, os direitos dos titulares, as responsabilidades dos agentes de tratamento e as medidas necessárias à preservação da segurança das informações.

O art. 1º da LGPD estabelece que a legislação dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Dessa forma, as obrigações estabelecidas pela LGPD alcançam tanto a Administração Pública quanto as pessoas jurídicas privadas que realizem tratamento de dados pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados.

No caso concreto, a execução dos procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, poderá envolver a coleta, o acesso, o registro, o armazenamento, a utilização e o compartilhamento de informações necessárias à assistência dos usuários do SUS.

Essas informações poderão abranger dados de identificação dos pacientes, registros de atendimento, informações clínicas, exames, prescrições, procedimentos realizados e outros elementos necessários à organização e à continuidade da assistência.

Parte dessas informações possui natureza de dado pessoal sensível, em razão de sua vinculação à saúde dos titulares.

O art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 13.709/2018 classifica como dado pessoal sensível, entre outras categorias, o dado referente à saúde ou à vida sexual, bem como o dado genético ou biométrico quando vinculado a uma pessoa natural.

Assim, as informações clínicas individualizadas dos usuários atendidos pelos prestadores credenciados encontram-se submetidas a regime jurídico específico de proteção, independentemente da forma de armazenamento ou do suporte utilizado.

A natureza sensível desses dados exige cuidados compatíveis com os riscos envolvidos em seu tratamento, especialmente quanto à limitação de acesso, à finalidade da utilização e à prevenção de divulgação indevida.

Entretanto, a incidência da LGPD decorre diretamente da legislação federal, não dependendo de reprodução integral de seus dispositivos no edital ou no contrato administrativo.

A ausência de transcrição exaustiva das obrigações legais não representa autorização para tratamento irregular de dados pessoais, tampouco afasta a responsabilidade dos agentes envolvidos.

**I – DA INCIDÊNCIA DA LGPD SOBRE OS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE SAÚDE**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais possui aplicação às atividades de tratamento de dados realizadas no contexto da prestação complementar de serviços de saúde, observadas as hipóteses legais e as características das operações executadas.

No presente credenciamento, a Administração Municipal pretende contratar pessoas jurídicas especializadas para realização de procedimentos ambulatoriais destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A execução desses serviços pressupõe a utilização de informações necessárias à identificação dos pacientes, à avaliação das condições clínicas, à realização dos procedimentos e ao registro dos atendimentos.

Essas atividades caracterizam operações de tratamento de dados pessoais, conforme a definição estabelecida no art. 5º, inciso X, da Lei Federal nº 13.709/2018.

O referido dispositivo contempla, entre outras operações, a coleta, a produção, a recepção, a classificação, a utilização, o acesso, a reprodução, a transmissão, a distribuição, o processamento, o arquivamento, o armazenamento, a eliminação, a avaliação, o controle, a modificação, a comunicação, a transferência, a difusão e a extração de dados pessoais.

Consequentemente, os prestadores credenciados deverão observar as disposições da LGPD em todas as operações de tratamento realizadas no contexto da assistência contratada.

A responsabilidade pela observância da legislação não se limita ao momento da coleta das informações, abrangendo todo o ciclo de tratamento dos dados pessoais.

Assim, a regularidade da prestação dos serviços exige que as informações sejam utilizadas exclusivamente para finalidades legítimas e juridicamente autorizadas, observadas as condições necessárias à assistência, à gestão administrativa e ao cumprimento das obrigações legais.

A utilização dos dados para finalidades estranhas à prestação dos serviços, sem fundamento jurídico adequado, não encontra respaldo na natureza da contratação.

**II – DOS PRINCÍPIOS DA FINALIDADE, ADEQUAÇÃO, NECESSIDADE, SEGURANÇA E PREVENÇÃO**

O art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece os princípios que devem orientar as atividades de tratamento de dados pessoais.

Entre eles, destacam-se a finalidade, a adequação, a necessidade, o livre acesso, a qualidade dos dados, a transparência, a segurança, a prevenção, a não discriminação e a responsabilização e prestação de contas.

O princípio da finalidade determina que o tratamento seja realizado para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior incompatível com essas finalidades.

O princípio da adequação exige compatibilidade entre o tratamento realizado e as finalidades informadas, considerado o contexto em que as informações são utilizadas.

O princípio da necessidade estabelece a limitação do tratamento ao mínimo necessário para realização de suas finalidades, abrangendo dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.

Por sua vez, o princípio da segurança exige a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

O princípio da prevenção impõe a adoção de medidas destinadas a evitar a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

No âmbito do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, esses princípios deverão orientar a atuação da Secretaria Municipal de Saúde e dos prestadores credenciados.

As informações dos pacientes deverão ser utilizadas na extensão necessária à realização dos procedimentos, ao acompanhamento assistencial, à organização dos atendimentos e ao cumprimento das obrigações legais e contratuais.

Não se mostra juridicamente admissível a coleta indiscriminada de informações sem relação com a finalidade assistencial ou administrativa legitimamente estabelecida.

Da mesma forma, o compartilhamento de dados deverá observar a necessidade concreta da operação, evitando a circulação desnecessária de

informações clínicas entre pessoas ou entidades que não possuam atribuição legítima para acessá-las.

A aplicação desses princípios constitui obrigação legal diretamente exigível, independentemente de detalhamento integral no instrumento convocatório.

**III – DAS BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS NO ÂMBITO DO SUS**

O tratamento de dados pessoais sensíveis exige fundamento jurídico compatível com as hipóteses previstas no art. 11 da Lei Federal nº 13.709/2018.

A legislação admite o tratamento desses dados em situações específicas, inclusive quando necessário ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, à execução de políticas públicas pela Administração Pública e à tutela da saúde, observadas as condições legalmente estabelecidas.

O art. 11, inciso II, alínea "a", contempla o tratamento de dados pessoais sensíveis quando indispensável ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

A alínea "b" do mesmo dispositivo admite o tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela Administração Pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.

A alínea "f", por sua vez, contempla a tutela da saúde, exclusivamente em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Essas disposições demonstram que o tratamento de dados de saúde no contexto da prestação de serviços assistenciais não depende necessariamente da obtenção de consentimento como única base legal possível.

A definição da hipótese jurídica aplicável deverá considerar a finalidade específica da operação, a natureza dos dados, as atribuições dos agentes envolvidos e as condições estabelecidas pela legislação.

No presente credenciamento, a realização de procedimentos ambulatoriais especializados integra a execução de serviços de saúde destinados aos usuários do SUS, circunstância que exige o tratamento de informações necessárias à assistência e à organização administrativa dos atendimentos.

Entretanto, a existência de finalidade assistencial não autoriza a utilização irrestrita dos dados pessoais sensíveis.

Cada operação deverá observar fundamento jurídico adequado, finalidade legítima e limites proporcionais à necessidade identificada.

A Administração e os prestadores deverão assegurar que o tratamento permaneça vinculado à prestação dos serviços e às demais obrigações legalmente autorizadas.

**IV – DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece disciplina específica para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público.

O art. 23 determina que o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas na Lei de Acesso à Informação deverá ser realizado

para atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, observadas as condições previstas na legislação.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o tratamento de dados pessoais deverá estar relacionado às atribuições administrativas e assistenciais necessárias à organização e à execução das ações e dos serviços de saúde.

A utilização das informações dos usuários para regulação de atendimentos, autorização de procedimentos, acompanhamento da assistência, fiscalização contratual e cumprimento das obrigações legais deverá observar as finalidades públicas correspondentes.

Importa destacar que a atuação administrativa não afasta a proteção dos dados pessoais sensíveis, devendo os órgãos públicos observar os princípios e as regras da LGPD.

A finalidade pública da contratação não constitui autorização genérica para divulgação de prontuários, informações clínicas ou dados individualizados dos pacientes.

A Administração deverá assegurar que o acesso às informações seja compatível com as atribuições dos agentes públicos envolvidos e com as necessidades concretas da prestação dos serviços.

Da mesma forma, os prestadores privados deverão utilizar as informações recebidas ou produzidas no contexto contratual exclusivamente para finalidades juridicamente autorizadas.

**V – DA RESPONSABILIDADE DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DA DEFINIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES**

O art. 5º, incisos VI e VII, da Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece as definições de controlador e operador de dados pessoais.

O controlador corresponde à pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

O operador, por sua vez, corresponde à pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

A identificação dessas posições deve considerar as atividades efetivamente desempenhadas e o grau de autonomia decisória de cada agente, não sendo juridicamente adequado presumir que todo prestador contratado atuará exclusivamente como operador em todas as situações.

No contexto dos serviços complementares de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde poderá exercer atribuições decisórias relacionadas à organização da demanda, à regulação dos atendimentos e à gestão das informações necessárias à execução da política pública.

Os prestadores credenciados, por sua vez, poderão realizar operações de tratamento relacionadas à execução dos serviços contratados, observadas suas responsabilidades profissionais, assistenciais e legais.

A definição das posições jurídicas dos agentes deverá considerar cada atividade de tratamento, especialmente quando o prestador possuir obrigações próprias de registro, guarda e utilização de informações clínicas.

Assim, a Administração deverá observar a distribuição efetiva das responsabilidades, evitando classificações automáticas que não correspondam às operações realizadas.

O art. 39 da LGPD estabelece que o operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Entretanto, essa disciplina deverá ser aplicada às situações em que efetivamente exista relação entre controlador e operador, não afastando as responsabilidades legais próprias dos prestadores de serviços de saúde.

A necessidade de definição das atribuições decorre diretamente da LGPD e deverá ser observada na execução contratual, sem que a ausência de reprodução integral das definições legais na minuta implique dispensa das respectivas obrigações.

**VI – DO SIGILO PROFISSIONAL E DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES CLÍNICAS**

A proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS deve ser compreendida em conjunto com os deveres de sigilo profissional aplicáveis à atividade médica e à prestação dos serviços de saúde.

As informações clínicas obtidas durante os atendimentos possuem caráter reservado, devendo sua utilização observar as normas profissionais, a legislação de proteção de dados e as hipóteses legalmente admitidas de compartilhamento.

A confidencialidade constitui elemento essencial da relação assistencial, contribuindo para a proteção da intimidade dos pacientes e para a preservação da confiança necessária à adequada prestação dos serviços.

No presente credenciamento, os prestadores deverão assegurar que o acesso às informações clínicas seja restrito às pessoas legitimamente autorizadas, observadas as necessidades da assistência e as atribuições profissionais correspondentes.

Não se admite a divulgação indiscriminada de diagnósticos, exames, procedimentos realizados ou outras informações individualizadas dos usuários.

Da mesma forma, a utilização de dados clínicos para finalidades comerciais, promocionais ou estranhas à execução dos serviços deverá observar as restrições legais aplicáveis, não sendo autorizada pela simples existência de contrato administrativo.

A proteção do sigilo profissional e a observância da LGPD constituem obrigações complementares, destinadas à preservação dos direitos dos pacientes.

Assim, a contratação administrativa não afasta os deveres éticos e legais dos profissionais responsáveis pelos atendimentos.

**VII – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DA ADOÇÃO DE MEDIDAS TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS**

O art. 46 da Lei Federal nº 13.709/2018 determina que os agentes de tratamento adotem medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

A disposição estabelece obrigação legal diretamente aplicável à Administração Pública e aos prestadores privados que realizem tratamento de dados pessoais.

No contexto dos serviços objeto do credenciamento, as medidas de segurança deverão ser compatíveis com a natureza sensível das informações clínicas e com os riscos envolvidos em seu tratamento.

Entre as providências pertinentes, conforme a realidade operacional de cada agente, encontram-se o controle de acesso aos sistemas, a utilização de credenciais individuais, a restrição de permissões, a proteção dos registros assistenciais, a adoção de mecanismos de autenticação e o estabelecimento de procedimentos para prevenção de acessos indevidos.

Também se mostra relevante a organização de rotinas destinadas à preservação da integridade e da disponibilidade das informações necessárias à continuidade da assistência.

A adoção dessas medidas deverá observar os recursos tecnológicos utilizados, a natureza das operações e os riscos concretos associados ao tratamento.

Importa destacar que a LGPD não estabelece obrigação de utilização indiscriminada de uma única solução tecnológica para todos os agentes de tratamento.

As medidas devem ser adequadas à natureza dos dados, às características do tratamento e aos riscos envolvidos, observadas as normas e orientações aplicáveis.

Dessa forma, a ausência de descrição exaustiva de ferramentas específicas no edital não significa inexistência de obrigação de segurança da informação.

Os prestadores credenciados deverão adotar medidas adequadas de proteção, independentemente de sua reprodução detalhada no instrumento convocatório.

**VIII – DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS ENTRE OS PRESTADORES CREDENCIADOS E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

A execução dos serviços complementares de saúde poderá exigir o compartilhamento de informações entre os prestadores credenciados e a Secretaria Municipal de Saúde, especialmente para fins de regulação, autorização, acompanhamento assistencial, comprovação dos procedimentos e fiscalização contratual.

Entretanto, o compartilhamento deverá observar finalidade legítima, necessidade, adequação e fundamento jurídico compatível com a natureza dos dados tratados.

O art. 26 da Lei Federal nº 13.709/2018 disciplina o uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público, estabelecendo sua vinculação a finalidades específicas de execução de políticas públicas e à atribuição legal dos órgãos e entidades públicas, observados os princípios de proteção de dados pessoais.

A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais entre pessoas jurídicas de direito público e entidades privadas também deverá observar as condições e hipóteses legalmente admitidas, inclusive as disposições pertinentes do art. 27 da LGPD.

No caso concreto, o compartilhamento necessário à execução dos serviços deverá ser limitado às informações pertinentes às atividades assistenciais e administrativas legitimamente desenvolvidas.

A comprovação da realização dos procedimentos e a fiscalização dos pagamentos não autorizam a circulação indiscriminada de prontuários ou de informações clínicas que não sejam necessárias à finalidade específica.

Da mesma forma, a necessidade de acompanhamento administrativo não afasta os deveres de sigilo e proteção dos dados sensíveis.

A Administração deverá compatibilizar as exigências de controle contratual com a preservação da intimidade dos pacientes, utilizando mecanismos adequados de identificação, acesso e registro das informações.

**IX – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E NO RODÍZIO DOS CREDENCIADOS**

A sistemática de distribuição da demanda prevista no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD deverá observar os critérios objetivos estabelecidos no instrumento convocatório, especialmente o rodízio sequencial e as hipóteses excepcionais relacionadas às necessidades assistenciais.

Entretanto, a transparência da distribuição não poderá ser confundida com autorização para divulgação irrestrita dos dados pessoais dos usuários.

A Administração deverá manter registros suficientes para demonstrar a regularidade das convocações e das autorizações, preservando as informações clínicas individualizadas dos pacientes.

A publicidade dos atos administrativos poderá ocorrer mediante disponibilização de informações compatíveis com a finalidade de controle, observadas as restrições legais relacionadas à proteção dos dados pessoais sensíveis.

Assim, a fiscalização da distribuição dos procedimentos não exige, necessariamente, exposição pública da identidade dos pacientes ou de seus históricos clínicos.

A utilização de informações agregadas, registros administrativos adequados e mecanismos de acesso restrito poderá contribuir para compatibilizar a transparência com a proteção dos direitos dos titulares.

A observância dessa distinção é essencial para assegurar que a execução do credenciamento respeite simultaneamente os princípios da publicidade administrativa e da proteção dos dados pessoais.

**X – DA COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA E DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES**

A Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece obrigações relacionadas à segurança da informação e à responsabilização dos agentes de tratamento.

O art. 48 da LGPD determina que o controlador comunique à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, observadas as condições e os prazos previstos na regulamentação aplicável.

No âmbito dos serviços de saúde, incidentes envolvendo informações clínicas podem produzir consequências relevantes para a privacidade e os direitos dos pacientes.

Dessa forma, os agentes de tratamento deverão observar as obrigações legais relacionadas à identificação, ao registro, à avaliação e à comunicação dos incidentes de segurança, conforme suas respectivas responsabilidades.

A existência de contrato administrativo não afasta a aplicação dessas obrigações.

Os prestadores credenciados deverão atuar de maneira compatível com a legislação de proteção de dados, inclusive quanto à cooperação necessária para apuração de incidentes e adoção das medidas legalmente cabíveis.

O art. 42 da LGPD estabelece disciplina relativa à responsabilidade dos agentes de tratamento pelos danos decorrentes de atividades realizadas em violação à legislação de proteção de dados pessoais, observadas as condições legais aplicáveis.

Assim, eventual descumprimento das obrigações de proteção de dados poderá produzir consequências jurídicas próprias, independentemente da existência de cláusula contratual que reproduza integralmente essas disposições.

A Administração também deverá observar suas responsabilidades, especialmente quanto às atividades de tratamento realizadas no exercício de suas atribuições legais.

**XI – DA DISTINÇÃO ENTRE OBRIGAÇÕES LEGAIS DIRETAMENTE APLICÁVEIS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS ESPECÍFICAS**

O impugnante pretende a ampliação das disposições editalícias e contratuais relacionadas à proteção dos dados pessoais, sustentando que o detalhamento das obrigações seria necessário à segurança jurídica do procedimento.

Entretanto, a análise da alegação exige distinguir as obrigações que decorrem diretamente da LGPD daquelas que dependem de disciplina contratual específica para organizar a execução dos serviços.

A Lei Federal nº 13.709/2018 estabelece deveres legais que vinculam os agentes de tratamento independentemente de transcrição no edital ou no contrato.

Assim, a ausência de reprodução literal de determinado dispositivo não significa que a Administração ou os prestadores estejam dispensados de cumpri-lo.

Entretanto, essa circunstância não afasta a importância de estabelecer orientações operacionais adequadas à realidade da contratação, especialmente quando necessárias à definição dos fluxos de informação, das responsabilidades dos agentes e dos procedimentos de segurança.

A definição dessas rotinas deverá observar a legislação aplicável e as condições efetivas de execução, sem introduzir obrigações incompatíveis com o instrumento convocatório.

Cumpre destacar que a existência de cláusulas contratuais sobre proteção de dados constitui mecanismo relevante de organização e fiscalização, mas não representa a única fonte jurídica das obrigações relacionadas à matéria.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A incidência da LGPD decorre diretamente da legislação federal, razão pela qual a validade do credenciamento não pode ser condicionada à reprodução integral de todos os seus dispositivos no instrumento convocatório.

A análise da regularidade deverá considerar se a contratação autoriza práticas incompatíveis com a legislação ou afasta indevidamente obrigações de proteção de dados.

No presente caso, a alegação de necessidade de maior detalhamento, desacompanhada da demonstração de disposição editalícia que autorize tratamento ilícito de dados pessoais, não constitui fundamento suficiente para determinar a suspensão do procedimento.

**XII – DA PROPORCIONALIDADE DAS EXIGÊNCIAS E DA PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE ASSISTENCIAL DA CONTRATAÇÃO**

A Administração deverá compatibilizar as obrigações de proteção de dados com a necessidade de assegurar a adequada prestação dos serviços de saúde.

A proteção da privacidade não impede o tratamento legítimo de informações necessárias à assistência, assim como a finalidade assistencial não autoriza a utilização irrestrita dos dados pessoais sensíveis.

A adequada aplicação da LGPD exige equilíbrio entre a proteção dos direitos dos titulares e a execução das competências legais relacionadas à prestação dos serviços de saúde.

No presente credenciamento, a realização dos procedimentos depende da utilização de informações clínicas e administrativas necessárias à identificação dos usuários, à avaliação assistencial e ao registro dos atendimentos.

Essas operações deverão ocorrer com fundamento jurídico adequado e observância dos princípios estabelecidos no art. 6º da LGPD.

A Administração deverá assegurar que os prestadores adotem medidas de segurança proporcionais aos riscos envolvidos, sem impor exigências tecnológicas desnecessárias ou desvinculadas da natureza do objeto.

Da mesma forma, os prestadores deverão observar os deveres de confidencialidade e de proteção das informações, preservando a integridade e a disponibilidade dos registros necessários à assistência.

A proteção dos dados pessoais constitui componente da regularidade da execução contratual e deverá integrar as atividades de fiscalização administrativa.

O art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece o dever de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos, permitindo que a Administração verifique o cumprimento das obrigações legais e contratuais pertinentes.

Assim, a fiscalização dos serviços deverá considerar, dentro das atribuições dos agentes responsáveis, a observância das condições aplicáveis à proteção dos dados pessoais dos usuários.

**XIII – DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA SUSPENSÃO OU RETIFICAÇÃO DO EDITAL EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE DETALHAMENTO EXAUSTIVO DA LGPD**

A suspensão de procedimento de contratação pública exige fundamento concreto relacionado à sua legalidade ou à regularidade de sua continuidade.

A mera alegação de que o instrumento convocatório poderia apresentar disposições mais detalhadas sobre proteção de dados não demonstra, isoladamente, vício capaz de comprometer o credenciamento.

A Administração e os prestadores encontram-se diretamente submetidos à Lei Federal nº 13.709/2018, independentemente da reprodução integral de suas disposições no edital.

A exigência de observância da LGPD não depende de previsão contratual que transcreva todos os princípios, direitos e obrigações estabelecidos na legislação.

Da mesma forma, a existência de deveres legais de segurança, confidencialidade e responsabilização não significa que o edital deva reproduzir exaustivamente todas as medidas operacionais que poderão ser adotadas durante a execução.

A organização dessas medidas deverá considerar as características dos sistemas utilizados, os fluxos de informação, a natureza das atividades e os riscos efetivamente identificados.

Entretanto, a ausência de detalhamento exaustivo não poderá ser utilizada como justificativa para omissão administrativa diante de situações concretas que exijam providências de proteção.

A Administração deverá observar a legislação aplicável e assegurar que a execução dos serviços ocorra em conformidade com os deveres de proteção de dados pessoais.

Assim, a manutenção do edital pressupõe a obrigatoriedade de cumprimento integral da LGPD, sem necessidade de suspensão ou republicação do procedimento exclusivamente para ampliar a reprodução de disposições legais já diretamente exigíveis.

**XIV – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS E DA OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA DA LGPD DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL**

A proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do Sistema Único de Saúde constitui obrigação legal que deverá ser observada durante todas as etapas de execução do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD.

A Administração Municipal e os prestadores credenciados deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, especialmente quanto à finalidade do tratamento, à adequação, à necessidade, à segurança, à prevenção, à transparência e à responsabilização.

As informações clínicas dos pacientes deverão ser utilizadas exclusivamente para finalidades juridicamente autorizadas, observadas as condições necessárias à assistência e ao cumprimento das obrigações administrativas.

O compartilhamento de informações deverá respeitar as bases legais aplicáveis, a finalidade pública da contratação e os limites necessários à execução dos serviços.

Os agentes de tratamento deverão adotar medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dos dados pessoais, preservando a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações.

A definição das responsabilidades deverá considerar as atividades efetivamente desempenhadas pela Administração e pelos prestadores, observadas as disposições legais pertinentes.

A fiscalização contratual deverá acompanhar o cumprimento das obrigações aplicáveis, sem prejuízo das competências dos órgãos responsáveis pela proteção de dados pessoais e pela fiscalização dos serviços de saúde.

Dessa forma, a manutenção do instrumento convocatório não representa flexibilização das obrigações estabelecidas pela LGPD, mas preservação das condições editalícias, com exigência de cumprimento integral da legislação durante a execução contratual.

**Diante do exposto, conclui-se que a proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do Sistema Único de Saúde constitui obrigação diretamente decorrente da Constituição Federal e da Lei Federal nº 13.709/2018, aplicável à Administração Municipal e aos prestadores credenciados, independentemente da reprodução integral de suas disposições no instrumento convocatório.**

**Os dados relacionados à saúde dos pacientes deverão ser tratados mediante fundamento jurídico adequado, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização, bem como as regras específicas relativas aos dados pessoais sensíveis, ao tratamento pelo Poder Público e ao compartilhamento de informações.**

**A ausência de detalhamento exaustivo de todas as obrigações previstas na LGPD não constitui, por si só, irregularidade capaz de comprometer a validade do credenciamento, desde que a execução dos serviços permaneça integralmente submetida à legislação aplicável e sejam observadas as medidas de proteção exigíveis.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a pretensão de suspensão, retificação ou republicação do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD fundada exclusivamente na necessidade de ampliação das disposições relativas à proteção de dados pessoais, uma vez que as obrigações legais pertinentes permanecem diretamente exigíveis da Administração e dos prestadores.**

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD e de seus anexos, sem necessidade de suspensão, alteração ou republicação do procedimento pelos fundamentos examinados neste tópico, permanecendo obrigatória a observância da Lei Federal nº 13.709/2018 e das normas aplicáveis à confidencialidade, à segurança e ao tratamento dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS durante toda a execução contratual.**

**2.13. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DA MOTIVAÇÃO ADMINISTRATIVA, DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCEDIMENTO**

O impugnante apresenta questionamentos relacionados à regularidade da fase preparatória do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, sustentando suposta insuficiência de planejamento, motivação administrativa, justificativa dos quantitativos estimados, fundamentação dos valores unitários e transparência dos documentos que integram o procedimento.

Argumenta, em síntese, que a contratação complementar de serviços ambulatoriais especializados destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, deve estar amparada em elementos técnicos capazes de demonstrar a necessidade assistencial, a adequação da solução escolhida, a compatibilidade dos quantitativos previstos e a regularidade dos parâmetros financeiros adotados.

Sustenta, ainda, que a publicidade dos atos administrativos deve permitir aos interessados e aos órgãos de controle o conhecimento das razões que fundamentaram a escolha do credenciamento, bem como a verificação da compatibilidade entre as condições estabelecidas no instrumento convocatório e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Com fundamento nessas alegações, pretende a suspensão do procedimento, a revisão do planejamento administrativo e a disponibilização de informações complementares, com eventual retificação e republicação do edital.

Entretanto, a análise da matéria exige distinguir os deveres legais de planejamento, motivação, publicidade e transparência da alegação de nulidade do procedimento, uma vez que a identificação de questionamentos sobre a fase preparatória não conduz, automaticamente, à conclusão de que a contratação esteja desprovida de fundamento jurídico ou administrativo.

A regularidade do credenciamento deve ser examinada considerando a natureza do objeto, o regime jurídico da contratação complementar de serviços de saúde, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e os elementos efetivamente integrantes do processo administrativo.

**I – DO PLANEJAMENTO COMO ETAPA ESSENCIAL DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

O planejamento constitui elemento fundamental da atuação administrativa, especialmente quando a contratação envolve a prestação de serviços de saúde destinados ao atendimento direto da população.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece expressamente o planejamento entre os princípios aplicáveis às licitações e às contratações públicas, ao lado da legalidade, da eficiência, da motivação, da transparência, da economicidade, da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

A inclusão do planejamento entre os princípios legais evidencia que a contratação pública deve decorrer da identificação de uma necessidade administrativa e da avaliação da solução adequada para seu atendimento.

Não se trata de exigência meramente formal, mas de providência destinada a assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira racional, proporcional e compatível com as finalidades institucionais da Administração.

O art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina a fase preparatória do processo licitatório e estabelece a necessidade de planejamento compatível com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, devendo abordar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação.

Embora o credenciamento constitua procedimento auxiliar com características próprias, sua utilização não afasta os deveres de planejamento aplicáveis à contratação pública.

A contratação direta por inexigibilidade, quando fundamentada no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, também permanece submetida às exigências de instrução processual previstas no art. 72 da mesma legislação.

O referido dispositivo contempla, conforme as particularidades da contratação, a formalização da demanda, os documentos técnicos pertinentes, a estimativa da despesa, a demonstração da compatibilidade orçamentária, a justificativa de preço, a razão da escolha do contratado e a autorização da autoridade competente.

Dessa forma, a adoção do credenciamento não dispensa a Administração de demonstrar a necessidade dos serviços e a adequação da solução contratual escolhida.

No presente caso, a contratação possui finalidade assistencial específica, consistente na disponibilização complementar de procedimentos ambulatoriais especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A definição dessa finalidade constitui elemento relevante para a compreensão do objeto, mas não substitui, isoladamente, a necessidade de adequada instrução do processo administrativo.

O planejamento deverá permitir identificar a demanda assistencial, a necessidade de complementação dos serviços disponíveis, a estimativa dos procedimentos e as condições de execução pretendidas.

Assim, a legalidade da contratação depende da conjugação entre a adequação jurídica do credenciamento e a existência de fundamentos administrativos suficientes para justificar sua utilização.

**II – DA MOTIVAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO COMPLEMENTAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE**

A participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde encontra fundamento no art. 199, § 1º, da Constituição Federal, que admite a participação das instituições privadas de forma complementar ao SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito público ou convênio, observadas as condições constitucionais e legais aplicáveis.

A Lei Federal nº 8.080/1990 disciplina a matéria em seus arts. 24 a 26.

O art. 24 estabelece que, quando as disponibilidades do Sistema Único de Saúde forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de determinada área, o SUS poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

A disposição demonstra que a contratação complementar pressupõe necessidade assistencial relacionada à insuficiência da capacidade de atendimento disponível na rede pública.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Consequentemente, a motivação administrativa deve permitir compreender as razões pelas quais a utilização de prestadores privados se apresenta adequada ao atendimento da demanda identificada.

No caso concreto, a contratação destina-se à realização de procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

Trata-se de serviços ambulatoriais especializados, oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Saúde e classificados como procedimentos de média complexidade.

A finalidade assistencial do credenciamento deve ser considerada na análise da necessidade administrativa, especialmente quanto à possibilidade de complementação da capacidade de atendimento aos usuários do SUS.

Entretanto, a demonstração da insuficiência da rede pública não pode decorrer exclusivamente de presunção genérica baseada na natureza especializada dos procedimentos.

A instrução administrativa deve conter elementos capazes de evidenciar a necessidade concreta de complementação, considerando as informações disponíveis sobre a demanda e a capacidade de atendimento existente.

Esses elementos poderão compreender registros assistenciais, dados de regulação, levantamentos de demanda, informações sobre a capacidade instalada e outros documentos técnicos pertinentes, conforme a realidade administrativa do Município.

A legislação não impõe a utilização de um único modelo documental para essa demonstração, mas exige que a motivação seja suficiente, coerente e verificável.

Assim, a avaliação da necessidade da contratação deve considerar os elementos efetivamente produzidos na fase preparatória, não sendo juridicamente adequado presumir sua inexistência apenas porque o impugnante discorda da solução adotada.

Da mesma forma, não seria correto afirmar que a simples publicação do edital comprova, por si só, a suficiência de toda a instrução técnica.

A regularidade do planejamento decorre da existência de motivação adequada no processo administrativo, e não exclusivamente da redação do instrumento convocatório.

**III – DA JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS E DA SUA RELAÇÃO COM A DEMANDA ASSISTENCIAL**

O planejamento da contratação também exige a definição dos quantitativos estimados, observada sua compatibilidade com a necessidade administrativa identificada.

O art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o estudo técnico preliminar deverá conter estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, considerando as interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A disposição evidencia a necessidade de fundamentação das quantidades previstas, evitando estimativas arbitrárias ou desvinculadas da demanda.

No presente credenciamento, o instrumento convocatório contempla quantitativos estimados de **540 procedimentos unilaterais** e **9.600 procedimentos bilaterais**, destinados à organização da contratação complementar.

A definição desses quantitativos deverá encontrar suporte nos elementos de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a demanda assistencial estimada e as condições de execução pretendidas.

Entretanto, cumpre destacar que a previsão quantitativa não representa obrigação de execução integral dos procedimentos.

O credenciamento paralelo e não excludente permite a utilização dos prestadores conforme a demanda efetiva, observadas as condições editalícias e os critérios objetivos de distribuição.

Assim, os quantitativos possuem natureza estimativa, destinando-se ao dimensionamento da contratação e à organização da previsão financeira.

A existência de estimativa superior ou inferior à demanda posteriormente verificada não caracteriza, isoladamente, irregularidade, desde que sua definição inicial tenha observado fundamentos técnicos razoáveis e que a execução permaneça vinculada às necessidades efetivas.

Importa destacar que a ausência de garantia de execução integral não dispensa a justificativa das quantidades.

São questões distintas: a primeira refere-se à inexistência de obrigação de utilizar todos os procedimentos previstos; a segunda relaciona-se ao dever de demonstrar a racionalidade da estimativa adotada.

Dessa forma, a Administração deverá preservar a correspondência entre os quantitativos estimados e os elementos de planejamento, sem confundir a previsão financeira com compromisso de contratação integral.

**IV – DA FUNDAMENTAÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS E DA EXISTÊNCIA DE PARÂMETROS OFICIAIS DE REMUNERAÇÃO**

Quanto à alegação de insuficiência de fundamentação dos preços, cumpre destacar que os valores unitários previstos no Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD possuem correspondência com referências oficiais do Ministério da Saúde.

A **Portaria nº 709, de 9 de março de 2017**, incluiu na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS os procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

O procedimento **03.09.07.001-5 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)** apresenta valor ambulatorial total de **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)**.

Por sua vez, o procedimento **03.09.07.002-3 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)** apresenta valor ambulatorial total de **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)**.

Os relatórios oficiais do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, referentes à competência **07/2025**, também registram esses valores para os respectivos procedimentos.

A correspondência entre os valores constantes dos documentos oficiais apresentados e aqueles previstos no edital constitui elemento objetivo de fundamentação da remuneração.

A utilização dessas referências mostra-se pertinente à natureza dos serviços, uma vez que a contratação envolve procedimentos integrantes da tabela oficial do Sistema Único de Saúde.

O art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece disciplina específica para os critérios e valores de remuneração dos serviços contratados no âmbito do SUS.

Por sua vez, o art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a definição prévia do valor da contratação nas hipóteses de credenciamento legalmente indicadas.

Dessa forma, a fixação dos valores unitários possui fundamento na sistemática de remuneração do SUS e na disciplina jurídica do credenciamento paralelo e não excludente.

Importa esclarecer que os relatórios SIGTAP apresentados correspondem à competência 07/2025, razão pela qual sua utilização deve observar a pertinência temporal dos parâmetros e eventuais alterações normativas posteriores aplicáveis.

Essa delimitação não afasta a relevância dos documentos apresentados, mas assegura que a fundamentação permaneça vinculada às informações efetivamente demonstradas.

Assim, a alegação genérica de inexistência de referência para os valores unitários não se sustenta diante da identificação dos códigos, das descrições e dos montantes registrados nos documentos oficiais apresentados.

**V – DA MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE**

A escolha do procedimento de credenciamento também integra o planejamento administrativo, devendo guardar relação com as características do objeto e com a finalidade pretendida.

O art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 prevê a inexigibilidade de licitação para os objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

O art. 78, inciso I, reconhece o credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas.

Por sua vez, o art. 79, inciso I, admite sua utilização na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

No caso concreto, a contratação foi estruturada para permitir a habilitação de múltiplas pessoas jurídicas especializadas, submetidas aos mesmos valores unitários e às mesmas condições essenciais de execução.

Essa sistemática apresenta características compatíveis com a finalidade de organizar uma rede complementar de prestadores, permitindo que os serviços sejam utilizados conforme as necessidades assistenciais.

A inexistência de exclusividade e a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados constituem elementos próprios do credenciamento adotado.

Entretanto, a adequação jurídica da modalidade não dispensa a motivação administrativa da escolha.

A instrução do procedimento deverá permitir compreender por que a contratação paralela e não excludente se mostra apropriada ao atendimento da necessidade identificada, em comparação com outras soluções juridicamente possíveis.

A vantajosidade deverá considerar a natureza dos procedimentos, a demanda assistencial, a capacidade de atendimento pretendida, a padronização dos preços e a possibilidade de utilização de diferentes prestadores.

Dessa forma, a escolha do credenciamento encontra respaldo legal, devendo sua aplicação concreta permanecer vinculada aos fundamentos de planejamento da contratação.

**VI – DA PUBLICIDADE DO EDITAL E DA TRANSPARÊNCIA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS**

A publicidade constitui princípio fundamental da Administração Pública, expressamente previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 também contempla a publicidade e a transparência entre os princípios aplicáveis às contratações públicas.

Esses princípios asseguram o conhecimento dos atos administrativos, permitem o acompanhamento dos procedimentos pelos interessados e favorecem o controle social e institucional da utilização dos recursos públicos.

O art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observadas as disposições legais aplicáveis.

O art. 25, § 3º, da mesma legislação determina a divulgação dos elementos do edital, inclusive seus anexos, em sítio eletrônico oficial, sem necessidade de registro ou identificação para acesso.

No âmbito específico do credenciamento, o art. 79, parágrafo único, inciso I, estabelece a obrigação de divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

Essas disposições demonstram que a publicidade do credenciamento não se limita à divulgação inicial do chamamento.

A Administração deverá preservar a disponibilidade das informações pertinentes durante a vigência do procedimento, permitindo que novos interessados tenham conhecimento das condições de participação.

No presente caso, o edital estabelece a realização do procedimento por meio eletrônico, com utilização da plataforma LICITANET para as etapas previstas no instrumento convocatório.

A utilização de plataforma eletrônica contribui para a organização dos atos, o registro das manifestações e a rastreabilidade das operações realizadas.

Entretanto, a existência de plataforma eletrônica não substitui, por si só, o cumprimento das exigências legais de divulgação nos meios oficiais aplicáveis.

A regularidade da publicidade deve ser verificada mediante os registros efetivos de publicação e disponibilização dos documentos exigíveis.

Assim, a transparência do procedimento depende da conjugação entre a divulgação oficial do edital, o acesso aos documentos pertinentes e a manutenção dos registros administrativos necessários ao controle.

**VII – DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA FASE PREPARATÓRIA E DOS LIMITES DA PUBLICIDADE**

O impugnante questiona a possibilidade de conhecimento dos documentos que fundamentaram a contratação, especialmente aqueles relacionados à necessidade assistencial, à definição dos quantitativos e à formação dos preços.

A matéria deve ser examinada à luz da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação.

A Lei de Acesso à Informação estabelece, em seu art. 3º, diretrizes relacionadas à observância da publicidade como preceito geral, ao desenvolvimento do controle social da Administração Pública e à divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

O art. 7º da mesma legislação assegura o direito de obter informações pertinentes à atuação administrativa, observadas as condições e restrições legalmente estabelecidas.

Dessa forma, os documentos administrativos que fundamentam a contratação encontram-se, em regra, submetidos ao regime de transparência pública, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de informações.

Entretanto, cumpre distinguir a obrigação de elaborar e manter documentos de planejamento da obrigação de reproduzir integralmente seu conteúdo no texto do edital.

O instrumento convocatório deve apresentar as informações necessárias à compreensão do objeto, das condições de participação, dos critérios de habilitação e das obrigações decorrentes da contratação.

A documentação da fase preparatória, por sua vez, destina-se a registrar os fundamentos técnicos e administrativos que justificam a solução adotada.

A ausência de transcrição integral desses documentos no edital não significa, necessariamente, inexistência de planejamento.

Da mesma forma, a simples referência genérica a estudos administrativos não comprova, isoladamente, que todos os documentos legalmente exigíveis tenham sido efetivamente produzidos.

A verificação da regularidade deve considerar o conteúdo do processo administrativo e os registros de disponibilização das informações.

Assim, a transparência exige que os documentos públicos pertinentes sejam acessíveis pelos meios legalmente previstos, sem impor que todas as informações da fase preparatória sejam repetidas no corpo do instrumento convocatório.

**VIII – DA DISTINÇÃO ENTRE EVENTUAL INSUFICIÊNCIA DE PUBLICIDADE E VÍCIO SUBSTANCIAL DO PLANEJAMENTO**

A análise da impugnação também exige distinguir eventual deficiência na disponibilização de informações da ausência de elementos essenciais de planejamento.

A insuficiência de publicidade refere-se à possibilidade de determinado documento existente não ter sido disponibilizado adequadamente aos interessados, observadas as exigências legais.

A deficiência substancial de planejamento, por outro lado, relaciona-se à inexistência ou insuficiência dos fundamentos necessários para justificar a contratação.

Essas situações possuem naturezas distintas e não devem ser confundidas.

A eventual necessidade de ampliar o acesso a documentos administrativos não significa, automaticamente, que a contratação tenha sido planejada de maneira irregular.

Da mesma forma, a disponibilização posterior de informações não supre, por si só, a ausência de estudos ou justificativas que deveriam integrar a instrução administrativa.

O exame da regularidade deve considerar a natureza da deficiência identificada e seus efeitos sobre a legalidade do procedimento.

No presente caso, a alegação do impugnante deve ser confrontada com os elementos efetivamente integrantes do Processo Administrativo nº 115/2026, evitando conclusões baseadas exclusivamente em presunções.

A existência de referências oficiais para os valores unitários constitui elemento documental relevante, mas não substitui a análise dos demais componentes do planejamento.

Da mesma forma, a identificação do objeto e dos quantitativos no edital demonstra a definição das condições pretendidas, mas a fundamentação dessas escolhas deve ser verificada nos documentos pertinentes.

Assim, a conclusão sobre a regularidade da fase preparatória deverá observar o conjunto da instrução processual, não sendo juridicamente adequado equiparar toda solicitação de informação complementar à demonstração de nulidade do credenciamento.

**IX – DA TRANSPARÊNCIA DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA E DOS ATOS DE EXECUÇÃO**

A publicidade do procedimento também deve abranger os critérios administrativos que orientam a distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.

O art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a adoção de critérios objetivos de distribuição quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

No presente caso, o Anexo VIII do edital estabelece sistemática de rodízio sequencial, observadas as condições previstas para a execução dos serviços.

A existência de critério previamente estabelecido contribui para a transparência da distribuição e permite verificar a observância da ordem aplicável.

Entretanto, a efetiva transparência depende da manutenção de registros administrativos suficientes para demonstrar as convocações realizadas e as circunstâncias que justifiquem eventuais exceções.

A publicidade dos critérios deve ser acompanhada de sua aplicação objetiva durante a execução, preservando a igualdade de tratamento entre os credenciados.

Cumpre destacar que a transparência administrativa deverá ser compatibilizada com a proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS.

A divulgação de informações sobre a execução dos serviços não autoriza a exposição indevida de dados clínicos ou de informações capazes de identificar pacientes, devendo ser observada a Lei Federal nº 13.709/2018.

Assim, os mecanismos de publicidade e controle deverão preservar a rastreabilidade administrativa sem comprometer a intimidade e a segurança das informações assistenciais.

**X – DA MOTIVAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES**

A motivação constitui requisito essencial da atuação administrativa, especialmente quando envolve decisões relacionadas à utilização de recursos públicos e à organização de serviços de saúde.

O art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 contempla expressamente a motivação entre os princípios aplicáveis às contratações públicas.

A motivação permite identificar os fundamentos de fato e de direito que justificam determinada decisão, assegurando transparência, controle e segurança jurídica.

No âmbito do credenciamento, a motivação deve abranger a necessidade da contratação, a escolha da solução administrativa, a definição dos valores, a estimativa dos quantitativos e os critérios de execução.

Entretanto, a legislação não exige que todos esses fundamentos estejam concentrados em um único documento ou reproduzidos integralmente no edital.

A instrução processual pode ser composta por diferentes documentos técnicos e administrativos, desde que seu conjunto permita compreender as razões que fundamentaram a contratação.

A motivação também poderá decorrer da referência expressa a documentos integrantes do processo administrativo, observadas as condições legais de identificação e acesso.

Não se mostra juridicamente adequado exigir a repetição integral de todos os fundamentos em cada ato administrativo quando eles já se encontram devidamente registrados e são acessíveis pelos meios legais.

Por outro lado, a motivação não poderá ser substituída por afirmações genéricas de interesse público desacompanhadas de elementos suficientes para demonstrar a necessidade e a adequação da contratação.

Assim, a regularidade do procedimento exige fundamentação administrativa efetiva, proporcional à complexidade e às características do objeto.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**XI – DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E DA FINALIDADE PÚBLICA DA CONTRATAÇÃO**

O princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, exige que a Administração organize sua atuação de maneira adequada à consecução das finalidades públicas.

No presente caso, a contratação destina-se à prestação complementar de serviços especializados de saúde, cuja finalidade consiste em atender às necessidades assistenciais dos usuários do Sistema Único de Saúde.

A análise da eficiência deve considerar a capacidade da solução escolhida para contribuir com a organização dos atendimentos, a utilização racional dos recursos e a continuidade da assistência.

O credenciamento paralelo e não excludente permite a participação de múltiplos prestadores, submetidos a condições padronizadas, com possibilidade de utilização conforme a demanda efetiva.

Essa estrutura possui características juridicamente compatíveis com a organização de serviços complementares, especialmente quando a Administração pretende ampliar as alternativas de atendimento.

Entretanto, a eficiência da contratação não decorre automaticamente da modalidade escolhida, devendo ser acompanhada da verificação de sua adequação à necessidade concreta.

A Administração deverá assegurar que os procedimentos sejam autorizados e executados conforme a demanda assistencial, evitando pagamentos por serviços não realizados ou utilização inadequada dos recursos disponíveis.

A fiscalização contratual, prevista no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, constitui instrumento relevante para o acompanhamento da execução e para a verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

Assim, o planejamento e a fiscalização representam etapas complementares da atuação administrativa, destinadas a assegurar que a contratação produza resultados compatíveis com sua finalidade pública.

**XII – DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PRESUMIR IRREGULARIDADE A PARTIR DE QUESTIONAMENTOS GENÉRICOS**

A impugnação apresenta alegações relacionadas à suficiência do planejamento, à motivação e à transparência do procedimento.

Entretanto, a existência de questionamentos não constitui, isoladamente, demonstração de irregularidade capaz de invalidar o instrumento convocatório.

A análise administrativa deve identificar se os argumentos apresentados evidenciam violação concreta à legislação ou deficiência substancial que comprometa a regularidade da contratação.

No presente caso, o edital identifica o objeto, os procedimentos pretendidos, os valores unitários, os quantitativos estimados e a sistemática de credenciamento adotada.

Além disso, os documentos oficiais apresentados para fundamentação dos preços demonstram correspondência entre os valores unitários estabelecidos e aqueles

registrados na Portaria nº 709/2017 do Ministério da Saúde e nos relatórios SIGTAP da competência 07/2025.

Esses elementos constituem referências objetivas relevantes para a análise da contratação.

Entretanto, sua existência não autoriza presumir, sem exame documental, que todos os componentes da fase preparatória estejam integralmente demonstrados.

A avaliação da suficiência do planejamento deve permanecer vinculada ao conteúdo efetivo do processo administrativo.

Assim, a ausência de demonstração concreta de incompatibilidade entre as condições editalícias e a legislação aplicável enfraquece a pretensão de suspensão ou reformulação do procedimento.

Por outro lado, os deveres de planejamento, motivação e publicidade permanecem integralmente exigíveis, independentemente do resultado da impugnação.

A manutenção do edital não representa dispensa dessas obrigações, mas preservação das condições estabelecidas, observada a necessidade de regular instrução e transparência administrativa.

**XIII – DA DISTINÇÃO ENTRE O DEVER DE PRESTAR INFORMAÇÕES E A NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

A Administração Pública deve assegurar o acesso às informações públicas pertinentes ao procedimento, observadas as disposições da Lei de Acesso à Informação e as regras específicas das contratações públicas.

Entretanto, o dever de prestar informações não se confunde necessariamente com a obrigação de modificar o instrumento convocatório.

A disponibilização de documentos já existentes, o esclarecimento de fundamentos administrativos e a indicação das referências utilizadas podem ocorrer sem alteração das condições substanciais da contratação.

A retificação do edital somente se justifica quando houver necessidade de modificar disposições que apresentem irregularidade, insuficiência relevante ou incompatibilidade com a legislação aplicável.

No presente caso, a identificação dos parâmetros oficiais de remuneração permite esclarecer a origem dos valores unitários sem necessidade de modificá-los.

Da mesma forma, a existência de regras expressas sobre cadastramento permanente e distribuição da demanda permite demonstrar a sistemática adotada, sem necessidade de substituir as disposições correspondentes.

A eventual prestação de esclarecimentos sobre documentos da fase preparatória não implica, por si só, reconhecimento de ilegalidade do edital.

Entretanto, se a análise dos documentos efetivamente integrantes do processo revelar ausência de requisito legal essencial ou deficiência substancial de planejamento, a Administração deverá adotar as providências juridicamente cabíveis, observados os limites da autotutela administrativa.

Assim, a distinção entre esclarecimento, complementação de publicidade e alteração substancial do instrumento convocatório deve orientar a apreciação da pretensão apresentada.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**XIV – DA PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO**

A segurança jurídica constitui princípio expressamente previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua observância exige que a Administração atue de maneira coerente, previsível e fundamentada, preservando os atos regulares e adotando medidas proporcionais diante de eventuais inconsistências.

No âmbito do credenciamento, a suspensão ou republicação do instrumento convocatório deve estar fundamentada em circunstância concreta capaz de justificar a interrupção do procedimento.

A simples apresentação de questionamentos sobre o planejamento ou a publicidade não determina automaticamente a paralisação da contratação.

O art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento, observadas as condições legais aplicáveis.

O exame da impugnação deve ser realizado de maneira motivada, permitindo que os interessados compreendam os fundamentos da decisão administrativa.

No presente caso, a análise individualizada das alegações apresentadas permite distinguir os aspectos que encontram respaldo direto no edital e nos documentos oficiais daqueles que dependem da regular instrução do processo administrativo.

A manutenção do procedimento deve estar fundamentada na inexistência de irregularidade substancial demonstrada que exija alteração das condições editalícias.

Assim, não se mostra juridicamente adequado determinar a suspensão do credenciamento exclusivamente com fundamento em alegações genéricas, sem identificação de vício concreto capaz de comprometer sua legalidade.

A preservação da continuidade do procedimento deverá ocorrer em conformidade com os deveres de planejamento, publicidade e fiscalização, assegurando que a contratação permaneça vinculada à finalidade assistencial pretendida.

**XV – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS E DA OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA DOS DEVERES DE PLANEJAMENTO, MOTIVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

O Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD encontra fundamento jurídico na possibilidade de contratação paralela e não excludente de serviços complementares de saúde, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 8.080/1990.

O instrumento convocatório identifica os procedimentos objeto da contratação, os valores unitários, os quantitativos estimados e as condições gerais de participação e execução.

Os valores estabelecidos possuem correspondência com os parâmetros oficiais documentados do Ministério da Saúde, circunstância que contribui para a fundamentação econômica da contratação.

A sistemática de credenciamento permite a participação de múltiplos interessados, sem exclusividade e sem garantia de execução integral dos quantitativos estimados.

Esses elementos demonstram a existência de estrutura editalícia compatível com a modalidade de contratação adotada.

Entretanto, a regularidade integral do procedimento pressupõe que os documentos de planejamento e os atos administrativos pertinentes estejam devidamente instruídos, motivados e disponibilizados conforme as exigências legais.

A Administração deverá preservar os elementos técnicos que fundamentam a necessidade de complementação da rede pública, a estimativa da demanda, a escolha da solução contratual e a compatibilidade dos valores adotados.

Também deverá observar os deveres de publicidade e transparência, assegurando o acesso às informações públicas pertinentes e a manutenção dos registros administrativos necessários ao controle.

A observância dessas obrigações não exige, por si só, a suspensão ou republicação do instrumento convocatório, quando não demonstrada irregularidade substancial que comprometa suas condições essenciais.

A manutenção do edital, portanto, deve ser compreendida como preservação da sistemática de contratação e das condições previamente estabelecidas, sem afastar os deveres legais de planejamento, motivação, publicidade e fiscalização.

**Diante do exposto, conclui-se que o planejamento, a motivação administrativa, a publicidade e a transparência constituem exigências obrigatórias do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, nos termos dos arts. 5º, 18, 25, 54, 72 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990 e das disposições pertinentes da Lei Federal nº 12.527/2011.**

**O instrumento convocatório apresenta definição do objeto, dos procedimentos, dos quantitativos estimados, dos valores unitários e da sistemática de contratação, enquanto os documentos oficiais de remuneração apresentados demonstram correspondência entre os preços editalícios e os parâmetros do Ministério da Saúde, constituindo elementos objetivos relevantes para a fundamentação do procedimento.**

**A suficiência da motivação relativa à necessidade assistencial, à estimativa dos quantitativos e à escolha da solução contratual deverá ser aferida pelos documentos efetivamente integrantes do Processo Administrativo nº 115/2026, não sendo juridicamente adequado presumir sua inexistência exclusivamente a partir da alegação de que tais fundamentos não foram integralmente reproduzidos no edital.**

**Consequentemente, JULGA-SE IMPROCEDENTE a pretensão de suspensão, retificação ou republicação do instrumento convocatório fundada exclusivamente em alegações genéricas de insuficiência de planejamento, motivação, publicidade ou transparência, não se demonstrando, pelos elementos examinados neste tópico, irregularidade substancial que imponha a modificação das condições editalícias.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**Dessa forma, MANTÊM-SE INTEGRALMENTE as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, sem necessidade de suspensão, alteração ou republicação pelos fundamentos examinados, permanecendo obrigatória a observância dos deveres legais de planejamento, instrução processual, motivação administrativa, publicidade, transparência e fiscalização da execução contratual.**

**2.14. DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA, RETIFICAÇÃO DO EDITAL, REPUBLICAÇÃO OU REABERTURA DOS PRAZOS**

O impugnante requer, como consequência das alegações apresentadas, a suspensão da sessão pública do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, bem como a retificação do instrumento convocatório, sua republicação e a reabertura dos prazos destinados à participação dos interessados.

A pretensão fundamenta-se nos questionamentos relativos à necessidade da contratação complementar de serviços de saúde, à justificativa dos quantitativos estimados, à formação dos valores unitários, à sistemática de cadastramento dos interessados, aos critérios de distribuição da demanda, às exigências de habilitação técnica e sanitária, à minuta contratual, à proteção dos dados pessoais dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e à transparência da fase preparatória.

Sustenta, em síntese, que as supostas inconsistências comprometeriam a regularidade do procedimento e justificariam sua paralisação até que fossem promovidas as alterações pretendidas.

Entretanto, a análise individualizada das alegações demonstra que a suspensão, a retificação substancial, a republicação e a reabertura dos prazos não constituem consequências automáticas da apresentação de impugnação ao edital.

A adoção dessas providências depende da identificação de irregularidade concreta, juridicamente relevante e capaz de comprometer a legalidade do instrumento convocatório, a igualdade de tratamento entre os interessados ou a adequada execução do objeto.

No presente caso, os fundamentos examinados nos tópicos anteriores não demonstram vício substancial que imponha a modificação das condições editalícias, razão pela qual não se identifica justificativa suficiente para o acolhimento das medidas pretendidas.

**I – DA AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO DA IMPUGNAÇÃO**

A apresentação de impugnação constitui instrumento legítimo de controle da legalidade dos atos convocatórios, permitindo que interessados apontem eventuais irregularidades e solicitem sua apreciação pela Administração.

O art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 assegura a qualquer pessoa a possibilidade de impugnar edital por irregularidade na aplicação da legislação ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, observadas as condições estabelecidas no referido dispositivo.

Entretanto, o exercício desse direito não implica suspensão automática do procedimento.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

O próprio Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, em seu item 17.10, estabelece a inexistência de efeito suspensivo automático decorrente da apresentação de impugnação.

A disposição é compatível com a necessidade de preservar a continuidade dos procedimentos administrativos enquanto as manifestações apresentadas são examinadas pela autoridade competente.

A suspensão constitui providência excepcional, cuja adoção depende de motivação específica e da demonstração de circunstâncias que justifiquem a interrupção do andamento regularmente estabelecido.

Assim, o simples protocolo de impugnação, ainda que tempestivo, não confere ao impugnante direito subjetivo à paralisação da sessão pública.

A Administração permanece obrigada a examinar os argumentos apresentados e a proferir decisão motivada, mas não está vinculada à adoção da medida suspensiva pretendida.

No presente caso, a impugnação foi submetida à análise de mérito, com apreciação individualizada dos fundamentos apresentados.

A inexistência de efeito suspensivo automático não representa restrição ao direito de impugnar, mas distinção entre o direito de provocar o controle administrativo e a necessidade de demonstrar fundamento concreto para a paralisação do procedimento.

Dessa forma, a suspensão somente se justificaria diante de irregularidade relevante cuja permanência pudesse comprometer a legalidade do credenciamento ou produzir consequências administrativas incompatíveis com o interesse público.

**II – DA NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE VÍCIO SUBSTANCIAL PARA JUSTIFICAR A SUSPENSÃO**

A suspensão de procedimento de contratação pública deve observar os princípios da legalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Esses princípios exigem que a Administração avalie a natureza das irregularidades apontadas, sua efetiva existência e a repercussão sobre as condições de participação e execução.

Não se mostra juridicamente adequado determinar a paralisação de procedimento regularmente estruturado apenas porque determinado interessado apresenta interpretação divergente sobre as disposições editalícias.

A impugnação deve demonstrar incompatibilidade concreta entre o instrumento convocatório e a legislação aplicável, não sendo suficiente a indicação de possibilidades abstratas de execução irregular.

No presente caso, os questionamentos relacionados à modalidade de credenciamento foram examinados à luz dos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação paralela e não excludente encontra previsão expressa na legislação, sendo juridicamente admissível quando viável e vantajosa a contratação de múltiplos prestadores em condições padronizadas.



Certificação Digital: L54BR22L-ZPJNZI1K-Y4DQCIA4-HW5WSOLY
Versão eletrônica disponível em: http://www.cicerodantas.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Da mesma forma, a participação complementar da iniciativa privada na prestação de serviços de saúde encontra fundamento no art. 199, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, observadas as condições legalmente exigíveis.

A utilização do credenciamento, portanto, não representa irregularidade por sua própria natureza.

A necessidade de adequada instrução do processo administrativo permanece exigível, mas não se confunde com demonstração automática de invalidade do edital.

Assim, não se identifica, exclusivamente a partir da modalidade adotada, fundamento para suspensão da sessão pública.

**III – DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA ALTERAÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS E DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**

O impugnante questiona a fundamentação dos valores unitários e dos quantitativos previstos para execução dos procedimentos.

Entretanto, os valores estabelecidos no instrumento convocatório apresentam correspondência com referências oficiais do Ministério da Saúde.

A Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, incluiu na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS os procedimentos de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

O procedimento **03.09.07.001-5**, correspondente ao tratamento unilateral, apresenta valor de **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)**.

O procedimento **03.09.07.002-3**, correspondente ao tratamento bilateral, apresenta valor de **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)**.

Os relatórios oficiais do SIGTAP, referentes à competência 07/2025, também registram esses valores.

A correspondência entre os preços previstos no edital e os parâmetros oficiais documentados constitui elemento objetivo de fundamentação financeira da contratação.

Quanto aos quantitativos, o instrumento convocatório contempla estimativas de **540 procedimentos unilaterais** e **9.600 procedimentos bilaterais**, destinadas ao dimensionamento da demanda e da previsão financeira.

Esses quantitativos não representam obrigação de execução integral, tampouco asseguram faturamento mínimo aos prestadores credenciados.

A efetiva utilização dos serviços dependerá da demanda assistencial e das condições estabelecidas para sua execução.

Cumpre destacar que a natureza estimativa dos quantitativos não dispensa a existência de fundamentação técnica no processo administrativo.

Entretanto, a pretensão de suspensão ou alteração do edital exige a demonstração de deficiência concreta capaz de comprometer a legalidade da contratação, não bastando a discordância genérica quanto aos números apresentados.

Assim, os questionamentos formulados não demonstram, por si sós, necessidade de modificação dos valores unitários ou dos quantitativos estimados.

**IV – DA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE QUANTO AO CADASTRAMENTO PERMANENTE DE NOVOS INTERESSADOS**

O impugnante também sustenta a necessidade de assegurar a possibilidade de cadastramento permanente de interessados durante a vigência do credenciamento.

Entretanto, o próprio instrumento convocatório contempla essa possibilidade.

Os itens 3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20 do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD estabelecem disposições relacionadas à continuidade do cadastramento e à participação de novos interessados.

A previsão de período inicial para recebimento e análise da documentação não significa encerramento definitivo do credenciamento.

No presente caso, o instrumento convocatório estabelece abertura do cadastramento em **09 de outubro de 2026**, prazo inicial para recebimento da documentação até **29 de outubro de 2026, às 00h00**, e sessão pública inicialmente designada para **03 de novembro de 2026, às 09h00**, considerado o horário de Brasília.

Esses marcos temporais destinam-se à organização da etapa inicial do procedimento, sem afastar as disposições relativas ao cadastramento permanente durante sua vigência.

O art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a obrigação de divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

A disciplina editalícia deve ser interpretada de maneira sistemática, considerando as regras que expressamente asseguram a continuidade do cadastramento.

Dessa forma, não se identifica fundamento para suspensão ou republicação do instrumento convocatório sob a alegação de inexistência de previsão de ingresso posterior de interessados.

A alteração pretendida não se mostra necessária quando a condição apontada já se encontra contemplada nas disposições editalícias.

**V – DA REGULARIDADE DA SISTEMÁTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA**

Quanto aos critérios de distribuição dos procedimentos entre os prestadores credenciados, o instrumento convocatório estabelece sistemática de rodízio sequencial, disciplinada no Anexo VIII.

O art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a adoção de critérios objetivos de distribuição da demanda quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

O rodízio sequencial constitui mecanismo de organização da utilização dos prestadores, permitindo a aplicação de ordem previamente identificável.

A existência de hipóteses excepcionais relacionadas à necessidade assistencial não descaracteriza, por si só, a objetividade da sistemática adotada.

Entretanto, eventuais afastamentos da sequência ordinária deverão observar motivação concreta, registros administrativos adequados e fundamento compatível com a finalidade assistencial.

A continuidade do tratamento, a necessidade clínica e a indisponibilidade de determinado prestador poderão exigir providências específicas, desde que não sejam utilizadas como justificativa genérica para favorecimento.

Assim, a possibilidade de aplicação de exceções fundamentadas não constitui autorização para escolha arbitrária de credenciados.

A regularidade da execução dependerá da observância dos critérios estabelecidos e da fiscalização das decisões administrativas.

Dessa forma, a existência de rodízio sequencial e de exceções justificadas por necessidades assistenciais não demonstra vício que imponha suspensão ou reformulação do procedimento.

**VI – DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA ALTERAÇÃO INDISCRIMINADA DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Os questionamentos relacionados à habilitação técnica, profissional e sanitária também não justificam, por si sós, a suspensão do credenciamento.

Os arts. 62 e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplinam a verificação da capacidade dos interessados e os requisitos relativos à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

No âmbito dos serviços de saúde, a Administração deverá assegurar que os procedimentos sejam executados por profissionais legalmente habilitados e em estabelecimentos que atendam às condições sanitárias aplicáveis.

A regularidade perante o Conselho Regional de Medicina – CRM, a qualificação especializada mediante Registro de Qualificação de Especialista – RQE, quando exigível, a situação cadastral no CNES, a licença sanitária, o alvará de funcionamento e a responsabilidade técnica deverão ser examinados conforme a legislação pertinente e a efetiva incidência de cada requisito.

Entretanto, a simples referência à importância desses documentos não demonstra que todos devam ser exigidos de maneira indiscriminada, independentemente das particularidades jurídicas e operacionais dos interessados.

A Administração deverá observar as exigências legalmente aplicáveis, sem criar condições desproporcionais ou desprovidas de fundamento normativo.

A ausência de reprodução integral das normas profissionais e sanitárias no edital não autoriza seu descumprimento.

Da mesma forma, a necessidade de observância dessas normas não implica obrigação automática de alterar o instrumento convocatório para transcrever exaustivamente todas as disposições pertinentes.

Assim, não se identifica fundamento suficiente para suspensão do procedimento exclusivamente em razão da pretensão de ampliação redacional dos requisitos de habilitação, sem demonstração de incompatibilidade concreta com a legislação.

**VII – DA NATUREZA SANÁVEL DAS INEXATIDÕES MATERIAIS IDENTIFICADAS NA MINUTA CONTRATUAL**

O impugnante aponta a existência de campos destinados ao preenchimento posterior e de inconsistência redacional na identificação do órgão contratante, especialmente a expressão **"FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE"**.

Entretanto, a existência de campos destinados à individualização dos futuros contratados constitui característica ordinária das minutas contratuais, especialmente nos procedimentos de credenciamento que admitem múltiplas contratações.

A identificação da pessoa jurídica contratada, de seu representante legal, do número do contrato e de outros elementos individualizáveis poderá ocorrer no momento da formalização do instrumento definitivo.

Quanto à expressão questionada, sua redação apresenta inconsistência material que deverá ser saneada mediante utilização da denominação oficial da parte contratante.

O art. 89, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 exige a identificação das partes e de seus representantes nos contratos administrativos.

A Administração deverá observar essa exigência na formalização dos instrumentos definitivos, assegurando a correta identificação do ente, órgão ou fundo responsável pela contratação.

Entretanto, a correção de inexatidão redacional que não altere a identidade jurídica do contratante, o objeto, os valores ou as condições substanciais da contratação não representa fundamento automático para suspensão ou republicação do edital.

A distinção entre erro material sanável e vício substancial deve orientar a análise administrativa.

Assim, a existência de inconsistência redacional na minuta não impõe a invalidação do procedimento quando sua correção puder ocorrer sem prejuízo aos interessados e sem alteração das condições essenciais.

**VIII – DA OBSERVÂNCIA DA LGPD SEM NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Os questionamentos relacionados à proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS também foram examinados à luz da Lei Federal nº 13.709/2018.

A LGPD estabelece obrigações diretamente aplicáveis à Administração Pública e aos prestadores privados que realizem tratamento de dados pessoais.

As informações relacionadas à saúde dos pacientes possuem natureza sensível, exigindo observância dos princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização.

A execução dos serviços deverá observar fundamento jurídico adequado para o tratamento das informações, bem como medidas técnicas e administrativas compatíveis com os riscos envolvidos.

Entretanto, a ausência de reprodução integral de todas as disposições da LGPD no instrumento convocatório não significa dispensa de cumprimento da legislação.

A Administração e os prestadores permanecem sujeitos às obrigações legais pertinentes, independentemente de sua transcrição exaustiva na minuta contratual.

A necessidade de organização dos fluxos de informação e de definição das responsabilidades dos agentes deverá ser observada durante a execução, conforme a legislação aplicável.

Assim, a pretensão de ampliação das cláusulas relacionadas à proteção de dados não demonstra, isoladamente, irregularidade que imponha a suspensão ou republicação do credenciamento.

**IX – DA DISTINÇÃO ENTRE ESCLARECIMENTOS ADMINISTRATIVOS E ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL DO EDITAL**

A análise da impugnação exige distinguir a prestação de esclarecimentos sobre as condições do procedimento da efetiva modificação do instrumento convocatório.

Os esclarecimentos destinam-se a interpretar, explicar ou indicar o alcance das disposições já estabelecidas, sem introduzir obrigações novas ou modificar os critérios essenciais de participação.

A alteração substancial, por sua vez, ocorre quando a Administração modifica condições capazes de influenciar a participação dos interessados, a habilitação, os valores, o objeto ou a execução contratual.

No presente caso, diversos questionamentos apresentados pelo impugnante relacionam-se à interpretação de disposições já previstas no edital ou ao cumprimento de obrigações legais diretamente aplicáveis.

A indicação dos fundamentos jurídicos do credenciamento, a demonstração da correspondência dos preços com referências oficiais, o esclarecimento das regras de cadastramento permanente e a explicação da sistemática de rodízio não constituem, por si sós, alterações substanciais.

Da mesma forma, o reconhecimento da necessidade de utilizar a identificação correta da parte contratante nos instrumentos definitivos não representa, necessariamente, modificação das condições editalícias.

Assim, a resposta administrativa à impugnação pode esclarecer o alcance das disposições existentes sem exigir sua substituição.

A retificação somente se justificaria diante da identificação de irregularidade ou insuficiência relevante que exigisse efetiva modificação do instrumento convocatório.

**X – DOS REQUISITOS LEGAIS PARA REPUBLICAÇÃO E REABERTURA DOS PRAZOS**

O art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

A disposição demonstra que a necessidade de nova divulgação e reabertura de prazos deve ser examinada conforme a natureza e os efeitos da modificação realizada.

No âmbito do credenciamento, a análise deve considerar as características próprias do procedimento, especialmente a inexistência de disputa competitiva por preços, a padronização das condições contratuais e a possibilidade de cadastramento permanente de novos interessados.

A alteração de requisitos essenciais de habilitação, condições de execução ou outros elementos capazes de interferir na decisão de participação poderá exigir providências destinadas a preservar a publicidade, a igualdade e a segurança jurídica.

Entretanto, a prestação de esclarecimentos ou a correção de inexatidões materiais que não modifiquem as condições substanciais não impõe, automaticamente, a reabertura dos prazos.

No presente caso, a análise dos fundamentos apresentados não demonstra necessidade de modificação do objeto, dos valores unitários, dos quantitativos estimados, dos critérios de habilitação ou da sistemática de distribuição da demanda.

Consequentemente, não se identifica alteração substancial que justifique a republicação do instrumento convocatório ou a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos.

A manutenção das condições editalícias preserva a igualdade de tratamento entre os interessados e a previsibilidade do procedimento.

**XI – DA PRESERVAÇÃO DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA SEM NECESSIDADE DE SUSPENSÃO**

A manutenção do procedimento não afasta os deveres de publicidade e transparência previstos na legislação.

O art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a divulgação e manutenção do edital de chamamento em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

A Administração deverá assegurar o cumprimento dessa obrigação, bem como observar as demais exigências legais de divulgação dos atos pertinentes.

Da mesma forma, os documentos de planejamento e os registros administrativos deverão permanecer sujeitos ao regime de publicidade aplicável, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo e proteção de informações.

Entretanto, a eventual necessidade de prestar esclarecimentos ou disponibilizar documentos públicos não significa, automaticamente, que o edital deva ser suspenso ou republicado.

A publicidade administrativa constitui obrigação continuada, que deverá ser observada durante a tramitação e a execução do credenciamento.

Assim, a manutenção da sessão pública não representa dispensa dos deveres de transparência, mas preservação do andamento do procedimento sem prejuízo da observância das exigências legais pertinentes.

**XII – DA PROPORCIONALIDADE DAS PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DIANTE DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS**

O princípio da proporcionalidade exige que as providências administrativas sejam adequadas, necessárias e compatíveis com a gravidade das circunstâncias identificadas.

A suspensão de sessão pública, a retificação substancial do edital e a reabertura de prazos constituem medidas que produzem consequências sobre a organização do procedimento e sobre os interessados.

Sua adoção deve estar vinculada à existência de fundamento concreto que demonstre sua necessidade.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No presente caso, a impugnação apresenta questionamentos sobre diferentes aspectos do credenciamento, mas a análise individualizada não evidencia irregularidade substancial que imponha a modificação das condições estabelecidas.

A escolha da modalidade encontra previsão legal; os valores unitários possuem correspondência com referências oficiais documentadas; o cadastramento permanente encontra previsão expressa; a distribuição da demanda está estruturada mediante rodízio sequencial; e as obrigações profissionais, sanitárias e de proteção de dados permanecem exigíveis nos termos da legislação.

Quanto às inconsistências redacionais da minuta contratual, sua natureza material permite saneamento sem alteração das condições essenciais, desde que preservada a correta identificação jurídica da parte contratante.

Dessa forma, a suspensão pretendida não se apresenta como providência necessária diante dos fundamentos examinados.

A Administração deve evitar medidas excessivas que não contribuam para a correção de irregularidade concreta, preservando a legalidade e a continuidade dos atos regularmente praticados.

**XIII – DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA VINCULAÇÃO ÀS CONDIÇÕES PREVIAMENTE ESTABELECIDAS**

A segurança jurídica constitui princípio fundamental das contratações públicas, expressamente previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua observância exige previsibilidade, coerência administrativa e respeito às condições previamente estabelecidas.

No presente credenciamento, os interessados devem ser submetidos aos mesmos requisitos de participação, aos mesmos valores unitários e aos critérios objetivos de distribuição da demanda.

A alteração injustificada dessas condições poderia comprometer a estabilidade do procedimento e gerar tratamento desigual entre os participantes.

Assim, a manutenção do edital constitui providência juridicamente adequada quando não demonstrada irregularidade substancial que exija sua modificação.

Cumpre destacar que a vinculação ao instrumento convocatório não impede a Administração de corrigir ilegalidades efetivamente identificadas.

Entretanto, a autotutela administrativa deve ser exercida com motivação e proporcionalidade, considerando a natureza da irregularidade e os efeitos da providência adotada.

A ausência de fundamento concreto para modificação substancial recomenda a preservação das condições estabelecidas, evitando alterações baseadas exclusivamente em preferências interpretativas.

**XIV – DA CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DA FINALIDADE PÚBLICA DO CREDENCIAMENTO**

A contratação objeto do procedimento possui finalidade assistencial, destinada à disponibilização complementar de procedimentos ambulatoriais especializados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A Administração deve organizar sua atuação de maneira a assegurar a adequada prestação dos serviços, observadas as condições legais e orçamentárias pertinentes.

O art. 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado.

O art. 197 estabelece a relevância pública das ações e dos serviços de saúde, submetendo-os à regulamentação, fiscalização e controle do Poder Público.

A Lei Federal nº 8.080/1990, em seus arts. 24 a 26, admite a participação complementar da iniciativa privada quando presentes as condições legais correspondentes.

Dessa forma, a finalidade assistencial da contratação constitui elemento relevante para a avaliação da conveniência e da proporcionalidade de eventual suspensão.

Entretanto, o interesse público na continuidade dos serviços não autoriza a manutenção de procedimento efetivamente ilegal.

A preservação do credenciamento somente se justifica quando compatível com a legislação e com os requisitos necessários à regularidade da contratação.

No presente caso, não se identifica, a partir das alegações examinadas, irregularidade substancial demonstrada que imponha a interrupção da sessão pública.

Assim, a continuidade do procedimento mostra-se compatível com a finalidade assistencial pretendida e com a necessidade de preservar a eficiência administrativa.

**XV – DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO DO IMPUGNANTE À SUSPENSÃO OU À REFORMULAÇÃO DO EDITAL**

O direito de impugnar o instrumento convocatório assegura ao interessado a possibilidade de apresentar argumentos e obter decisão administrativa motivada.

Entretanto, não confere direito subjetivo ao acolhimento das alterações pretendidas quando não demonstrada violação à legislação.

A Administração deverá examinar os fundamentos apresentados, identificar sua pertinência e decidir conforme o ordenamento jurídico e os elementos integrantes do processo.

No presente caso, a análise individualizada das alegações permite concluir que os questionamentos não demonstram necessidade de modificação substancial das condições editalícias.

A discordância do impugnante quanto à modalidade de contratação, aos critérios de execução ou ao nível de detalhamento das disposições não constitui, por si só, fundamento suficiente para suspensão.

Da mesma forma, a preferência por exigências documentais adicionais ou por cláusulas contratuais mais extensas não autoriza a imposição de alterações sem demonstração de necessidade jurídica concreta.

A decisão administrativa deverá permanecer vinculada à legalidade, à motivação, à proporcionalidade e ao interesse público, afastando tanto o acolhimento automático da impugnação quanto sua rejeição sem fundamentação.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

Assim, o indeferimento das medidas pretendidas decorre da análise dos argumentos apresentados e da ausência de demonstração de vício substancial que imponha sua adoção.

**XVI – DA MANUTENÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA E DAS CONDIÇÕES ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDAS**

O Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD estabelece a realização da sessão pública inicial em **03 de novembro de 2026, às 09h00, horário de Brasília**.

A manutenção dessa programação deve observar a inexistência de impedimento legal ou administrativo que justifique sua alteração.

No presente caso, os fundamentos examinados não demonstram necessidade de suspensão da sessão, modificação substancial do edital ou reabertura dos prazos de participação.

A modalidade de credenciamento encontra previsão legal, a remuneração possui correspondência com referências oficiais documentadas e o instrumento convocatório contempla disposições relativas ao cadastramento permanente e à distribuição objetiva da demanda.

As obrigações de habilitação profissional, regularidade sanitária e proteção de dados pessoais permanecem diretamente exigíveis, observadas as normas aplicáveis.

As inexatidões materiais identificadas na minuta contratual deverão ser saneadas na formalização dos instrumentos definitivos, sem modificação das condições essenciais do credenciamento.

Os deveres de planejamento, motivação, publicidade e transparência também deverão ser integralmente observados, independentemente da manutenção do edital.

Assim, a preservação da sessão pública inicialmente designada mostra-se compatível com a análise realizada, não se identificando fundamento suficiente para sua paralisação.

A continuidade do procedimento deverá ocorrer com observância integral das disposições editalícias e da legislação aplicável.

**XVII – DA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO, RETIFICAÇÃO, REPUBLICAÇÃO E REABERTURA DOS PRAZOS**

A pretensão do impugnante deve ser examinada à luz do conjunto dos fundamentos apresentados e das conclusões alcançadas na análise individualizada das alegações.

O credenciamento paralelo e não excludente encontra respaldo nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação complementar de serviços de saúde encontra fundamento no art. 199, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990.

Os valores unitários estabelecidos possuem correspondência com referências oficiais do Ministério da Saúde, conforme a Portaria nº 709/2017 e os relatórios SIGTAP da competência 07/2025.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

O cadastramento permanente encontra previsão expressa no instrumento convocatório, enquanto a distribuição da demanda observa sistemática de rodízio sequencial, com possibilidade de exceções justificadas por necessidades assistenciais.

As exigências profissionais e sanitárias deverão ser observadas conforme a legislação aplicável, sem imposição indiscriminada de requisitos desproporcionais.

A proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS permanece submetida à Lei Federal nº 13.709/2018, independentemente de reprodução integral de seus dispositivos na minuta contratual.

As inconsistências materiais identificadas na minuta não demonstram, isoladamente, necessidade de alteração substancial do procedimento, devendo a identificação definitiva da parte contratante observar os requisitos legais pertinentes.

Por sua vez, os deveres de planejamento, motivação, publicidade e transparência permanecem integralmente exigíveis, sem que os questionamentos apresentados demonstrem, por si sós, vício substancial que imponha a suspensão.

Dessa forma, não se identifica fundamento jurídico suficiente para acolher os pedidos de paralisação da sessão pública, reformulação do instrumento convocatório, republicação ou reabertura dos prazos.

A manutenção das condições editalícias preserva a segurança jurídica, a isonomia, a eficiência administrativa e a finalidade assistencial da contratação.

**Diante do exposto, conclui-se que a apresentação de impugnação ao Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD não produz efeito suspensivo automático, conforme previsto no item 17.10 do instrumento convocatório, sendo necessária a demonstração de irregularidade concreta e juridicamente relevante para justificar a paralisação do procedimento.**

**A análise individualizada das alegações não evidencia vício substancial que imponha a modificação do objeto, dos valores unitários, dos quantitativos estimados, dos requisitos de habilitação, da sistemática de cadastramento permanente ou dos critérios de distribuição da demanda.**

**As obrigações legais relacionadas à regularidade profissional e sanitária, à proteção dos dados pessoais, à identificação correta das partes contratantes e à transparência administrativa permanecem exigíveis, sem que sua observância determine, por si só, a suspensão ou republicação do instrumento convocatório.**

**Consequentemente, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos de suspensão da sessão pública, retificação substancial do edital, republicação e reabertura dos prazos, por inexistir, nos fundamentos examinados, demonstração de irregularidade capaz de justificar a adoção dessas providências.**

**Dessa forma, MANTÉM-SE INTEGRALMENTE o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, bem como a sessão pública inicialmente designada para o dia 03 de novembro de 2026, às 09h00, horário de Brasília, sem suspensão, alteração das condições editalícias, republicação ou reabertura dos prazos, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à continuidade do procedimento.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**2.15. DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, ISONOMIA, SEGURANÇA JURÍDICA, EFICIÊNCIA E INTERESSE PÚBLICO E DA MANUTENÇÃO INTEGRAL DO EDITAL**

A análise conclusiva dos fundamentos apresentados na impugnação ao Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, exige a apreciação conjunta das disposições editalícias à luz dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, especialmente a legalidade, a isonomia, a impessoalidade, a segurança jurídica, a eficiência, a razoabilidade, a proporcionalidade, a motivação, a transparência e a supremacia do interesse público, observados os direitos e as garantias dos administrados.

O impugnante questiona diferentes aspectos do procedimento, abrangendo a modalidade de contratação adotada, a necessidade de complementação dos serviços públicos de saúde, a estimativa dos quantitativos, a definição dos valores unitários, o cadastramento permanente de interessados, a distribuição da demanda, os requisitos de habilitação profissional e sanitária, a minuta contratual, a proteção dos dados pessoais dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e a suficiência do planejamento administrativo.

Com fundamento nessas alegações, pretende a suspensão da sessão pública, a alteração das condições editalícias, a republicação do instrumento convocatório e a reabertura dos prazos destinados à participação dos interessados.

Entretanto, conforme demonstrado nos tópicos anteriores, os questionamentos apresentados não evidenciam irregularidade substancial que imponha a modificação das condições essenciais do credenciamento ou a paralisação do procedimento.

A apreciação conjunta da matéria demonstra que a sistemática adotada possui fundamento na legislação de contratações públicas e nas normas que disciplinam a participação complementar da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde.

Cumpre destacar que a observância dos princípios administrativos não deve ser examinada de maneira fragmentada, mediante interpretação isolada de determinada cláusula editalícia, mas a partir da finalidade da contratação, da estrutura do procedimento e da compatibilidade entre suas disposições e o ordenamento jurídico.

Nesse contexto, a manutenção integral do instrumento convocatório deve ser analisada considerando a legalidade da solução adotada, a igualdade de condições entre os interessados, a previsibilidade das regras, a racionalidade administrativa e a necessidade de assegurar a adequada prestação dos serviços especializados de saúde.

**I – DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA CONFORMIDADE DO CREDENCIAMENTO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

O princípio da legalidade constitui fundamento essencial da atuação administrativa, encontrando previsão expressa no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua observância exige que a Administração atue em conformidade com as competências, os procedimentos e as condições estabelecidas pelo ordenamento jurídico.

No âmbito das contratações públicas, a legalidade pressupõe a utilização de instrumentos juridicamente admitidos, a definição de condições compatíveis com o objeto e a observância dos requisitos necessários à regularidade da contratação.

No presente caso, o credenciamento encontra fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, que contempla a inexigibilidade de licitação para objetos que devam ou possam ser contratados por meio desse procedimento.

O art. 78, inciso I, da mesma legislação reconhece o credenciamento como procedimento auxiliar das licitações e das contratações públicas.

Por sua vez, o art. 79, inciso I, admite a utilização do credenciamento na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A sistemática estabelecida no Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD contempla a possibilidade de participação de múltiplas pessoas jurídicas que atendam aos requisitos de habilitação, mediante valores unitários previamente definidos e condições uniformes de execução.

Essa estrutura apresenta correspondência com a hipótese legal de contratação paralela e não excludente, não se confundindo com procedimento competitivo destinado à seleção de uma única proposta vencedora.

A inexistência de disputa de preços entre os interessados decorre da própria padronização das condições remuneratórias, característica compatível com a modalidade de credenciamento adotada.

Assim, não se identifica ilegalidade na escolha do procedimento auxiliar exclusivamente em razão da possibilidade de contratação de diferentes prestadores sob condições previamente estabelecidas.

A legalidade da contratação também exige a observância das disposições relativas à habilitação, à distribuição da demanda, à formalização contratual e à fiscalização da execução.

Essas obrigações permanecem exigíveis e deverão ser observadas pela Administração durante todas as etapas do procedimento.

Dessa forma, a manutenção do edital encontra respaldo na legislação aplicável, sem prejuízo do cumprimento integral dos requisitos legais de instrução, formalização e execução contratual.

**II – DA COMPATIBILIDADE DA CONTRATAÇÃO COM O REGIME CONSTITUCIONAL E LEGAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

A contratação objeto do credenciamento destina-se à prestação complementar de serviços ambulatoriais especializados para realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral.

A natureza assistencial do objeto exige sua análise à luz das disposições constitucionais e legais que disciplinam o Sistema Único de Saúde.

O art. 196 da Constituição Federal estabelece que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, assegurado mediante políticas sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde.

O art. 197 reconhece a relevância pública das ações e dos serviços de saúde, competindo ao Poder Público dispor sobre sua regulamentação, fiscalização e controle.

O art. 199, § 1º, admite a participação complementar das instituições privadas no Sistema Único de Saúde, segundo suas diretrizes e mediante os instrumentos jurídicos legalmente previstos.

A Lei Federal nº 8.080/1990, em seus arts. 24 a 26, disciplina a participação complementar da iniciativa privada, estabelecendo condições relacionadas à insuficiência da capacidade pública de atendimento, à formalização dos vínculos e à observância das normas técnicas e administrativas do SUS.

Dessa forma, a utilização de prestadores privados para execução complementar de serviços especializados não constitui irregularidade por sua própria natureza.

A legislação admite essa solução quando presentes os pressupostos necessários à complementação da assistência.

No presente caso, a finalidade declarada do credenciamento consiste em organizar a prestação complementar de procedimentos especializados destinados aos usuários da rede pública municipal de saúde.

A contratação deverá permanecer vinculada à demanda assistencial efetivamente identificada, à regularidade dos prestadores e às condições técnicas necessárias à execução dos procedimentos.

A observância dessas exigências assegura a compatibilidade da contratação com as diretrizes do Sistema Único de Saúde, preservando a finalidade pública do procedimento.

Importa destacar que a participação complementar da iniciativa privada não afasta a responsabilidade da Administração pela organização, regulação, fiscalização e controle dos serviços contratados.

Ao contrário, exige atuação administrativa capaz de assegurar que os atendimentos sejam realizados de maneira adequada, mediante observância dos requisitos legais e assistenciais pertinentes.

Assim, a manutenção do edital não representa flexibilização dos deveres públicos relacionados à prestação dos serviços de saúde, mas preservação do instrumento de contratação escolhido, submetido às exigências legais aplicáveis.

**III – DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IMPESSOALIDADE**

A isonomia e a impessoalidade constituem princípios essenciais das contratações públicas, encontrando fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua observância exige que os interessados sejam submetidos a condições objetivas, previamente estabelecidas e aplicadas de maneira uniforme, sem favorecimentos ou discriminações injustificadas.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No âmbito do credenciamento paralelo e não excludente, esses princípios assumem especial relevância, uma vez que o procedimento admite a participação de múltiplas pessoas jurídicas que preencham os requisitos necessários.

A sistemática adotada não se destina à escolha discricionária de determinado prestador em detrimento dos demais, mas à formação de conjunto de pessoas jurídicas habilitadas para execução dos serviços conforme a demanda administrativa.

Os interessados encontram-se submetidos às condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório, aos valores unitários previamente fixados e aos critérios de distribuição dos procedimentos.

A padronização dessas condições contribui para assegurar tratamento uniforme entre os prestadores.

No presente caso, os valores unitários de **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)** para o procedimento unilateral e **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)** para o procedimento bilateral são previamente conhecidos e aplicáveis conforme as condições editalícias.

A utilização de valores padronizados afasta a possibilidade de negociação individualizada de preços em benefício de determinado credenciado.

Da mesma forma, o cadastramento permanente permite o ingresso de novos interessados durante a vigência do procedimento, observadas as condições estabelecidas.

Essa característica contribui para preservar a natureza não excludente do credenciamento, evitando que a participação fique definitivamente limitada às pessoas jurídicas habilitadas na etapa inicial.

Quanto à distribuição da demanda, o Anexo VIII estabelece sistemática de rodízio sequencial, sujeita às condições e exceções justificadas por necessidades assistenciais.

A utilização de critério sequencial permite organizar as convocações de maneira verificável, preservando a impessoalidade.

Eventuais exceções deverão ser motivadas e registradas, de modo a impedir sua utilização para favorecimento indevido.

Assim, a igualdade de tratamento não pressupõe garantia de execução de quantitativos idênticos por todos os credenciados, mas aplicação uniforme das regras de participação e distribuição.

A efetiva execução dos procedimentos dependerá da demanda assistencial e das condições objetivamente verificadas.

Dessa forma, não se identifica afronta à isonomia ou à impessoalidade na sistemática editalícia examinada.

**IV – DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA PREVISIBILIDADE DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

A segurança jurídica constitui princípio expressamente previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, exigindo estabilidade, coerência e previsibilidade na atuação administrativa.

No âmbito das contratações públicas, esse princípio assegura que os interessados possam conhecer previamente as condições de participação, as obrigações decorrentes da contratação e os critérios que orientarão a execução dos serviços.

A segurança jurídica também exige que a Administração observe as regras estabelecidas, evitando alterações injustificadas ou decisões incompatíveis com os parâmetros previamente divulgados.

No presente credenciamento, o instrumento convocatório identifica o objeto, os procedimentos, os valores unitários, os quantitativos estimados, os requisitos de participação e a sistemática de distribuição da demanda.

A existência dessas disposições permite aos interessados avaliar as condições da contratação e decidir sobre sua participação.

A manutenção das regras previamente estabelecidas contribui para preservar a confiança legítima dos participantes, desde que tais disposições sejam compatíveis com a legislação.

A segurança jurídica, entretanto, não impede a correção de ilegalidades efetivamente identificadas.

O dever de autotutela administrativa permanece aplicável, exigindo que a Administração corrija atos incompatíveis com o ordenamento jurídico.

Contudo, a correção de irregularidades deve observar sua natureza, gravidade e repercussão sobre o procedimento.

Não se mostra juridicamente adequado determinar a suspensão ou republicação de instrumento convocatório sem demonstração de vício substancial que justifique tais providências.

No presente caso, os questionamentos apresentados não evidenciam necessidade de alteração das condições essenciais do credenciamento.

Quanto à inconsistência redacional identificada na minuta contratual, especialmente a expressão “FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE”, sua correção deverá assegurar a utilização da denominação oficial da parte contratante nos instrumentos definitivos.

A providência não exige, por si só, modificação substancial do objeto, dos valores ou dos requisitos de participação, desde que a identificação correta decorra objetivamente dos atos administrativos pertinentes e não implique substituição da pessoa jurídica responsável pela contratação.

Assim, a preservação das condições editalícias, acompanhada da observância dos requisitos legais de formalização, mostra-se compatível com a segurança jurídica.

**V – DA OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA**

O princípio da eficiência encontra previsão expressa no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua aplicação exige que a Administração utilize os instrumentos disponíveis de maneira adequada à realização das finalidades públicas, buscando resultados compatíveis com as necessidades identificadas e com os recursos empregados.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No presente caso, a contratação destina-se à prestação complementar de procedimentos ambulatoriais especializados de saúde.

A adoção do credenciamento paralelo e não excludente permite organizar a participação de múltiplos prestadores, mediante condições padronizadas e utilização conforme a demanda assistencial.

Essa estrutura apresenta características compatíveis com a necessidade de disponibilizar alternativas de atendimento, sem assegurar exclusividade ou execução integral dos quantitativos estimados.

A possibilidade de cadastramento permanente também contribui para a flexibilidade administrativa, permitindo que novos interessados aptos ingressem no procedimento durante sua vigência.

A utilização de preços unitários previamente definidos facilita a padronização das condições remuneratórias e a organização da execução financeira.

Entretanto, a eficiência não pode ser compreendida exclusivamente como rapidez na contratação ou ampliação do número de prestadores.

A atuação eficiente exige planejamento adequado, regularidade dos serviços, fiscalização contratual e observância dos critérios de distribuição da demanda.

A Administração deverá assegurar que os procedimentos sejam realizados conforme as necessidades assistenciais e que os pagamentos correspondam aos serviços efetivamente executados e regularmente comprovados.

O art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a obrigação de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por representantes da Administração especialmente designados.

A observância desse dispositivo constitui elemento relevante para assegurar a regularidade da prestação dos serviços e a adequada utilização dos recursos públicos.

Assim, a manutenção do edital mostra-se compatível com a eficiência administrativa, desde que sua execução permaneça submetida aos controles legais e às condições assistenciais pertinentes.

**VI – DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE**

A razoabilidade e a proporcionalidade constituem princípios expressamente contemplados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua aplicação exige que as exigências administrativas e as providências adotadas sejam adequadas às finalidades pretendidas, necessárias à proteção do interesse público e proporcionais às circunstâncias concretas.

No âmbito do credenciamento, esses princípios devem orientar a definição dos requisitos de habilitação, a organização da distribuição da demanda, a fiscalização dos prestadores e a apreciação de eventuais irregularidades.

As exigências técnicas, profissionais e sanitárias devem guardar relação com a natureza dos serviços e com as condições necessárias à segurança dos pacientes.

Entretanto, a Administração não poderá impor requisitos excessivos ou desprovidos de fundamento normativo que restrinjam indevidamente a participação de pessoas jurídicas legalmente aptas.

A mesma orientação deve ser observada na análise da impugnação.

A suspensão da sessão pública, a retificação substancial do edital e a reabertura dos prazos constituem providências que devem estar fundamentadas em necessidade concreta.

Não se mostra proporcional determinar a paralisação do procedimento exclusivamente em razão de divergências interpretativas, pedidos de maior detalhamento redacional ou inconsistências materiais sanáveis que não comprometam as condições essenciais da contratação.

No presente caso, as alegações apresentadas foram examinadas individualmente, permitindo distinguir os requisitos legais efetivamente aplicáveis das pretensões de ampliação ou reformulação das disposições editalícias.

A análise não evidenciou fundamento suficiente para modificação substancial do instrumento convocatório.

Dessa forma, a manutenção das condições estabelecidas representa providência compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**VII – DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E MOTIVAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A publicidade, a transparência e a motivação constituem princípios fundamentais das contratações públicas, previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sua observância permite que os interessados conheçam as condições do procedimento, acompanhem os atos administrativos e exerçam os mecanismos legais de controle.

No presente credenciamento, a publicidade deve abranger o edital, seus anexos e os demais atos cuja divulgação seja legalmente exigível.

O art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a divulgação e manutenção do edital de chamamento em sítio eletrônico oficial, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

A Administração deverá observar essa exigência, assegurando a disponibilidade das informações necessárias à participação durante a vigência do credenciamento.

A motivação administrativa, por sua vez, deverá demonstrar os fundamentos da contratação, especialmente quanto à necessidade assistencial, à escolha da solução, aos quantitativos estimados e aos valores estabelecidos.

No presente caso, os valores unitários possuem correspondência com referências oficiais documentadas do Ministério da Saúde.

A Portaria nº 709, de 9 de março de 2017, e os relatórios SIGTAP da competência 07/2025 registram os valores de R$ 300,78 para o procedimento unilateral e R$ 392,62 para o procedimento bilateral.

Esses documentos constituem referências objetivas relevantes para a fundamentação financeira do credenciamento.

Quanto aos demais elementos de planejamento, sua suficiência deverá ser aferida pelos documentos efetivamente integrantes do Processo Administrativo nº 115/2026, observadas as exigências legais de instrução.

A ausência de reprodução integral de todos os fundamentos técnicos no corpo do edital não demonstra, isoladamente, inexistência de planejamento.

Entretanto, a Administração permanece obrigada a assegurar que a instrução processual contenha os elementos legalmente necessários e que as informações públicas pertinentes sejam disponibilizadas conforme a legislação.

Assim, a manutenção do instrumento convocatório não afasta os deveres de motivação, publicidade e transparência, que deverão ser observados durante a tramitação e a execução da contratação.

**VIII – DA OBSERVÂNCIA DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO**

O princípio da vinculação ao edital exige que a Administração e os interessados observem as condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório, ressalvadas as hipóteses legais de alteração ou correção.

O julgamento objetivo, por sua vez, impõe que a análise das condições de participação e habilitação seja realizada mediante critérios previamente definidos, evitando decisões baseadas em preferências pessoais ou parâmetros não divulgados.

Ambos os princípios encontram previsão expressa no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

No presente credenciamento, a habilitação deverá observar os requisitos estabelecidos no edital e as obrigações legais aplicáveis.

A Administração não poderá dispensar individualmente exigências obrigatórias para favorecer determinado interessado.

Da mesma forma, não poderá introduzir requisitos adicionais sem fundamento legal ou sem observância das condições necessárias à sua aplicação.

A distribuição da demanda também deverá respeitar a sistemática prevista no Anexo VIII, com utilização do rodízio sequencial e observância das exceções assistenciais devidamente justificadas.

A aplicação uniforme dessas regras constitui elemento essencial para preservar a impessoalidade e a igualdade entre os credenciados.

A manutenção do edital, portanto, pressupõe sua observância efetiva durante a execução, não sendo suficiente a existência formal de critérios objetivos se sua aplicação ocorrer de maneira arbitrária.

Assim, a preservação das condições editalícias deverá ser acompanhada de atuação administrativa coerente com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

**IX – DA COMPATIBILIDADE DOS VALORES UNITÁRIOS COM OS PARÂMETROS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

A análise dos valores unitários constitui aspecto relevante para a observância dos princípios da legalidade, da economicidade, da motivação e do interesse público.

No presente credenciamento, os procedimentos encontram-se identificados pelos códigos oficiais do Sistema Único de Saúde.

O procedimento **03.09.07.001-5 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)** possui valor unitário previsto de **R$ 300,78**.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

O procedimento **03.09.07.002-3 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)** possui valor unitário previsto de **R$ 392,62**.

Esses valores apresentam correspondência com a Portaria nº 709/2017 do Ministério da Saúde e com os relatórios oficiais SIGTAP da competência 07/2025.

A utilização de referências oficiais contribui para a objetividade da remuneração e para a padronização das condições de contratação.

O art. 26 da Lei Federal nº 8.080/1990 disciplina os critérios e valores de remuneração dos serviços contratados no âmbito do SUS.

O art. 79, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 também contempla a definição prévia do valor da contratação nas hipóteses legalmente indicadas.

Dessa forma, a adoção de valores unitários previamente estabelecidos, com correspondência documental em referências oficiais, apresenta fundamento compatível com a sistemática do credenciamento.

A remuneração deverá observar os procedimentos efetivamente realizados e regularmente comprovados, sem garantia de faturamento mínimo aos credenciados.

Assim, não se identifica fundamento para alteração dos preços exclusivamente em razão da alegação genérica de ausência de referência objetiva.

**X – DA REGULARIDADE DO CADASTRAMENTO PERMANENTE E DA AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS**

A possibilidade de cadastramento permanente constitui característica essencial do credenciamento disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021.

O art. 79, parágrafo único, inciso I, estabelece que a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

No presente caso, o instrumento convocatório contempla disposições expressas relacionadas à continuidade do cadastramento, especialmente nos itens 3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20.

A previsão de período inicial para recebimento e análise da documentação não representa encerramento definitivo da possibilidade de ingresso de novos prestadores.

A sessão pública inicialmente designada para **03 de novembro de 2026, às 09h00, horário de Brasília**, destina-se à organização da etapa inicial do procedimento, sem afastar as disposições de cadastramento permanente.

Essa sistemática contribui para a observância da isonomia e da natureza não excludente do credenciamento, permitindo que novos interessados legalmente aptos solicitem sua participação durante a vigência do chamamento.

A manutenção dessas disposições preserva a ampla participação e a previsibilidade das condições de habilitação.

Dessa forma, não se identifica fundamento para retificação do edital sob a alegação de inexistência de cadastramento permanente, uma vez que a possibilidade encontra previsão expressa no instrumento convocatório.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**XI – DA OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E DA PROTEÇÃO DA CONTINUIDADE ASSISTENCIAL**

A distribuição da demanda constitui elemento essencial para a observância da isonomia e da impessoalidade nos procedimentos de credenciamento paralelo e não excludente.

O art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 determina a adoção de critérios objetivos de distribuição quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados.

No presente caso, o Anexo VIII estabelece sistemática de rodízio sequencial, permitindo organizar a convocação dos prestadores segundo parâmetros previamente definidos.

A existência de exceções relacionadas à continuidade assistencial, à necessidade clínica e à indisponibilidade do prestador não representa, por si só, afronta à objetividade.

Essas hipóteses deverão ser aplicadas de maneira restrita, mediante motivação concreta e registros administrativos suficientes para permitir sua fiscalização.

A organização dos atendimentos deverá preservar a finalidade assistencial do credenciamento, evitando que a aplicação meramente formal da sequência comprometa a continuidade ou a segurança dos pacientes.

Entretanto, a necessidade assistencial não poderá ser utilizada como justificativa genérica para favorecimento de determinado prestador.

A Administração deverá compatibilizar a objetividade da distribuição com as condições concretas de atendimento, preservando a igualdade de tratamento e a finalidade pública da contratação.

Assim, a sistemática editalícia mostra-se compatível com a exigência legal de distribuição objetiva da demanda, desde que aplicada nos limites estabelecidos.

**XII – DA OBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS, PROFISSIONAIS E SANITÁRIAS**

A regularidade da contratação complementar de serviços de saúde pressupõe a observância das condições profissionais e sanitárias necessárias à execução dos procedimentos.

Os arts. 62 e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 disciplinam os requisitos de habilitação e a documentação relativa à qualificação técnica.

No âmbito dos serviços médicos especializados, a Administração deverá verificar a habilitação dos profissionais, a regularidade dos estabelecimentos e o cumprimento das exigências legalmente aplicáveis.

As condições relacionadas ao Conselho Regional de Medicina – CRM, ao Registro de Qualificação de Especialista – RQE, quando exigível, ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, à licença sanitária, ao alvará de funcionamento e à responsabilidade técnica deverão ser observadas conforme a natureza e a efetiva incidência de cada requisito.

A proteção da saúde dos usuários constitui fundamento legítimo para a exigência de regularidade profissional e sanitária.

Entretanto, a Administração não poderá impor requisitos excessivos ou sem fundamento normativo que restrinjam indevidamente a participação de interessados aptos.

A ausência de reprodução integral das normas profissionais e sanitárias no edital não dispensa seu cumprimento.

Da mesma forma, a necessidade de observância dessas normas não implica obrigação automática de ampliar indiscriminadamente as exigências documentais previstas.

Assim, a manutenção das disposições editalícias deverá ocorrer com observância integral das obrigações legais pertinentes, preservando a proporcionalidade e a igualdade de tratamento.

**XIII – DA REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL E DA PRESERVAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESSENCIAIS DA CONTRATAÇÃO**

A minuta contratual integrante do procedimento constitui instrumento destinado à apresentação prévia das condições jurídicas que orientarão a formalização dos contratos com os prestadores credenciados.

A existência de campos destinados ao preenchimento posterior decorre da necessidade de individualização dos dados de cada pessoa jurídica contratada.

Essa circunstância é compatível com a natureza do credenciamento paralelo e não excludente, que admite a participação e a contratação de múltiplos prestadores.

A identificação dos contratados, de seus representantes legais e dos demais elementos individualizáveis poderá ocorrer no momento da formalização dos instrumentos definitivos.

Quanto à expressão “FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE”, a inconsistência redacional deverá ser saneada mediante utilização da denominação oficial da parte contratante.

O art. 89, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 exige a identificação das partes e de seus representantes nos contratos administrativos.

O art. 92 estabelece as cláusulas necessárias à formalização dos instrumentos contratuais.

A Administração deverá observar essas disposições, assegurando a correta identificação jurídica das partes e a preservação das condições estabelecidas no edital.

Entretanto, a existência de inexatidão material sanável não demonstra, isoladamente, necessidade de suspensão ou republicação do procedimento, quando sua correção não modificar o objeto, os valores, os requisitos de participação ou a identidade jurídica do contratante.

Assim, a manutenção da minuta padronizada mostra-se compatível com a segurança jurídica, preservado o dever de formalização correta dos contratos definitivos.

**XIV – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS E DA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS**

A execução dos procedimentos objeto do credenciamento poderá envolver o tratamento de dados pessoais sensíveis relacionados à saúde dos pacientes.

A proteção dessas informações encontra fundamento no art. 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal e na Lei Federal nº 13.709/2018.

A Administração e os prestadores credenciados deverão observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, transparência e responsabilização, previstos no art. 6º da LGPD.

O tratamento dos dados pessoais sensíveis deverá observar as hipóteses legais pertinentes, especialmente as disposições do art. 11 da referida legislação.

A utilização das informações deverá permanecer vinculada às finalidades assistenciais e administrativas juridicamente autorizadas.

O compartilhamento de dados entre os prestadores e a Secretaria Municipal de Saúde deverá respeitar os limites legais, preservando a confidencialidade das informações clínicas.

A Administração também deverá assegurar a adoção de medidas de segurança adequadas aos riscos envolvidos, observadas as responsabilidades dos agentes de tratamento.

Entretanto, a ausência de reprodução integral de todas as disposições da LGPD no instrumento convocatório não representa dispensa de cumprimento da legislação.

As obrigações de proteção de dados possuem aplicação direta e deverão ser observadas durante toda a execução contratual.

Assim, não se identifica fundamento para suspensão ou republicação do edital exclusivamente em razão da pretensão de ampliação redacional das cláusulas relacionadas à proteção de dados pessoais.

**XV – DA OBSERVÂNCIA DO INTERESSE PÚBLICO E DA FINALIDADE ASSISTENCIAL DA CONTRATAÇÃO**

O interesse público constitui elemento central da atuação administrativa, devendo orientar a escolha dos instrumentos de contratação e a execução dos serviços destinados à coletividade.

No presente caso, a finalidade do credenciamento consiste na organização da prestação complementar de procedimentos ambulatoriais especializados destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde.

A análise do interesse público deve considerar a necessidade de atendimento da demanda assistencial, a regularidade dos prestadores, a segurança dos pacientes e a utilização adequada dos recursos públicos.

A contratação paralela e não excludente permite a participação de múltiplas pessoas jurídicas habilitadas, mediante condições padronizadas e utilização conforme as necessidades identificadas.

Essa estrutura poderá contribuir para a organização dos atendimentos, desde que acompanhada de planejamento, regulação e fiscalização adequados.

A manutenção do edital preserva a possibilidade de continuidade do procedimento, sem afastar os deveres de observância da legislação.

Importa destacar que o interesse público não pode ser utilizado como justificativa genérica para manutenção de atos ilegais.

A preservação do procedimento somente se mostra legítima quando suas condições são compatíveis com o ordenamento jurídico e quando não se identifica vício substancial que exija correção.

No presente caso, a análise individualizada das alegações não demonstrou irregularidade suficiente para impor a suspensão da sessão pública ou a alteração das condições essenciais do credenciamento.

Assim, a continuidade do procedimento mostra-se compatível com a finalidade assistencial pretendida, preservados os deveres de regularidade administrativa e proteção dos usuários.

**XVI – DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE, À IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO OU À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Embora o credenciamento não se caracterize por disputa competitiva de preços entre os interessados, a Administração deverá preservar condições amplas e isonômicas de participação.

A inexistência de competição por proposta econômica não afasta os deveres de publicidade, impessoalidade, objetividade e proporcionalidade.

No presente caso, os questionamentos apresentados não demonstram que as disposições editalícias tenham estabelecido preferência indevida por determinada pessoa jurídica ou impedido, sem fundamento legal, a participação de interessados aptos.

A padronização dos valores unitários, a previsão de cadastramento permanente e a utilização de critérios objetivos de distribuição constituem elementos compatíveis com a natureza não excludente do procedimento.

As exigências profissionais e sanitárias deverão ser aplicadas conforme a legislação, sem restrições excessivas ou tratamento diferenciado injustificado.

A minuta contratual deverá ser individualizada no momento da formalização, observadas as condições previamente estabelecidas.

A proteção dos dados pessoais e a regularidade da execução permanecerão submetidas às normas legais pertinentes.

Assim, não se identifica, pelos fundamentos apresentados, prejuízo concreto que justifique a modificação substancial do instrumento convocatório.

A análise administrativa deve permanecer vinculada às irregularidades efetivamente demonstradas, não sendo suficiente a formulação de hipóteses abstratas de descumprimento futuro das condições legais.

**XVII – DA IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DO EDITAL COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE EM PREFERÊNCIAS INTERPRETATIVAS**

A impugnação ao instrumento convocatório constitui mecanismo legítimo de controle da legalidade, permitindo que interessados apresentem questionamentos e solicitem providências administrativas.

Entretanto, o direito de impugnar não confere ao interessado a prerrogativa de impor à Administração a adoção de determinada estrutura contratual ou redação editalícia quando a sistemática existente se mostra compatível com a legislação.

A Administração deverá examinar os argumentos apresentados e identificar eventual incompatibilidade concreta entre o edital e o ordenamento jurídico.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

No presente caso, parte das alegações relaciona-se à preferência por maior detalhamento de disposições já existentes ou à reprodução de obrigações legais diretamente aplicáveis.

A pretensão de ampliação das exigências profissionais, de inclusão de cláusulas mais extensas sobre proteção de dados ou de reformulação de critérios administrativos não demonstra, isoladamente, ilegalidade das condições estabelecidas.

Da mesma forma, a solicitação de esclarecimentos sobre os fundamentos do procedimento não implica necessidade automática de alteração do edital.

A prestação de esclarecimentos e a disponibilização de informações públicas pertinentes podem ocorrer sem modificação das condições substanciais da contratação.

Assim, a manutenção do instrumento convocatório mostra-se juridicamente adequada quando não demonstrada irregularidade relevante que imponha sua alteração.

**XVIII – DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA SUSPENSÃO, REPUBLICAÇÃO OU REABERTURA DOS PRAZOS**

A suspensão da sessão pública, a republicação do edital e a reabertura dos prazos constituem providências que dependem de fundamento jurídico concreto.

O art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 assegura a possibilidade de impugnação do instrumento convocatório, mas a apresentação da manifestação não determina, por si só, a paralisação do procedimento.

O item 17.10 do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD também estabelece a inexistência de efeito suspensivo automático decorrente da impugnação.

A Administração permanece obrigada a apreciar os argumentos apresentados, mas a adoção de medida suspensiva depende de motivação específica.

No presente caso, a análise dos questionamentos não demonstrou necessidade de alteração substancial do objeto, dos valores unitários, dos quantitativos estimados, dos requisitos de participação ou da sistemática de execução.

A existência de disposições expressas sobre cadastramento permanente e rodízio sequencial afasta as alegações de ausência desses mecanismos.

As obrigações profissionais, sanitárias e de proteção de dados permanecem diretamente exigíveis, independentemente de transcrição integral no edital.

As inexatidões materiais identificadas na minuta contratual deverão ser saneadas sem modificação das condições essenciais, observados os requisitos legais de formalização.

Dessa forma, não se identifica fundamento suficiente para suspensão da sessão pública inicialmente designada para **03 de novembro de 2026, às 09h00, horário de Brasília**.

Também não se demonstra necessidade de republicação do instrumento convocatório ou reabertura dos prazos de participação.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A manutenção da programação estabelecida preserva a previsibilidade administrativa e a continuidade do procedimento, observadas as exigências legais aplicáveis.

**XIX – DA PRESERVAÇÃO DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA SEM MODIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS**

A manutenção integral do edital não significa renúncia ao dever de autotutela administrativa.

A Administração permanece competente para corrigir irregularidades efetivamente identificadas, assegurar o cumprimento das normas legais e adotar providências necessárias à regularidade dos contratos.

Entretanto, o exercício da autotutela deverá observar a natureza das situações identificadas e os limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

A correção de inexatidões materiais, a prestação de esclarecimentos e a fiscalização do cumprimento das obrigações legais não representam, necessariamente, alteração substancial das condições editalícias.

No presente caso, a manutenção do instrumento convocatório não afasta a obrigação de identificar corretamente as partes nos contratos definitivos, verificar as condições profissionais e sanitárias dos prestadores, observar a legislação de proteção de dados e assegurar a adequada instrução administrativa.

Essas providências decorrem diretamente da legislação aplicável e deverão ser observadas independentemente do resultado da impugnação.

A Administração deverá preservar os registros necessários à fiscalização e ao controle da execução, adotando as medidas cabíveis diante de eventual irregularidade concreta.

Assim, a manutenção do edital deve ser compreendida como preservação das condições substanciais estabelecidas, sem prejuízo dos deveres legais de acompanhamento, fiscalização e correção de atos administrativos.

**XX – DA MANUTENÇÃO INTEGRAL DO EDITAL E DO RESULTADO DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO**

A apreciação conjunta das alegações apresentadas permite concluir que o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD apresenta estrutura compatível com a sistemática de contratação paralela e não excludente prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

A modalidade adotada encontra fundamento nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79 da referida legislação.

A participação complementar da iniciativa privada na prestação dos serviços de saúde encontra respaldo no art. 199, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990.

Os valores unitários estabelecidos possuem correspondência com referências oficiais documentadas do Ministério da Saúde, conforme a Portaria nº 709/2017 e os relatórios SIGTAP da competência 07/2025.

Os quantitativos possuem natureza estimativa, não constituindo garantia de execução integral ou de faturamento mínimo aos prestadores.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

O cadastramento permanente encontra previsão expressa no instrumento convocatório, preservando a possibilidade de ingresso de novos interessados durante sua vigência.

A distribuição da demanda está estruturada mediante rodízio sequencial, com previsão de exceções justificadas por necessidades assistenciais, sujeitas à motivação e ao controle administrativo.

As exigências profissionais e sanitárias deverão ser observadas conforme a legislação aplicável, preservando a segurança dos pacientes e a proporcionalidade das condições de habilitação.

A minuta contratual poderá ser individualizada no momento da formalização dos instrumentos definitivos, devendo a identificação da parte contratante observar a denominação oficial e os requisitos legais pertinentes.

A proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS permanecerá submetida à Lei Federal nº 13.709/2018.

Os deveres de planejamento, motivação, publicidade, transparência e fiscalização deverão ser integralmente observados durante a tramitação e a execução contratual.

Diante desse conjunto de fundamentos, não se identifica irregularidade substancial demonstrada que imponha a suspensão, a retificação ou a republicação do instrumento convocatório.

A manutenção do edital preserva a legalidade da sistemática adotada, a igualdade de tratamento entre os interessados, a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a finalidade pública da contratação.

**Diante do exposto, conclui-se que o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, apresenta sistemática juridicamente compatível com os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, segurança jurídica, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, motivação, publicidade, transparência e interesse público, observadas as condições legais aplicáveis à contratação complementar de serviços de saúde.**

**A análise individualizada das alegações apresentadas pelo impugnante não demonstrou vício substancial capaz de comprometer as condições essenciais do credenciamento, tampouco fundamento suficiente para modificar a modalidade adotada, os valores unitários, os quantitativos estimados, os critérios de habilitação, o cadastramento permanente ou a sistemática de distribuição da demanda.**

**As obrigações relacionadas à regularidade profissional e sanitária, à correta identificação das partes contratantes, à proteção dos dados pessoais sensíveis e à adequada instrução e fiscalização administrativa permanecem integralmente exigíveis, independentemente da manutenção das disposições editalícias.**

**Consequentemente, JULGAM-SE IMPROCEDENTES as alegações apresentadas na impugnação, por não evidenciarem incompatibilidade substancial entre as condições estabelecidas no instrumento convocatório e a legislação**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**aplicável, afastando-se os pedidos de suspensão da sessão pública, retificação do edital, republicação e reabertura dos prazos.**

**Dessa forma, MANTÉM-SE INTEGRALMENTE o Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, sem alteração de suas disposições, preservando-se a sessão pública inicialmente designada para o dia 03 de novembro de 2026, às 09h00, horário de Brasília, bem como a continuidade do procedimento nos termos originalmente estabelecidos, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, segurança jurídica, eficiência e interesse público.**

## 3. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após análise individualizada, criteriosa e fundamentada das alegações apresentadas por **JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS, inscrito na OAB/BA sob o nº 49.008**, em face do **Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026**, conclui-se que a impugnação não apresenta fundamentos jurídicos ou elementos concretos suficientes para justificar a suspensão do procedimento, a alteração das disposições editalícias, a republicação do instrumento convocatório ou a reabertura dos prazos inicialmente estabelecidos.

Inicialmente, reconhece-se a admissibilidade da impugnação, considerando a legitimidade do impugnante, a tempestividade da manifestação e a possibilidade de apreciação de seu conteúdo, em observância aos princípios do formalismo moderado, da legalidade, da motivação e do interesse público, sem prejuízo da obrigatoriedade de observância dos meios oficiais de comunicação estabelecidos no instrumento convocatório.

No mérito, verifica-se que a modalidade de **credenciamento paralelo e não excludente** encontra fundamento nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo procedimento juridicamente admitido para a contratação de múltiplos prestadores em condições padronizadas, quando demonstradas sua viabilidade e vantajosidade para a Administração.

A contratação complementar de serviços ambulatoriais especializados destinados à realização de tratamento esclerosante não estético de varizes dos membros inferiores, nas modalidades unilateral e bilateral, encontra respaldo no art. 199, § 1º, da Constituição Federal e nos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990, observada a necessidade de adequada fundamentação da demanda assistencial e de cumprimento das normas técnicas e administrativas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Quanto aos quantitativos previstos, conclui-se que as estimativas de **540 procedimentos unilaterais e 9.600 procedimentos bilaterais** destinam-se ao dimensionamento da contratação e à organização da previsão financeira, não representando obrigação de execução integral, garantia de faturamento mínimo ou direito à distribuição de quantidade determinada de procedimentos aos prestadores credenciados.

A execução deverá observar a demanda assistencial efetivamente identificada, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e a regularidade

dos serviços prestados, permanecendo exigível a adequada fundamentação técnica das estimativas nos documentos integrantes do processo administrativo.

No tocante aos valores unitários, restou demonstrada sua correspondência com os parâmetros oficiais do Ministério da Saúde, especialmente a **Portaria nº 709, de 9 de março de 2017**, e os relatórios do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, referentes à competência **07/2025**.

O procedimento **03.09.07.001-5 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)** possui valor unitário estabelecido em **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)**, enquanto o procedimento **03.09.07.002-3 – TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)** possui valor unitário de **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)**.

A correspondência entre os valores editalícios e as referências oficiais documentadas constitui fundamento objetivo para a remuneração padronizada dos procedimentos, não se identificando, nos argumentos apresentados, demonstração suficiente de ilegalidade que imponha sua modificação.

No que se refere à alegada ausência de cadastramento permanente, verifica-se que o próprio instrumento convocatório contempla expressamente a possibilidade de ingresso de novos interessados durante a vigência do credenciamento, especialmente em seus itens **3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20**, em consonância com o art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A existência de prazo inicial para recebimento e análise de documentos, bem como de sessão pública destinada à primeira etapa do procedimento, não implica encerramento definitivo do cadastramento, razão pela qual não procede a alegação de restrição indevida ao ingresso posterior de interessados.

Quanto à distribuição da demanda, o **Anexo VIII do edital** estabelece sistemática de rodízio sequencial, com critérios previamente definidos e possibilidade de exceções justificadas por necessidades assistenciais, observadas a motivação administrativa, a rastreabilidade dos atos e a igualdade de tratamento entre os credenciados.

Essa sistemática apresenta compatibilidade com o art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, não se confundindo a possibilidade de exceções tecnicamente justificadas com autorização para escolhas arbitrárias ou favorecimentos indevidos.

No âmbito das exigências de habilitação técnica, profissional e sanitária, conclui-se que a Administração deverá observar os arts. 62 e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as normas específicas aplicáveis à prestação dos serviços de saúde, assegurando que os procedimentos sejam executados por profissionais legalmente habilitados e em estabelecimentos que atendam às condições de funcionamento exigíveis.

As obrigações relacionadas ao Conselho Regional de Medicina – CRM, ao Registro de Qualificação de Especialista – RQE, quando legalmente exigível, ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, à licença sanitária, ao alvará de

funcionamento e à responsabilidade técnica deverão ser verificadas conforme a natureza e a efetiva incidência de cada requisito, sem imposição de exigências desproporcionais ou desprovidas de fundamento normativo.

A ausência de transcrição exaustiva de todas as normas profissionais e sanitárias no edital não representa dispensa de seu cumprimento, tampouco constitui, isoladamente, fundamento suficiente para determinar a reformulação do instrumento convocatório.

Relativamente à minuta contratual, verifica-se que a utilização de modelo padronizado, contendo campos destinados ao preenchimento posterior dos dados individualizados das pessoas jurídicas credenciadas, é compatível com a natureza do procedimento e com a possibilidade de formalização de múltiplos contratos.

A expressão **"FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SAÚDE"** apresenta inconsistência redacional que deverá ser saneada mediante a utilização da denominação oficial da parte contratante nos instrumentos definitivos, observados os requisitos dos arts. 89 e 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tal inexatidão, considerada sua natureza material e desde que não implique alteração da identidade jurídica do contratante ou das condições essenciais da contratação, não constitui fundamento suficiente para suspensão, invalidação ou republicação do procedimento.

Quanto à proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do SUS, conclui-se que a Administração Municipal e os prestadores credenciados permanecem integralmente submetidos à **Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**, devendo observar as obrigações relativas à finalidade, adequação, necessidade, confidencialidade, segurança, prevenção e responsabilização pelo tratamento das informações.

A incidência direta da LGPD não depende de reprodução integral de seus dispositivos no instrumento convocatório, permanecendo obrigatória a adoção das medidas técnicas e administrativas legalmente exigíveis durante a execução contratual.

No tocante ao planejamento, à motivação administrativa, à publicidade e à transparência, reconhece-se a obrigatoriedade de observância das disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 8.080/1990 e da Lei Federal nº 12.527/2011.

A regularidade da contratação pressupõe a adequada instrução do Processo Administrativo nº 115/2026, com os elementos necessários à demonstração da demanda assistencial, da estimativa dos quantitativos, da escolha da solução contratual e da compatibilidade financeira, além da observância dos deveres legais de publicidade e acesso às informações públicas.

Entretanto, a ausência de reprodução integral desses fundamentos no texto do edital não demonstra, por si só, inexistência de planejamento ou irregularidade substancial que imponha a alteração das condições convocatórias.

Também não se identifica fundamento suficiente para a suspensão da sessão pública, considerando que a apresentação de impugnação não produz efeito suspensivo automático, conforme previsto no **item 17.10 do edital**, sendo necessária a demonstração de circunstância concreta que justifique a paralisação do procedimento.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

A análise individualizada dos questionamentos não evidenciou vício substancial que imponha modificação do objeto, dos valores unitários, dos quantitativos estimados, das condições de habilitação, do cadastramento permanente ou da sistemática de distribuição da demanda.

Da mesma forma, não se verifica necessidade de republicação do instrumento convocatório ou de reabertura dos prazos, uma vez que não se identificou alteração substancial das condições originalmente estabelecidas que justifique tais providências.

A manutenção do procedimento mostra-se compatível com os princípios da **legalidade, isonomia, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, eficiência, economicidade, transparência e interesse público**, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cumpre ressaltar que a preservação das condições editalícias não afasta o dever da Administração de observar integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis, assegurar a regularidade da formalização contratual, fiscalizar a execução dos serviços e adotar as providências cabíveis diante de eventuais irregularidades concretamente identificadas.

Entretanto, tais obrigações não se confundem com a necessidade de acolhimento da impugnação ou de alteração do instrumento convocatório, quando não demonstrado vício substancial que comprometa sua legalidade.

**DESSA FORMA, CONCLUI-SE PELO CONHECIMENTO DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA APRESENTADA POR JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS, OAB/BA Nº 49.008, EM RAZÃO DE SUA ADMISSIBILIDADE, E, NO MÉRITO, PELO SEU INDEFERIMENTO INTEGRAL, JULGANDO-SE IMPROCEDENTES AS ALEGAÇÕES E OS PEDIDOS FORMULADOS, POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA MODIFICAR AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD.**

**CONCLUI-SE, AINDA, PELA MANUTENÇÃO INTEGRAL DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DE SEUS ANEXOS, SEM ALTERAÇÃO DE SUAS DISPOSIÇÕES, SEM SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO, SEM REPUBLICAÇÃO DO EDITAL E SEM REABERTURA DOS PRAZOS, PRESERVANDO-SE A SESSÃO PÚBLICA INICIALMENTE DESIGNADA PARA O DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2026, ÀS 09H00, HORÁRIO DE BRASÍLIA.**

**POR CONSEGUINTE, REAFIRMA-SE A REGULAR CONTINUIDADE DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD, NOS TERMOS ORIGINARIAMENTE ESTABELECIDOS, EM OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E À FINALIDADE DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO COMPLEMENTAR DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTINADOS À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÍCERO DANTAS/BA.**

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

## 4. DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando os fatos apresentados, os documentos e elementos analisados, as disposições do Edital do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, vinculado ao Processo Administrativo nº 115/2026, bem como os fundamentos jurídicos desenvolvidos ao longo da presente análise, especialmente aqueles previstos na Constituição Federal, na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 8.080/1990 e nas demais normas aplicáveis à matéria, **DECIDO**:

**I – CONHECER** da impugnação administrativa apresentada por **JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS, inscrito na OAB/BA sob o nº 49.008**, considerando sua legitimidade, tempestividade e admissibilidade, procedendo-se à apreciação integral das alegações formuladas, em observância aos princípios da legalidade, do formalismo moderado, da motivação e do interesse público.

**II – NO MÉRITO, INDEFERIR INTEGRALMENTE A IMPUGNAÇÃO**, julgando **IMPROCEDENTES** as alegações e os pedidos apresentados, por não restar demonstrada irregularidade substancial capaz de comprometer a legalidade do procedimento ou justificar a modificação das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

**III – MANTER INTEGRALMENTE O EDITAL DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD E TODOS OS SEUS ANEXOS**, preservando-se o objeto, os quantitativos estimados, os valores unitários, as condições de participação e habilitação, a sistemática de cadastramento permanente, os critérios de distribuição da demanda e as demais disposições originalmente estabelecidas, sem qualquer alteração das condições editalícias.

**IV – INDEFERIR O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO PÚBLICA**, considerando a inexistência de efeito suspensivo automático da impugnação, conforme previsto no item 17.10 do instrumento convocatório, bem como a ausência de fundamento jurídico suficiente para justificar a paralisação do procedimento.

**V – INDEFERIR OS PEDIDOS DE RETIFICAÇÃO SUBSTANCIAL, REPUBLICAÇÃO DO EDITAL E REABERTURA DOS PRAZOS**, tendo em vista que os fundamentos examinados não demonstram necessidade de modificação das condições essenciais do credenciamento, preservando-se a segurança jurídica, a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e a continuidade dos atos administrativos regularmente estabelecidos.

**VI – MANTER A SESSÃO PÚBLICA INICIALMENTE DESIGNADA PARA O DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2026, ÀS 09H00, HORÁRIO DE BRASÍLIA**, assegurando-se a continuidade do Credenciamento Eletrônico nº CD003/2026PMCD, nos termos e condições previstos no edital e em seus anexos.

**VII – RATIFICAR A LEGALIDADE DA SISTEMÁTICA DE CREDENCIAMENTO PARALELO E NÃO EXCLUDENTE**, fundamentada nos arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, destinada à contratação complementar de serviços ambulatoriais especializados de saúde, observadas as disposições do art. 199, § 1º, da Constituição Federal e dos arts. 24 a 26 da Lei Federal nº 8.080/1990.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**VIII – RATIFICAR A MANUTENÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS ESTABELECIDOS NO EDITAL**, correspondentes a **R$ 300,78 (trezentos reais e setenta e oito centavos)** para o procedimento unilateral e **R$ 392,62 (trezentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos)** para o procedimento bilateral, considerando sua correspondência com as referências oficiais documentadas do Ministério da Saúde, especialmente a Portaria nº 709/2017 e os relatórios SIGTAP da competência 07/2025.

**IX – RATIFICAR A MANUTENÇÃO DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, correspondentes a **540 procedimentos unilaterais e 9.600 procedimentos bilaterais**, esclarecendo que possuem natureza estimativa e não representam obrigação de execução integral, garantia de faturamento mínimo ou direito à distribuição de quantitativos determinados aos prestadores credenciados.

**X – RATIFICAR A PREVISÃO DE CADASTRAMENTO PERMANENTE DE NOVOS INTERESSADOS**, conforme as disposições expressas do instrumento convocatório, especialmente seus itens 3.10, 3.11, 4.13, 4.14 e 17.20, em consonância com o art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**XI – MANTER A SISTEMÁTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR RODÍZIO SEQUENCIAL**, prevista no Anexo VIII do edital, observadas as condições previamente estabelecidas e as exceções justificadas por necessidades assistenciais, mediante motivação administrativa e preservação da igualdade de tratamento entre os credenciados.

**XII – MANTER AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, PROFISSIONAL E SANITÁRIA ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, permanecendo obrigatória a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços de saúde, inclusive quanto à regularidade dos profissionais, dos estabelecimentos e da responsabilidade técnica.

**XIII – MANTER AS DISPOSIÇÕES DA MINUTA CONTRATUAL**, sem alteração de suas condições substanciais, devendo os instrumentos definitivos conter a identificação correta da parte contratante e os demais elementos exigidos pela legislação, mediante saneamento de eventuais inexatidões meramente materiais, sem modificação do objeto ou das condições essenciais da contratação.

**XIV – REAFIRMAR A OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**, durante toda a execução dos serviços, especialmente quanto à proteção dos dados pessoais sensíveis dos usuários do Sistema Único de Saúde, à confidencialidade das informações clínicas e à adoção das medidas de segurança legalmente exigíveis.

**XV – REAFIRMAR A OBRIGATORIEDADE DE OBSERVÂNCIA DOS DEVERES DE PLANEJAMENTO, MOTIVAÇÃO, PUBLICIDADE, TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO**, nos termos da legislação aplicável, preservando-se a regular instrução do processo administrativo e a adequada execução dos serviços contratados.

**XVI – DETERMINAR A DIVULGAÇÃO DESTA DECISÃO PELOS MEIOS OFICIAIS APLICÁVEIS AO PROCEDIMENTO**, inclusive na plataforma eletrônica utilizada para o credenciamento, assegurando-se a publicidade do julgamento e o conhecimento de seus fundamentos pelos interessados.

PREFEITURA DE CÍCERO DANTAS

**XVII – DETERMINAR O PROSSEGUIMENTO REGULAR DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD**, sem suspensão, retificação do edital, republicação ou reabertura dos prazos, mantendo-se integralmente as condições originalmente estabelecidas.

A presente decisão fundamenta-se na análise individualizada das alegações apresentadas, na legislação aplicável e nos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, eficiência, economicidade, publicidade, transparência e interesse público.

**FICA, PORTANTO, CONHECIDA E INTEGRALMENTE INDEFERIDA A IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA APRESENTADA POR JORGE LUIS ANDRADE DOS SANTOS, OAB/BA Nº 49.008, MANTENDO-SE, SEM QUALQUER ALTERAÇÃO, O EDITAL DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº CD003/2026PMCD, SEUS ANEXOS E A SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA PARA O**

Publique-se. Dê-se ciência ao impugnante. Cumpra-se.

**Cícero Dantas/BA, 26 de outubro de 2026.**

***Emilly Manoela Ribeiro Matos dos Santos***
***Agente de Contratação***
***Matrícula Nº 10554118***